



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
1
2

**112ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional
de Meio Ambiente, Conama.**

Brasília/DF.
27 de Novembro de 2013.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

46A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA) – Bom dia
47a todos. Vamos lá. Bom dia. Já temos quórum. Gostaria de saudar os senhores
48Conselheiros e Conselheiras e com isso dar início a 112^a Reunião Ordinária do
49Conama. Meu Deus, tudo isso. É uma reunião de encerramento do ano, um
50ano que eu entendo que foi muito positivo enquanto o fortalecimento deste
51Conselho, e particularmente do resgate do espaço político de debate do
52Conselho Nacional do Meio Ambiente sobre os grandes temas que
53circunscreve ou que defini a Política Nacional de Meio Ambiente. Temas
54nacionais e mesmo temas que tem repercussão nacional como a questão de
55mudança do clima e de conservação da biodiversidade. A minha primeira
56observação é dizer aos senhores sobre uma resolução específica que o
57Conama votou a respeito da fauna, a 457. Resolução está que está sendo
58objeto de críticas ou de questionamentos por vários segmentos, embora os
59Conselheiros do Conama, Secretário de Estado, o próprio Ibama, tenham
60defendido e continuam defendendo a Resolução. Há um movimento na
61Comissão de Meio Ambiente, Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados,
62que requer a suspensão dessa Resolução. Eu estou sendo informada aqui que
63há uma possibilidade de diálogo com essa Comissão para que os órgãos
64ambientais federais e estaduais, e as companhias militares, ou seja, as
65pessoas deste Conselho que promoveram a proposta da Resolução, aliás,
66resgatando a própria Resolução do Conama já existente, que o Conselho se
67assim entender designar representantes para essa interlocução junto ao
68Congresso Nacional. Eu acho que esse é o melhor caminho para que as
69questões sejam esclarecidas, e obviamente não, assegurar dentro do processo
70democrático o debate político com toda a transparência e com todos os
71requisitos necessários. Eu entendo do ponto de vista dos órgãos envolvidos em
72fiscalização e os argumentos apresentados que a Resolução se justifica,
73embora haja questionamentos por alguns segmentos da sociedade e também
74esses questionamentos são legítimos, que sejam acolhidos pelo Congresso
75Nacional na Comissão de Meio Ambiente. A ideia é que possa ter isso, eu
76sugeriria Chico, você que vai conduzir a reunião, que avalie com o Secretário
77de Estado, com o presidente do Ibama e sejam designados, esse plenário
78possa designar representantes para ter essa interlocução com a Comissão de
79Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. Com isso assegurar toda a
80transparência possível na tomada de decisão do Congresso a respeito da
81resolução. É óbvio que existem responsabilidades dos dois lados e é óbvio que
82foram ditas inverdades, pelo menos algumas que eu li na Internet, argumentos
83que foram apresentados ao próprio gabinete, inverdades sobre o espírito da
84Resolução, como se o Conama tivesse autorizado tráfico de animais. Todos os
85argumento que foram apresentados tecnicamente e juridicamente em nenhum
86momento passou pela formulação deste Conselho, ok? Ao contrário, segundo
87os próprios Conselheiros que defendem e foi votado aqui por unanimidade.
88Então não é uma Resolução, foi uma Resolução complexa, amplamente
89debatida e que foi acolhida por este Plenário, eu acho que merece sim que o
90Plenário destaque representantes não só da Abema, mas também do órgão
91que envolve as polícias militares, que vieram aqui defender as pessoas que
92estão ligadas a fiscalização no dia-a-dia. Além de designar pelo Governo
93Federal o presidente do Ibama, vai lá defender a Resolução que vocês
94defendem. É importante isso porque faz parte da democracia, os argumentos
95de uma Resolução que foi amplamente defendida e os argumentos de uma

96Resolução que foi aprovada unanimemente por este Plenário, eles não podem
97ser confundidos com uma postura de favorecer atividades ilegais. Eu nunca vi
98este Conselho em nenhum momento ter atitudes que levem ou com a intenção
99de levar o favorecimento da ilegalidade, ao contrário, tem sido inclusive um
100espaço político de grande resistência do ponto de vista de modificação e
101flexibilização da Legislação Ambiental no Brasil, levando inclusive aos limites
102de algumas leituras como infelizmente algumas pessoas insistem em fazer.
103Mas de qualquer maneira a minha primeira proposta, dando notícias do que eu
104estou acabando de ser informada a respeito de um movimento na Comissão de
105Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, sugeriria que o Plenário avaliasse
106essa questão. A Dra. Adriana está de posse das informações, o relator o
107Deputado Arnaldo Jordi do Pará, é ele o relator. *(Intervenção fora do*
108*microfone. Inaudível.)* Segundo a informação que eu estou recebendo agora,
109tem o projeto decreto legislativo apresentado pelo Deputado Ricardo Tripoli,
110que é o defensor da questão da ética com relação aos animais. Na realidade,
111estão questionando do ponto de vista da Resolução, sustar esta Resolução sob
112o argumento de que a Resolução ultrapassa o que está previsto na lei. Então,
113aí seria importante também que a CTAJ tivesse representantes do Conama,
114uma vez que um dos maiores cuidados que se tem é que o Conselho não
115possa, não avalie nenhuma matéria que vá além das sua competências ou que
116vá além dos limite da lei. Como no passado já aconteceu e que nós desde que,
117pelo menos que aqui estamos, temos lutado para evitar esse tipo de situação.
118De qualquer maneira, a proposta de Decreto Legislativo está aqui, quem quiser
119ter acesso pode se tornar disponível para os Conselheiros e eu sugiro que os
120Conselheiros do Conama, a Plenária, avalie a proposta de designar uma
121Comissão do Conama para ter essa interlocução dentro de Comissão de Meio
122Ambiente da Câmara dos Deputados. O Que foi me dito aqui é QUE o
123Deputado relator assegura esse espaço para o diálogo. Então, do ponto de
124vista se o Conama assim entender, eu terei o maior prazer da encaminhar essa
125solicitação formalmente à Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos
126Deputados, sugerindo os nomes e marcando o debate, e é importante. Por
127outro lado, uma questão de leitura legal, também chamar a CTAJ, os
128representantes da CTAJ para discutir a legalidade, se ultrapassou ou não os
129limites do que a lei define, e a lei que está citada aqui é a Lei de Crimes
130Ambientais. Não cito a Lei de Fauna. Então, essa é a primeira colocação. A
131segunda colocação, estou aqui fazendo referência à pauta do Conama, é uma
132pauta com assuntos muito mais políticos e com uma votação de uma
133Resolução que eu vou fazer a minha manifestação pública a respeito da
134Resolução. Não podemos continuar aprovando Resoluções no Conama cujos
135prazos não são respeitados, eu peço especial atenção para os Conselheiros.
136Obviamente todo o Sistema Nacional da Meio Ambiente, os órgãos federais,
137estaduais e municipais têm dificuldades e as dificuldades são, da vida é dura,
138mas nós não podemos ter uma Resolução que está há quatro anos para os
139estados estabelecerem valor de referência e quatro anos depois o próprio
140Ministério do Meio Ambiente propõe uma prorrogação de três anos Isso não é
141exequível senhores. Eu discordo veementemente de prorrogação de três anos,
142se eu tivesse sido consultado previamente não teria concordado com isso, ok?
143Por uma simples razão, isso fragiliza o sistema, isso não fortalece o sistema,
144ou os valores de referência são importantes. Eu me lembro do debate dessa
145Resolução especificamente, a de solo, aquela que teve aquele famoso embate

146 aqui entre o Ministério da Agricultura e o representante da Cetesb, que foi
147 inflamado e eu tive que pedi aqui que eles se abraçassem. (*Intervenção fora do*
148 *microfone. Inaudível.*) O Lorena está lá, um dos protagonistas está ali se
149 lembrando de, claramente, do momento de paz e amor do Lorena nesse
150 Conselho, quando ele quis abandonar o Conama eu gentilmente, de uma
151 maneira muito delicada, pedi que ele retornasse, e ele voltou. Então, é
152 absolutamente necessário, se o mesmo esforço que foi feito para a aprovação
153 da Resolução que foi uma Resolução complexa, trabalhando vários aspectos e
154 foi proposta da Cetesb, de um órgão estadual. Começa o processo com a
155 Cetesb obviamente. É absolutamente relevante do ponto de vista dos
156 investimentos do país, da qualidade, do problema da agricultura, que os
157 valores de referência sejam estabelecidos. Então, eu sei que tem uma contra
158 proposta de prorrogar por um ano, o Plenário vai dizer efetivamente como é
159 que isso vai acontecer, eu não vou fazer um juízo de valor sobre o debate, mas
160 eu entendo que uma Resolução importante como essa, que foi calorosamente
161 debatida e absolutamente questionada por todos, quase todos nesse Plenário a
162 ponto que faz parte da minha coleção de fatos do 50 tons de verde, não pode
163 ficar sem a sua implementação. Então, eu sugeriria que os órgãos de meio
164 ambiente estaduais junto com o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama, aí eu
165 peço o apoio da Abema na sua organização, que nós possamos ter um a
166 dinâmica no próximo ano de fazer essa proposta de regulamentação e
167 fazermos as entregas em relação ao Conama. As instituições são respeitadas
168 também pelas suas entregas, não só pelos seus aspectos democráticos, seus
169 espaços, pela sua riqueza, o conteúdo técnico, mas pela sua capacidade de
170 entregar e trabalhar com transparência na gestão ambiental desse país. Então,
171 é uma Resolução de prorrogação de prazo, vai ser mais complexa do ponto de
172 vista do debate dos prazos e a capacidade de instalar, mas eu acho importante
173 que não se prorrogue por tanto tempo. Eu acho que o Ministério do Meio
174 Ambiente propõe às vezes para poder entender toda a diversidade do país,
175 situações que não são homogêneas nos vários órgãos, entender a
176 complexidade de valor de referência para solos em todo o país, mas nós temos
177 que fazer um esforço para tentar chegar em um prazo que seja razoável do
178 ponto de vista da implementação da Resolução que foi votada em 2009. Então,
179 eu destaco isso como um aspecto importante. Em seguida nós teremos um
180 informe sobre a Resolução de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos,
181 geração de energia eólica, isso eu reitero que o pedido de acelerar as
182 discussões de regulamentação de procedimentos de licenciamento ambiental
183 naquilo que harmoniza o licenciamento ambiental entre os estados, não é? São
184 empreendimentos de competência estadual, o que nós temos que evitar é um
185 desequilíbrio, isso é a pauta da Abema, um desequilíbrio entre estados do
186 ponto de vista dos seus regulamentos em procedimentos. Tanto é ruim para os
187 estados quanto é ruim para os usuários do sistema de licenciamento, porque
188 lidam com uma realidade em um estado distinta da realidade de outro estado.
189 Eu fui informada aqui que embora seja entendida como prioridade, assim nós
190 apresentamos essa Resolução aqui, ainda há dificuldades em torno da
191 conclusão e aí há uma discussão aqui de voltar ao Grupo de Trabalho para
192 aprofundamento das discussões. Chamo atenção, isso é um, como vou falar?
193 Um artifício do Regimento Interno importante, porque se ainda a matéria não
194 está madura o Plenário aprecie, então tem que voltar, mas é importante que o
195 Grupo de Trabalho seja coordenado de maneira efetiva para devolver isso na

196próxima reunião do Conama. Nós não podemos, área ambiental que se dedica
197tanto a energia renováveis, não pode ser a área ambiental responsável pelo
198incerteza também de investimentos ou da efetividade de investimentos, na
199ampliação de investimentos na área de energia renovável. O licenciamento
200ambiental, regra clara significa maior eficiência da gestão ambiental e maior
201eficiência do ponto de vista da relação de investimentos deste país. Então, eu
202peço encarecidamente a aqueles que estão dedicados e ao Ministério de Minas
203e Energia, quem está aqui pelo Ministério de Minas e Energia? Por favor, que
204se voltasse. Foi entendido isso, são os ritos do Conama, que vocês tenham
205uma coordenação efetiva em janeiro. Lembrando que ano que vem é um ano
206curto por causa de Copa do Mundo enfim, e o calendário do Conama que é um
207dos itens da pauta, vai estar impactado por isso, nós estamos antecipando
208reuniões, lembrando que nós teremos que fazer um esforço concentrado e eu
209gostaria muito de fazê-lo no primeiro trimestre, na primeira reunião do Conama,
210ok? Ano que vem vai ser um ano curto, um ano com eleições, então é um ano
211de mobilização muito complexa do ponto de vista das discussões e daquilo que
212nós precisamos eleger, matérias importantes e estratégicas para a pauta
213ambiental. Então, em seguida tem um conjunto de moções que vocês vão
214deliberar, eu acho, eu não vou comentar moções. Eu acho que é excessivo,
215mas é minha opinião pessoal, isso é um espaço democrático. O que eu preço
216apenas é que as moções, dentro daquilo que nós sempre orientamos aqui no
217Conama, que as moções sejam limitadas a assuntos que sejam, circunscritas
218perdão, a assuntos de interesse nacional e da política ambiental. Propor coisa
219que não estão circunscritas a esse Conselho para se manifestar, coisas que
220não são sobre a Política Nacional da Meio Ambiente sugere que o Conama
221estaria tocando em temas que não são da sua competência e no passado isso
222já foi rejeitado por este próprio Plenário. E depois nós teremos uma série de
223informes, começaremos com o Ibama sobre a questão de arrecadação,
224evolução de receitas. Eu pedi aos presidentes, aos secretários, que usassem
225este Conselho para fazer tornar público todas as informações a respeito da
226gestão do ministério e das entidades vinculadas. Vocês vão ver os números de
227arrecadação de receitas do Ibama e a transferência de, quanto o que Ibama
228está remetendo pela TSFA e pela Câmara de Compensação Federal para os
229estados, ok? Os números são bastante impressionantes em face do início da
230minha gestão, quando eu recebi do Ministério do Meio Ambiente e serão
231maiores ainda em função de que nós arrumamos o processo em parceria com
232a Advocacia Geral da União de arrecadação do Ibama. Ironicamente eu tenho,
233tinha, agora deixei de ter, o Ibama não está mais nessa situação, a instituição
234federal com a maior capacidade de arrecadação que é a ANA, e a que tinha a
235pior capacidade de arrecadação que é o Ibama. E o Ibama saiu da lanterninha,
236da zona de rebaixamento, se eu posso usar essa expressão. Além de
237arrecadação tem uma coisa importante, que é a efetividade das sanções
238aplicadas, então o presidente do Ibama vai fazer um relato sobre a evolução
239dos números na parte de multas, na parte de receitas exceto compensação,
240outras receitas que o Ibama tem. Eu posso apenas dizer o seguinte, o Ibama
241do ponto de vista de arrecadação está hoje praticamente quase o dobro, ele
242arrecada praticamente o dobro do seu orçamento, para vocês terem ideia de
243como mudou a gestão administrativa do Ibama. E é um trabalho que tem sido
244feito desde o presidente Abelardo, com desdobramentos, mas isso vai para o
245cofre da União, sinto dizer que vocês não ter acesso a esse dinheiro, já basta o

246que estamos passando para vocês. Eu vou dizer os números que estão
247passando para os estados. O Ministério do Meio Ambiente ontem na reunião da
248Abema que eu tive a chance de passar rapidamente, porque eu ainda fui à
249noite para outra reunião, foi tornado disponível para os secretários de estado,
250mas vai ser tornar disponível aos Conselheiros as principais ações de
251articulação em parceria com estados da federação do Ministério do Meio
252Ambiente 213/2014. Em grande número, o ministério mobiliza 1.76 bilhões de
253reais para os estados, ok? Entre 2013 e 2014 com o desembolso. 110 milhões
254de dólares a, mais 110 milhões de dólares, mais 28.5 milhões de euros. Ok?
255Para quem diz que nós não estamos fazendo nada eu sugiro vir trabalhar. E aí
256entre número de orçamento e entre números de cooperação internacional e
257Fundo Clima, Fundo Amazônia, e depois tem aberto de todas as instituições
258federais, o que a ANA alocou de recursos, o que o Ibama aloca de recursos, o
259que o Instituto Chico Mendes. Isso nós não estamos contabilizando dinheiro de
260Conferência de Meio Ambiente, estamos falando de transferência efetivamente.
261E no Cadastro Ambiental Rural nós estamos investindo 323 milhões de reais de
262repasso para os estados, mas de compra direta de montagem do SICAR vão
263ser 87 milhões de reais, 30 milhões da primeira compra em imagens de
264satélites, mais 30 milhões este ano, mais 27 milhões do sistema que nós
265desenvolvemos a ser concluído o pagamento até ano que vem. Com a
266Universidade Federal de Lavras. Tudo isso está sendo feito em parceria com a
267CGU e com o Tribunal de Contas da União, com toda a transparência. Então
268nisto aqui, somando os recursos, se nós formos converter e etc., nós estamos
269com cerca de 1.3, 1.4 bi., mais do que isso, é 1.3 bi. Em menos de dois anos,
270repassado aos estados diretamente. Ninguém conhece esses números de todo
271o Brasil, nós estamos agora, essa é a sistematização que a Dra. Regina fez a
272partir das informações, fora aquilo que faz transferência pontual direta. Eu não
273estou contando aqui os dinheiros que vem do Incra, não estou contando aqui o
274dinheiro de parceria com o MDA, com o MDS, não estou falando nada disso.
275Dinheiro de Conferência, MEC com escolas sustentáveis enfim, nós estamos
276contando aquilo que é repasse direto, não é isso Regina? Alguma observação?
277(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*) Mas não a última, não a última. A de
278Infanto-juvenil? Então entrou conferência, por que. (*Intervenção fora do*
279*microfone. Inaudível.*) O curso do MEC, está bem. De qualquer maneira, esse
280número nunca foi tornado disponível, quanto que se investe com os estados,
281fora os outros parceiros. E nós vamos, nós estamos trabalhando para deixar
282isso tudo no site do ministério, vocês vão poder acompanhar, clicar, saber o
283que é repasse, e obviamente o outro lado é que os estados vão aprimorar o
284processo de execução e ofertar, tornar claro os seus resultados em relação a
285esses números. É um trabalho que eu também espero, eu pedi a Regina que
286fizesse, sobre a cooperação internacional, ok? É absolutamente importante
287disciplinar os recursos de cooperação internacional no país, eu não tenho nada
288contra que os estados tenham relação direta com os doadores internacionais,
289mas o ministério tem que saber previamente, por uma simples razão, sou eu a
290Ministra que assina a carta me responsabilizando pelo país sobre os
291engenheiros que estão entrando no Brasil. É bom ter essa articulação e a
292maneira melhor é tornar disponível o número de dinheiros que estão sendo
293colocados no âmbito da cooperação internacional diretamente para os estados,
294de tal maneira que todo mundo possa saber que projetos estão sendo
295executados, que recursos estão sendo alocados, que resultados nós estamos

296obtendo, com a transparência necessária do ponto de vista da gestão. Então,
297você vão receber esse relatório com as ações do ministério e com o que está
298sendo feito, há situações que não se aplicam a todos os estados obviamente,
299outras que se aplicam e os parceiros que estão envolvidos. Então tem, por
300exemplo, Parque Nacional de Gestão Pelas Águas, Pró-gestão, tem todos os
301números aqui, o que nós estamos gastando em inventário florestal, o que nós
302estamos gastando, o Programa Nacional, no Programa de Floresta e enfim, as
303captações de contratos internacionais, tudo está, aquilo que está sobre a
304liderança do Ministério do Meio Ambiente está levantado nesse primeiro
305documento que nós vamos tornar disponível. Eu gostaria de fazer mais três
306comentários para nós podermos começar a reunião. Nós teremos aqui uma
307apresentação sobre o Cadastro Ambiental Rural, um relato que vai ser feito
308pelo representante do Conama no Grupo de Trabalho que eu instituí, o Grupo
309de Trabalho está evoluindo não mais restrito, circunscrito ao Cadastro
310Ambiental Rural. Na realidade é um Grupo de Trabalho com vários Grupos de
311Trabalho, avaliando os vários artigos da lei. Então, tem uma turma dedicada a
312questão das cotas ambientais, tem outra turma dedicada aos instrumentos
313econômicos, tem outra turma dedicada a questão do manejo florestal enfim,
314tem uma série de situações que deverão ser objetos de conclusão até o
315primeiro semestre do ano que vem. O cadastro, nós estamos concluindo a
316implantação nos estados, semana que vem concluiu, quer dizer, aí nós vamos
317fazer um esforço muito grande. Os estados que estão usando os seus sistemas
318próprios nós já conseguimos fazer a integração disso, isso foi, talvez o maior
319gargalo tenha sido esse e desenvolveu os algoritmos para algumas situações
320específicas do código. Como o cadastro é todo automático nós também já
321concluimos o segundo módulo, que é o módulo das análises para facilitar os
322programas de recuperação ambiental. E o ministério lançou, está disponível, foi
323tornado disponível pela Secretaria da Biodiversidade e Florestas, o Dr. Roberto
324pode trazer isso para cá ou vai está online no ministério, publicações sobre a
325Mata Atlântica, mas uma delas, duas são muito importantes
326independentemente das demais. Uma trata de diretrizes para os municípios da
327Mata Atlântica poderem fazer os seus planos municipais de Mata Atlântica, e
328com isso a sua recuperação. Então a Anamma, aí é importante Dr. Pedro
329Wilson lidar com esses documentos, com essa publicação, porque isso pode
330ser um caminho para outros biomas, o ministério está ampliando isso para
331outros biomas. E segundo, é uma publicação que trata de uma metodologia
332indicado as áreas prioritárias de recuperação da Mata Atlântica, isso tem a ver
333com dialogar com as cotas ambientais, com a implementação do código, aquilo
334que seja estratégico de recuperação do ponto de vista da biodiversidade, da
335conservação da biodiversidade. As conectividades importantes que devem ser
336restauradas, os corredores estratégicos, isso para tornar disponível como
337metodologia, ok? Obviamente não se esgota, outras alternativas podem e
338devem ser colocadas sobre a mesa, mas é uma contribuição do ministério, da
339Área nossa da Biodiversidade para a implementação do Código Florestal nos
340estados que estão no chamado bioma Mata Atlântica. Essa metodologia foi
341amplamente debatida, ela é extremamente interessante, fácil de entender isso
342e olhar do ponto de vista estratégico, contribuir com uma visão estratégica de
343recuperação considerando o bioma como um todo. Não é só o Rio de Janeiro
344pelo Rio de Janeiro, mas a importância das conectividades do Rio de Janeiro
345com São Paulo e com o Espírito Santo. E tem áreas que embora sejam

346importantes como fragmentos, não necessariamente vão justificar uma
347dedicação imensa de restauração vis a vis, por exemplo, a questão de cotas.
348Quais são as unidades de conservação que devem potencialmente ou
349primeiramente ser, prioritariamente serem regularizadas do ponto de vista
350funditário, que precisa ter segurança para acabar com a pressão sobre as
351unidades. Enfim, isso vai permitir vários debates, os documentos estão
352publicados, aliás é uma séria, seria importante Roberto você tornar isso
353disponível para o Conama e eu espero que todos façam um bom uso. O
354representante do Conama vai fazer uma exposição sobre o que ele viu e nós
355teremos uma exposição para todos os membros do Conama do Cadastro
356Ambiental Rural, do sistema propriamente dito. Eu só posso dizer que eu, todo
357mundo que viu até agora aprovou e obviamente a ideia além dos órgãos
358ambientais, estou falando os usuários, todas as pessoas, vários estados estão
359já testando, estão fazendo, o Nilvo lá no Rio Grande do Sul está fazendo, as
360pessoas estão aplicando. E tem obviamente situações específicas de
361algoritmos específicos que nós estamos levantando, que acontece no estado A,
362que nós vamos ver como é que nós vamos dar a solução tecnológica. Mas ler
363tudo, só não ler tamanho de rio com a mata coberta, com a Mata de Galeria
364cobrindo, aí não tem como, você vai ter que mexer, vai ter que desenhar, mas
365ele tem alternativas para automaticamente registrar. Vocês vão ver aqui a
366demonstração como é que sai, não sei se o Rio de Janeiro já está fazendo
367dever de casa dele com o cadastro, espero. O MINC vai sair do governo
368quando? Entrega o cadastro prono depois de amanhã? Fala que eu mandei
369perguntar isso para ele. Mas enfim, é brincadeira. A ideia é que nós possamos
370agora em dezembro, eu espero assinar então a Ação Normativa, a portaria do
371ministério e aí começa a contar o prazo do cadastro. A partir de que está
372colocado em todos os estados nós vamos acelerar a implementação do
373cadastro, e aí obviamente o ministério vai ficar com um suporte aos estados na
374implementação, e os municípios, na implementação do Código Florestal. As
375imagens estão sendo compradas, a imagem de 2008 tudo está pronto, está
376tudo no sistema, as pessoas já entram, o módulo off-line está pronto, quer
377dizer, não precisa ter Internet, leva debaixo do braço. São Paulo, por exemplo,
378usa o sistema e usa suas imagens, então cada um tem um jeito de trabalhar,
379Minas está fazendo um sistema próprio, Bahia está com o seu sistema próprio
380com as adaptações, quer dizer, tudo. O Mato Grosso foi resolvido o problema
381de Reserva Legal deles, que não tinha, o cadastro deles não tinha reserva
382legal. Cadê o Secretário do Mato Grosso? Está ali. Nós integramos,
383resolvemos isso pelo sistema nacional, quer dizer, lá só tinha APP. Rondônia
384também tem sistema próprio, Tocantins Alexandre está desenvolvendo,
385recebeu 47 milhões do Fundo Amazônia para implantar o CAR. Então assim,
386os números são bastante expressivos, o Chico pode dar esses números
387também para quem quiser, tem aqui o levantamento, nós estamos financiando
388e enfim, esperamos que os estados possam acelerar a implantação do
389Cadastro Ambiental Rural. E com isso as discussões sobre recuperação
390ambiental, que eu sugeriria que este Conama abrisse ano que vem, a sessão
3912014 com um Seminário Técnico sobre recuperação ambiental. Os critérios,
392mostrando a experiência dos estados e mostrando as dificuldades, ou seja,
393cada estado, a lei dá ao estado a alternativa de fazer a sua recuperação
394ambiental, sua restauração ambiental, é importante conhecermos os modelos
395que estão sendo pensados, têm estado aprovando isso em lei. Então, eu

396sugeriria que nós fizéssemos o Seminário abrindo o ano de 2014 no Conama e
397que os estados vão trazer as suas experiências, e que nós convidaremos
398especialistas de São Carlos, aí vamos ver quem são os especialistas do
399Paraná e etc., o pessoal da área florestal Caron, que têm experiência nisso. O
400pessoal da agricultura, Ministério da Agricultura, onde estão, a Embrapa, para
401fazer um seminário debatendo os caminhos da recuperação ambiental, as
402experiências exitosas e as experiências, as dificuldades que estão colocadas
403sobre a mesa. Onde é que está a assistência técnica, que muitos estados
404estão trabalho com a Emater direto, isso é chave para você assegurar a
405recuperação e por outro lado, os aspectos relacionados a questão efetiva do
406cadastro em si, quer dizer, quem está regular, como é que divulgamos quem
407está regular e quem está no processos de recuperação, sempre com a questão
408das multas. É importante que esse Conselho entenda os mecanismos, que nós
409tenhamos um debate nacional sobre os mecanismos de regularização também
410do ponto de vista das multas, como é que suspende, quais são os termos de
411compromisso. Como vocês sabem, o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama,
412não fará cadastro, então mesmo as multas federais nós teremos que trabalhar
413em cooperação com os estados, os estados é que vão, e o Ibama está
414trabalhando duramente com os estados para poder fazer esses termos de
415cooperação e etc.. Então, eu sugiro que seria muito interessante começarmos
416ano de 2014 fazendo o Seminário Técnico sobre a recuperação ambiental e
417os planos de recuperação ambiental. Se as medidas tiverem curso e se
418revelarem suficientes, as observações críticas positivas e negativas são bem-
419vindas para o aprimoramento da gestão ambiental, e com isso nós
420fortalecemos SISNAMA e fortalecemos o papel do Conama, politicamente
421falando. Finalmente eu quero falar de mais três aspectos rapidamente, a
422Reunião de Clima em Varsóvia os senhores viram resultados, os resultados do
423meu ponto de vista foram muito aquém do que o Brasil desejava, mas demos
424passos importantes particularmente para a aprovação do Mecanismo de Redd
425e das discussões sobre (...) Action. O que eu gostaria de sinalizar aqui e de
426(...). Mas enfim, o que eu gostaria de sinalizar aqui é que a próxima conferência
427será em Lima no Peru, portanto é a primeira Conferência de Clima na
428Amazônia. E como os senhores sabem o Ministério do Meio Ambiente, o Brasil
429está investindo via Fundo Amazônia no programa de monitoramento e combate
430ao desmatamento ilegal na Bacia Amazônica, com os países da Bacia
431Amazônica. E, em Varsóvia, nós estamos fazendo um projeto que eu espero
432assinar ano que vem em junho com os países da Bacia do Congo, também de
433monitoramento, de tecnologia de monitoramento, da nossa experiência com
434combate de desmatamento e nos dois projetos nós queremos uma iniciativa
435também, a semelhança do projeto ARPA, Áreas Protegidas da Amazônia, de
436construir o combate ao desmatamento legal com o incremento de áreas de
437conservação, de proteção. Isso foi muito bem recebido pelo países, então eu
438acho que é importante não só os estados da Bacia Amazônia, que é mais uma
439discussão e sugeriria que ano que vem nós possamos mostrar aqui, o
440Secretário de Clima, os grandes debates, junto com o Ministério das Relações
441Exteriores, as grandes questões que envolvem o debate sobre mudança do
442clima, particularmente a implementação sobre as questões que envolvem o
443Brasil, ok? Não só taxa de desmatamento, mas os nossos desafios em relação
444a agricultura de baixo carbono, em relação a questão energética, em relação a
445transporte, cidades, mobilidade urbana, indústria, como é que isso na realidade

446poderá contribuir para uma conferência, que eu entendo que será uma
447conferência extremamente estratégica considerando a última etapa, que é
448Paris em 2015. Então, havia uma grande concentração em relação a clima e
449também será o ano da Conferência da Diversidade Biológica em Seul. Então,
450eu acho importante que a primeira vez teremos um brasileiro à frente da
451conferência, a CDB, porque o Bráulio estreou na Índia, esse meio torto ainda,
452não é? É importante ter esse debate. De qualquer maneira, eu chamo atenção
453nesses aspectos internacionais, CDB e Clima, porque eu não sei se o Conama
454vai querer se debruçar em sessões especiais para debater esses temas, a
455preparação das delegações brasileiras, os temas que o Brasil apresenta, acho
456importante que vocês se apropriem disso, é feito, tem muita coisa equivocada
457que é divulgado do ponto de vista dos debates de natureza política.
458Particularmente o setor produtivo tem interesse, deve ter interesse cada vez
459maior nesse debate sobre mudança do clima. Então eu sugeriria que vocês, se
460fosse de interesse do Conama, nós podemos enquanto Ministério do Meio
461Ambiente, em parceria com os demais ministérios, oferecermos informações ou
462informes periódicos sobre esse processo. Entendo sobre taxa de
463desmatamento, já que eu falei de clima, ouve um pico de desmatamento na
464Amazônia, um pico esse que não tem nada a ver com código florestal, segundo
465inclusive avaliação dos próprios Secretários da Amazônia. Aliás, quando
466terminar o Conama hoje eu terei reunião com eles voltando a esse debate. De
467fato muita ilegalidade, mas também há de fato números associados a
468supressão de vegetação, aquilo que é legal. Então há um esforço dos estados
469da Amazônia junto com o Ibama no novo sistema de controle de supressão de
470vegetação, que o próprio Código Florestal permite agora novamente, porque eu
471me lembro que em 2006 descentralizou e ninguém ficou com o controle de
472quem fazia o que. O novo Código permite isso, o Ibama está trabalhando com
473os estados para nós começarmos a divulgar o que é autorizado, o que não é
474autorizado. Os números ainda são muito preliminares, mas não nessa taxa, os
475números que foram tornados disponíveis de alguns estados de autorização
476para o próximo o ano, são números expressivos na medida em que a taxa vai
477reduzindo, aquilo que é legalizado. Então nós fizemos simulações, o Ibama fez
478simulações, gente argumentando que era Belo Monte, o impacto de Belo Monte
479foi em 2011, de movimentação de fluxo de pessoas para a supressão em um
480raio de 50 quilômetros. Pessoas que disseram que aumentava 92% o
481desmatamento estavam comparando o dado Prodes com outras metodologias,
482isso aliás é objeto de um seminário feito no Pará, cadê o pessoal do Pará? Não
483sei se está aqui, e isso foi explicado, o INPI mostrou que os dados divulgados
484pelo sistema do Imazon não dialogam com os dados divulgados de taxa de
485desmatamento do Governo Federa do INPI, até porque o sistema do Imazon é
486um sistema de alerta e se pode comparar é com o sistema do DETER, mesmo
487assim metodologias diferentes. Enquanto o DETER deu 35% de aumento, o
488Imazon afirmava que ia aumentar 92%, e aumentou 28%. Isso foi mostrado em
489uma série histórica nesse debate com a imprensa, então as pessoas que lá
490estiveram sabem o que foi dito, eu fui informada disso. Agora, o que é
491importante é que nós não criemos ondas políticas em processos muito sérios
492que são implementados, é a segunda menor taxa de toda a história, não tem,
493isso não foi objeto de gritaria lá fora e nada disso, isso é muito mais objeto
494muitas vezes de uso político, de maneira equivocada contra a área ambiental,
495como se nós da área ambiental desmatássemos. É o contrário. Então nós

496 vamos abrir os números do que está legalizado, esse é o esforço do Secretário
497 de Estado da Amazônia, um esforço expressivo e obviamente tem toda uma
498 parte associada a crimes, que isso está na instância policial. Aí nós temos que
499 aguardar a polícia apurar, mas eu posso dizer apenas que o Ibama instaurou
500 mais de três mil processos só nesse ano, 3700 processos criminais, sendo que
501 o Ibama faz hoje laudo junto com a polícia. Para vocês terem ideia da
502 envergadura, foi o ano que mais investimos em fiscalização e há obviamente
503 algumas apostas em torno das ilegalidades que estão sendo reprimidas de
504 maneira bastante veemente. Então, os próximos passos deverão dar notícia.
505 De qualquer maneira eu quero ressaltar aqui o compromisso dos estados de
506 junto com o Governo Federal e dos municípios, eu acho que é importante
507 Pedro Wilson, a Anamma ter uma avaliação mais complexa do que está
508 acontecendo na realidade dos municípios sobre taxa de desmatamento da
509 Amazônia. Eu vou ampliar as restrições da lista de municípios, portanto
510 possivelmente eu vou ampliar o número de municípios na lista de
511 desmatamento. O Ministério vai apresentar novos critérios que estão em
512 estudo, nós vamos endurecer porque não aceito que um município saia da lista
513 e no ano seguinte apresente desmatamento ilegal, quase uma provocação. E o
514 Prefeito que não viu um desmatamento de mil hectares, você me desculpe,
515 mas isso não existe. Aliás, tem casos de Prefeito que foi denunciar que o
516 Ibama estava fazendo pressão sobre os pequenos e o Ibama foi e pegou um
517 desmatamento de mil hectares que era do Prefeito, ilegal e com boi ilegal
518 dentro. Então assim, com todo respeito, os prefeitos são nossos parceiros, mas
519 nós temos que começar a mostrar de fato o que está acontecendo e separar o
520 joio do trigo, esse é o espírito do Secretário de Estado, de mostrar o que é
521 legalizado e o que não é legalizado. A taxa não traz isso, a taxa traz o número,
522 nós precisamos qualificar esse debate até para entender o que está sendo
523 objeto de pressão em floresta nativa e o que nós podemos mudar a curva
524 tendencial. Agora, há investimentos expressivos em alguns estados de fronteira
525 agrícola móvel e isso significa supressão de vegetação sim, isso vai aparecer
526 na taxa, de alguma forma isso vai aparecer, em um momento o satélite vai,
527 registra e pega. Sinalizando também que ano que vem nós devemos trabalhar
528 com uma tecnologia que vamos enxergar três hectares, hoje a tecnologia
529 DETER enxerga, o Prodes faz uma avaliação de 6.25 e DETER faz 25
530 hectares, nós vamos enxergar para três. Então, o DETER vai estar funcionando
531 com três hectares que são os investimentos em tecnologia de satélite do
532 Governo Brasileiro. Por conta disso, nós estaremos cada vez mais próximo do
533 DETER 'do da taxa' Prodes, nós vamos enxergar mais e isso aumentará a
534 pressão sobre os gestores ambientais. As informações que os estados estarão
535 recebendo e que os parceiros do combate a ilegalidade estarão recebendo
536 online, dentro de um aprimoramento não só de enxergar a DETER melhor, mas
537 também de tecnologias que nós conseguimos enxergar através das nuvens
538 quando está coberto e tecnologias que consegue enxergar abaixo do dossel
539 das árvores. Eu mesma testei isso no Pará. Então, não conseguimos pegar
540 hoje o desmatamento da chamada foguetinho, que entra as motos, que
541 ninguém vê, tem um dossel e o cara faz o desmatamento seletivo legal. Nós
542 pegamos, nós temos tecnologia hoje que será colocada já no dia a dia da
543 fiscalização a partir do ano que vem, testada e adaptada para nós. O Ibama
544 ainda continua no processo de debate sobre o uso de 'drones'. Então o
545 governo, não há limite para o Governo Federal para nós alocarmos recursos e

546trabalhar em parceria para acabar com o crime ambiental na Amazônia. Agora,
547é assustador o que está acontecendo em termos de garimpo, eu vi a situação
548no Pará. Eu não sei quem está do Pará aqui, eu não estou vendo o secretário e
549nem o subsecretário. Mas enfim, é importante o debate sobre garimpo,
550Lembrando que eu fui a Minamata e escrevi, subscrevi a convenção de
551Minamata em nome do Governo Brasileiro. Eu acho importante nós termos ano
552que vem o debate sobre a questão de mercúrio no Brasil, não contaminações,
553eu quero o pessoal da fundação, da Fundação Fiocruz quer debater isso, eu
554acho importante nós coloquemos isso no debate sobre mercúrio, a situação.
555Lembrando que o Ibama controla a importação de mercúrio. (*Intervenção fora*
556*do microfone. Inaudível.*) Então, o Pará não está aqui hoje, muito bem. Um
557último comentário que eu quero fazer, na realidade tem duas fases. Eu devo
558estar assinando do ponto de vista da institucionalidade, o grupo que vai, a
559criação do grupo do Ministério, o Ibama e que vai contar com a parceria dos
560estados, com a questão do Sisnole. Do Plano Nacional de Contingência que a
561presidenta aprovou o decreto e o desenvolvimento do Sistema Nacional de
562Prevenção a derramamento de óleo e de acidentes associados à indústria de
563petróleo. E um sistema que deve ser montado em 18 meses, segundo o prazo
564do decreto, então lançando esse CAR esse ano formalmente nós vamos nos
565dedicar ano que vem ao Sisnole. O Ibama já está com esse grupo interno,
566estudando e avaliando, a ideia é que eu institua isso formalmente, dê prazos e
567na medida em que isso for sendo implementado o Ibama periodicamente
568poderá trazer informações a esse conselho. Com isso, nós também
569consolidamos essa realidade, esse assunto relacionados à Lei 9966, falei certo
570não é? De 2000, que o decreto não faz só no Plano Nacional de Contingência,
571mas o decreto fala também da questão relativa aos planos de área, com isso
572resolvemos uma lacuna que perdurou 10 anos no âmbito da gestão ambiental.
573Enquanto o Conama regulamentou bem os planos individuais dentro do
574licenciamento, os planos de área ficaram uma coisa meio dúbia. E o Plano
575Nacional de Contingência, a despeito dos esforços do Ministério do Meio
576Ambiente nos últimos 10 anos, finalmente saiu. Então, pessoas que alegam
577que fizeram isso e aquilo, não fizeram, ok? O plano foi feito agora de fato e
578pelo o que eu fui informada, muito bem recepcionado por todos os seus
579usuários em uma complexa discussão que envolveu o Ministério de Minas e
580Energia e o Ministério da Defesa, particularmente o Ministério da Pesca, são os
581quatro eixos, particularmente esse três primeiros. Então, eu acho que nós
582temos um novo momento na gestão de atividade de petróleo, e sugiro também
583que este conselho ano que vem possa debater do ponto de vista dos aspectos
584estratégicos aquilo que envolva pendências ainda de regulamentação na área
585ambiental sobre a indústria de petróleo. Se existe ainda questões de
586licenciamento, questões que precisam ser objeto de debate de uniformização,
587eu sei que existe, por exemplo, os procedimentos o 'Onshore' de licenciamento
588não são uniformizados. Eu sugeriria que esse Conama se debruçasse com
589procedimento único para facilitar inclusive a exploração 'Onshore', facilitar do
590ponto de vista de gestão ambiental, não do empreendedor. Ter clareza sobre
591os estudos, uniformidade de requisitos e etc.. De resíduos e etc. Daquilo que
592nós chamamos exploração 'Onshore' envolvendo gás convencional e o
593Petróleo, gás não convencional eu particularmente acho uma situação
594extremamente sensível e eu acho que nós deveremos nos debruçar sobre o
595debate de maneira muito dedicada. Os filmes são assustadores, quem vê o que

596está acontecendo, e nós não podemos deixar isso passar, mas também não
597pode ser no calor da discussão sem o pragmatismo da ciência. Então, nós
598temos que entender como que as coisas se colocam e de fato o que o Brasil,
599se o Brasil pretende ou não trilhar esse caminho do gás não convencional. E aí
600eu sugeriria que Minas e Energia, se assim entender o Conama, pudesse no
601futuro trazer as grandes questões a respeito do famoso *Shall Gas*. Isso tem
602sido embates globais, em Varsóvia isso foi uma tremenda discussão, mas eu
603acho que isso começa a ter no Brasil também um debate sobre isso, embora o
604Ministério de Meio Ambiente tenha sido informado a respeito do leilão atual, a
605respeito de pesquisa exploratória, não é atividade comercial, essa é a
606informação que nós temos. Mas de qualquer maneira, está havendo um
607esforço muito grande de debater, lembrando que o Brasil não tem um
608procedimento na área ambiental para lidar com isso. Então, chama a atenção
609que nós vamos ter que discutir e buscar os caminhos para isso e só posso
610sinalizar que isso foi objeto de preocupação da Abema junto com o Ministério
611do Meio Ambiente nas discussões da regulamentação da LC 140. E do próprio
612Ministério de Minas e Energia. Então, isso na medida em que nós tivemos mais
613maduros nós poderemos falar aqui no Conselho. Então, essas são as grandes
614notícias, vamos chamar assim, eu acho que foi um ano muito proveitoso do
615ponto de vista de conclusão de processos e eu acho que os próximos meses o
616Ministério vai tornar disponível uma série de informações e números, por
617exemplo, de regularização fundiária de populações extrativistas, em 2006 nós
618tínhamos 3800 famílias com regularização fundiária, nós estamos chegando a
61934, 37 mil e devemos chegar no ano que vem a 54 mil no total de 70. Então,
620nunca antes foi feito um processo tão sério, tão transparente para mobilização,
621dando posse as pessoas que moram nas reservas extrativistas, quem está
622falando que não está (...), eu sugiro vir trabalhar e ver que tem transformações
623enormes no Ministério do Meio Ambiente e isso é graças à parceria com vocês.
624Eu quero desejar bons debates, eu acho que o Conama resgatou de fato o seu
625papel político, o seu espaço político, saiu da linha de fogo do ponto de vista
626que é um espaço que não agregava valor para o debate nacional, ao contrário,
627isso é graças ao esforço de vocês. Temos que fazer muito mais, temos
628consciência disso, temos que melhorar a diretoria do Conama, temos que ter
629uma melhor coordenação das resoluções, vocês devem propor resoluções de
630fato, tem um baixo índice de proposição de novas resolução. O Ministério do
631Meio Ambiente também está propondo para os senhores secretários muito
632aquém do que deveria estar propondo, ou seja, nós precisamos ter uma
633reflexão dos problemas e de como podemos avançar, mas quando eu aqui
634cheguei em 2008 para hoje eu acho que o Conama se firmou, e se firmou de
635uma maneira de resgatar o seu papel e de começar a trilhar novos caminhos
636no seu fortalecimento. No mais eu quero agradecer a parceria de todos vocês,
637desejar um feliz natal antecipadamente, mas já tem decoração de Natal e
638posso desejar um feliz natal. Um ano novo superlegal, que seja um ano de
639Copa do Mundo vencedora para nós, embora eu não entenda nada de futebol,
640mas vocês vão ficar todos malucos, o Conama deve fazer alguma
641manifestação, faça uma moção a favor de o Brasil ganhar a Copa do Mundo,
642uma copa verde, entendeu? Que nós tenhamos um ano de resultados, mas um
643ano de consolidar esse novo caminho, esses novos caminhos da área
644ambiental que é um dos caminhos mais abertos e que nós vamos depender
645muito de parcerias para a 'execução' desses novos objetivos de cunho de

646política. Mas eu tenho certeza que o Plenário do Conama buscará cada vez
647mais caminhos inovadores. Então, eu com isso me despeço, desculpe, eu me
648alonguei um pouco, mas é a última reunião do ano, o Chico está no espírito de
649/ Love 'CAP', que é outro protocolo, ele está um pouco atrasado, devia ter
650'CAP' 2 aqui. Mas enfim, você ver como ele está geneticamente modificado, ele
651veio trabalhar aqui e não entendia nada de meio ambiente, agora já usa
652gravata de clima, está inacreditável, mas enfim, ele vai conduzir a reunião.
653Desejo ótimos debates. Eu espero os secretários da Amazônia mais tarde no
654meu gabinete, quando terminarem aqui a sessão do Conama, ok? Para darmos
655continuidade. E o Ibama também deverá, Volney talvez você possa falar
656rapidamente sobre o DOF eletrônico, todo o sistema, a mudança que também
657está sendo feita com o secretário de estado, a mudança do controle da origem
658florestal no Brasil, ok? Todos os novos procedimentos que o Ibama está
659estabelecendo. Então, com isso nós estamos realmente mudando o patamar e
660a minha última sugestão é que ano que vem os órgãos ambientais federais
661possam vir aqui fazer um pouco de avaliação das suas performances e dizer
662efetivamente dos seus resultados. É importante compartilhar todas as
663informações do que está sendo feito com todo mundo e, inclusive o desafio do
664Instituto Chico Mendes de um modelo de gestão ambiental, gestão de parque
665compartilhada. É absolutamente necessário discutir isso. Eu agradeço a todos,
666super ano novo para todo mundo e feliz natal e uma ótima reunião, eu espero
667que ano que vem tenha mais. Mais uma vez os meus cumprimentos a todos os
668Conselheiros e todas as Conselheiras. Boa reunião e até logo. *(Palmas!)*

669

670

671**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** - Pessoal, nós vamos dar início aos
672trabalhos, quem vai conduzir nesse primeiro momento é o Deusdará, nosso
673diretor de gestão estratégica, eu retorno imediatamente para depois nós
674darmos sequência a nossa Plenária. 30 segundos de tumulto para a Ministra
675sair e depois continuamos. Obrigado.

676

677

678**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Senhores e senhoras, vamos
679começar? Já foi dado o recreio. O Conselheiro João pediu para continuar mais
680cinco minutos, então em respeito vou dar cinco minutos ao João. Senhores.
681Recebeu o e-mail? Senhores e senhoras, eu pediria a gentileza de quem se
682inscreveu para a tribuna livre, são seis inscritos. Eu pediria que as pessoas, por
683favor. Adriana.

684

685

686**A SRª. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
687**DConama)** – Bom dia a todos, vamos começar com alguns informes da
688Secretária-Executiva, a primeira questão a Ministra já comentou sobre a
689proposta de licenciamento ambiental de empreendimento de geração de
690energia eólica Como tem o regime de urgência para essa matéria ela devia
691estár câmara, para essa Plenária, e não está porque a Câmara Técnica
692entendeu que ainda precisa de um amadurecimento maior da matéria, retorna
693para o Grupo de Trabalho com a agilidade para que esse assunto esteja
694pautado na próxima Plenária. A outra questão que eu gostaria de informar aos
695senhores é sobre a eleição que fizemos para representação do Conama no

696Fundo Nacional do Meio Ambiente e no Grupo de Integração de
697Gerenciamento Costeiro, que é o GAI-Gerco, ambas as representações a
698previsão legal é de que fosse feita por entidades da sociedade civil em um caso
699e entidade ambientalista em outro caso. Então, no caso do FNMA o titular eleito
700é o Sócios da Natureza e a ABES como suplência, essa foi uma decisão das
701próprias ONGs e na medida em que a candidatura foi única nós dispusemos no
702regramento próprio que não haveria continuidade do processo eleitoral
703evidentemente, porque as candidaturas eram únicas. Para o GAI-Gerco ficou a
704entidade PROAN. Então com isso eu acho que nós conseguimos estabelecer
705um procedimento de encaminhamento dessas questões que antes eram feitas
706na própria Plenária no momento em que existiu alguns Conselheiros, mas não
707a totalidade do Conselho, se tinha uma decisão aqui. Nesse caso nós estamos
708fazendo o procedimento ágil por e-mail e que está funcionando, caso alguns
709dos senhores ainda queira nos dar alguma opinião e sugestões para os
710próximos recebemos muito bem-vindo. A outra questão não está em pauta,
711mas eu gostaria Deusdará de aproveitar esse momento para lembrar a todos
712da necessidade da renovação do mandato dos representantes dos segmentos
713nas Câmaras Técnicas e no CIPAM. O Regimento Interno prevê a possibilidade
714da permanência dos mesmos, na medida em que é o primeiro biênio. A
715sociedade civil é a única que não altera nesse momento porque o mandato
716está descasado com os demais em razão da eleição do conselho permanente
717do Cadastro Nacional das Entidades Ambientalista. Então, todos receberam o
718ofício, pediríamos que aproveitassem esse momento de Plenária para já
719agilizar o encontro de pessoas que moram longe e nós precisamos receber
720isso até o dia seis de dezembro. Fizemos uma forma dividida nessa questão,
721até seis de dezembro nós vamos receber as entidades e órgãos de cada
722segmento em cada Câmara Técnica e CIPAM, e até 13 de dezembro o nome e
723os dados de pessoa. A ministra nos cobrou reuniões já no começo do ano para
724que a pauta de março tenha uma consistência de resoluções maior do que a
725atual. Então, significa que em dezembro nós já vamos fazer um calendário
726propositivo com algumas reuniões para se iniciarem no começo de fevereiro.
727Como vem período de férias é preciso que as pessoas se organizem para isso.
728É isso Deusdará.

729

730

731**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Seguindo a pauta,
732informações de quórum.

733

734

735**A SR^a. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
736**DConama)** – O quórum para essa reunião era de 51, nós tínhamos 84 até o
737momento que tinha sido me informado no começo da reunião.

738

739

740**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Apresentação de novos
741Conselheiros.

742

743

744**A SR^a. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
745**DConama)** – Nós temos uma lista de alguns novos, quem estiver presente,

746alguns estarão aqui outros não, eu peço que se levantem. Comando da
747Aeronáutica, Coronel de Infantaria Sérgio Esmerio Pettasse de Souza na
748condição do suplente. Tenente-Coronel-Aviador Breno Durante Farias Lima.
749Pelo comando da Marinha, Capitão de Fragata (...) Rodi Júnior. Bem-vindo.
750Capitão de Fragata Anderson de Oliveira Caldas. Pelo ICMBio Giovanna
751Palazzi na condição de suplente. Ministério dos Esportes Bruna da Penha
752Moreira, suplente. Secretaria de Política para as Mulheres Raimon Rodrigues
753Rezende, como titular. Bem-vindo. E Suzi de Cordova Huff Theodoro como
754suplente. Pela Secretaria de micro e pequena empresa, então estreando essa
755secretaria que é ligada a Presidência da República, são novos conselheiros
756chegando realmente no Plenário do Conama. Marcelo Dias Varela, suplente.
757Clarice Gomes de Oliveira também como suplente. Saiu a nomeação no Diário
758Oficial hoje. Os governos estaduais, Governo do Amazonas, Marcelo da Silva
759Oliveira, suplente. Do Amapá aliás. Governo do Amazonas Camila Botelho do
760Amaral como titular. Governo do Ceará Bruno Vale Sarmento de Menezes,
761esteve na preparatória. Bem-vindo. Afonso Cordeiro Torquato Neto também do
762Ceará. Pelo Governo do Rio Grande do Norte Sérgio Luiz Macedo, suplente.
763Governo de Roraima Rodolfo Pereira. Governos municipais, pelo Confederação
764Nacional dos Municípios Lauro José da Silva Júnior, suplente. Entidade de
765Trabalhadores das Sociedade Civil, Associação Andiroba Josilda Pereira Paiva,
766suplente. Bem-vinda Josilda, já tivemos na reunião com as ONGs. Populações
767Tradicionais Rafael Pinzon Rueda. Bem-vindo. São esses os novos
768Conselheiros.

769

770

771**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Muito obrigado. Sejam todos
772bem-vindos. Agora vamos passar para o outro ponto, aprovação da transcrição
773da ata.

774

775

776**A SR^a. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
777**DConama)** – Aprovação de transcrição da ata.

778

779

780**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Dr. Marcílio Caron pela
781ABRAF.

782

783

784**A SR^a. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
785**DConama)** – Depois.

786

787

788**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Na ordem, Pedro Wilson pela
789Anamma.

790

791

792**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Associação Brasileira de Produtores de**
793**Florestas)** – Marcílio Caron Neto, representante do setor. *(Falas sobrepostas.)*
794Eu tenho uma correção a fazer na linha 1257, substituir a palavra simbologia

795por tipologia. Na linha 1258 substituir fez uma por apresentou contrapartida a
796esta proposta.

797

798

799A SR^a. **ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
800**DConama)** – Você poderia só situar, isso é uma fala de quem, só para
801entendermos isso.

802

803

804O SR. **MARCÍLIO CARON NETO (Associação Brasileira de Produtores de**
805**Florestas)** – Na linha 1257 da ata, ela está numerada.

806

807

808A SR^a. **ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
809**DConama)** – Certo, mas isso está se referindo a uma fala de quem nesse
810momento, uma fala sua mesmo?

811

812

813O SR. **MARCÍLIO CARON NETO (Associação Brasileira de Produtores de**
814**Florestas)** – Uma apresentação minha. Ok? Depois eu posso passar.
815Obrigado.

816

817

818O SR. **RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Dr. Pedro Wilson.

819

820

821O SR. **PEDRO WILSON GUIMARÃES (Anamma)** – Bom dia a todos e todas.
822Eu gostaria de informar que a Anamma, Associação Nacional dos Órgãos
823Municipais de Meio Ambiente-Anamma, faz este ano em Curitiba nesse final de
824semana, 25 anos. Criada em Curitiba, nós vamos estar em um seminário, a
825Anamma vai ter duas participações nesse final de semana, em Curitiba nesse
826seminário e também na reunião da Frente Nacional de Prefeitos com o Dr.
827João Ricardo em Porto Alegre. A Frente Nacional nós teremos um trabalho. Eu
828queria também Sr. Presidente desta reunião, saudar o dia 19 de novembro que
829é o dia da criação do Ministério do Meio Ambiente, 21 anos, a maior idade,
830saudando desde o nosso primeiro secretário Paulo Nogueira até a Ministra
831Isabela Teixeira. Eu quero manifestar aqui também, parabenizar o Instituto
832Chico Mendes e também dizer que mês de dezembro no dia 22 foi assassinado
833o Chico Mendes, ele foi um dos ícones na luta de criação de organismos
834ambientalista no Brasil em 1988, o ano de criação também da Anamma. Mas e
835saudar o Instituto Chico Mendes por preparar o Brasil para o grande encontro
836que vai se realizar em Sidney na Austrália da questão dos parques, que é uma
837questão mundial e do Brasil, e dia quatro de dezembro vamos ter uma reunião
838preparatório. Mas eu diria ao Dr. Vicentin que pudesse fazer um encontro
839nacional antes, que é em novembro do ano que vem em Sidney, que a nós
840pudéssemos discutir uma das questões básicas da questão ambientalista no
841mundo que é a questão dos parques, o uso, o manejo, os limites. Que é fácil
842criar um parque que seja municipal, estadual ou nacional, o duro é fazer a sua
843manutenção, o seu manejo, o seu limite e discutir nessa questão, tem muita
844gente que é contra abrir os parques, outros são favoráveis, eu acho que o

845parque tem que ser protegido, mas ele também tem que ser participado e pode
846ser um dos pontos inclusive de encontro da sociedade local, nacional e até
847internacional. Eu faria além da reunião de quatro de dezembro agora
848preparatório, eu proporia que o Ministério e o Instituto Chico Mendes pudesse
849fazer o encontro nacional para quem pudesse, quem for a Austrália pudesse
850não só preparar para um grande encontro, mas que pudesse lá apreender e
851tudo mais. Eu gostaria também Sra. Presidenta, Dr. Robson e Dr. Deusdará,
852fazer aqui uma homenagem, faleceu recentemente um técnico do Ministério do
853Meio Ambiente, trabalhou comigo enquanto estava na Secretaria Nacional de
854Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, o Dr. Saburo Takahashi, não é? Um
855grande profissional, dedicado, vítima de câncer, colega do nosso querido
856Roberto Monteiro lá da secretaria e que veio a falecer. Muitas vezes quando
857nós morremos ninguém mais lembrar, vai desaparecendo, nós não lembramos
858e uma pessoa que tinha um trabalho permanente, eficaz, profissional aberto a
859todo mundo, trabalhou lá sob as ordens de Dra. Zilda aqui presente. Eu quero
860também dizer da importância e saudar a realização da 4ª Conferência, mas eu
861faria também mais uma sugestão. No Brasil nós fazemos as conferências
862municipais, regionais, estaduais, nacional e depois? O pós-conferência. Que
863nós pudéssemos ter um momento nacional, Goiânia vai inovar e vai fazer a
864Conferência Reversa, ou seja, depois de feita a nacional o que nós
865aprendemos nesse. Porque nós temos, o Brasil tem feito muitas conferências e
866isso é importante, é uma forma de participação da sociedade, mas quais os
867resultados? Senão daqui a pouco nós vamos ver que nós vamos nas
868conferências e quais são as efetividades, o que é aprovado lá? Nós tivemos
869duas, além de outras conferências, duas grandes conferências importantes
870para nós, a Conferência Nacional da Cidade e a Conferência do Meio Ambiente
871sobre a questão dos resíduos sólidos. E nós ainda município, estamos sobre
872impacto dos planos obrigatórios até 2014, o plano de saneamento de resíduo
873sólido, drenagem e coleta seletiva. Eu posso dizer isso porque eu participei
874como deputado da aprovação da lei, nós levamos 20 anos, agora nós estamos
875dando quatro anos para os municípios fazerem os planos. Como é que esses
876planos funcionam? Como é que vão funcionar? E vai chegar limite, impede
877inclusive os municípios, porque as coisas, repito novamente, não acontece no
878estado e nem na União, aconteceu no município. Por isso o apelo também
879Senhora Presidente, e aqui aos delegados estaduais, ao Dr. Gurgel, o Dr.
880Eugênio e outro secretários estaduais, a Jaqueline. E a importância de quando
881o Ibama faz um convênio com os estados, que seja chamadas as entidades
882municipalistas daquele estado, até para perceber o que aquele convênio,
883porque as repercussões também são nos municípios.

884

885

886**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Secretário, o tempo por favor.

887

888

889**O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES (Anamma)** – Então, eu quero dizer e
890entra aquela velha história da TCFA, quer dizer, houve um convênio do
891Ministério com o Ibama, com os estados, mas até hoje os estados não fizeram
892o alargamento dessa participação, muito pouco, talvez o Rio de Janeiro e
893outros aí. Desculpe, é até bom fazer essa ressalva. Disse que também na
894Bahia ou em São Paulo, mas o fato é que a maioria. Então, eu gostaria de

895saudar a Anamma, estão aqui presentes o João Ricardo, a Sílvia do Acre, o
896João de São Paulo, (...) do Mato Grosso, Epitácio do Goiás. Temos mais o
897Fernando do Rio Grande do Sul. A Anamma participa, vai fazer a renovação
898dos seus Conselheiros e, inclusive com participação da Frente Nacional de
899Prefeitos com a CNN e também com a Abema. Muito obrigado. Bom Natal e
900tudo de bom e melhor para o ano que vem. Eu faço um apelo também da
901questão do calendário tendo em vista que de reuniões próximas em um ano
902eleitoral. Da Copa certamente também, mas mais nesse sentido para nós
903trabalharmos e participar aqui. Obrigado pela atenção de vocês.

904

905

906**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado secretário. Bom,
907perdão pela condução. Alguém ainda tem alguma coisa a respeito da ata? Não
908havendo nada a respeito da ata está aprovada com as sugestões colocadas
909pelo Dr. Marcílio Caron. Então nós temos a tribuna livre, entendo que o Dr.
910Miguel está inscrito na tribuna livre. O Dr. Pedro Wilson acabou fazendo a
911tribuna livre antecipada, mas tudo bem. Eu gostaria de chamar o seguinte, só
912para propor validar as inscrições. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)
913Saint Clair. Nós temos o Robis, Tadeu, Paulo Martins, Polignano e Bocuhy.
914Entrando agora o Saint Clair e o Miguel Scarcello, ok? Mais alguma inscrição?
915Vou dar por encerrada as inscrições. Então eu gostaria de chamar o
916Conselheiro Robis, por gentileza. Eu pediria aos senhores enquanto o
917conselheiro chega, que na parte da manhã nós ainda conseguíssemos definir
918aquele Comissão, aquele Grupo de Trabalho que a Ministra determinou que
919acontecesse, uma comitiva desculpa, uma comitiva. Então na parte da manhã
920nós vamos abrir o espaço para formarmos essa comitiva para atender a
921diligência que ela solicitou. Pois não conselheiro, bom dia.

922

923

924**O SR. CAP. MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO (CNCG)** – Bom dia
925Desdará, Adriana, Robson, colegas conselheiros. Eu trouxe aqui uma carta do
926Coronel Nomura, Comandante da Polícia Ambiental do Estado de São Paulo e
927representante titular deste conselho, que escreveu a respeito dessa notícia da
928sustação da eficácia da Resolução Conama 457. Eu peço a gentileza para lê-
929la. Ele não pôde comparecer. Caros Conselheiro Bom dia, o Conselho Nacional
930de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares
931do Brasil, CNCG, lamenta profundamente o fato de estar tramitando junto a
932Câmara dos Deputados uma proposta de Decreto Legislativo cujo texto se
933propõe a sustar os efeitos da Resolução Conama 457 de 2013. Essa votação
934era para acontecer hoje. Sustenta-se a citada proposta nas alegações de que a
935Resolução 457 contribui para a institucionalização do tráfico de animais,
936oferecendo efetivos riscos à fauna brasileira, além de que estaria este conselho
937usurpando a prerrogativa do legislativo na medida em que a Resolução 457
938teria um condão de legislar e não de simplesmente regulamentar o tema. Na
939minuta do relatório que aprova a proposta de texto para o Decreto Legislativo
940assim se consignou. O parlamentar escrevendo: “o que se espera doravante é
941que os órgãos ambientais realizem a soltura dos animais apreendidos em seus
942habitats e caso não possam levá-los até as suas respectivas regiões de
943origem, que encontrem instituições para receber a fauna apreendida.” Ora, é
944exatamente disso que trata a Resolução 457, na medida em que busca criar

945alternativas para uma adequada destinação dos animais silvestres
946apreendidos, com a preocupação primeira de salvaguarda o bem-estar animal,
947já que é sabida a insuficiências estrutural para o recebimento de tais animais. É
948importante frisar ainda senhores conselheiros, que este conselho nada mais fez
949do que regulamentar o Art. 102, 105 e 107 do Decreto Federal 6514,
950circunstanciando e instituindo parâmetros para a sua aplicação. A Polícia Militar
951Ambiental de São Paulo apreende anualmente uma média de 30 mil animais
952silvestres, isso só nos remete a uma conclusão, só tem problema com
953destinação quem fiscaliza. Da mesma forma nos conduz a uma triste
954preocupação, qual seja? A de que a inexistência de alternativas de destinação
955possam contribuir diretamente para o arrefecimento do esforço de fiscalização
956no que diz respeito a proteção da fauna, nesse sentido as consequências são
957mais do que previsíveis. De toda ordem e não poderia ser diferente, uma
958eventual sustação dos efeitos da Resolução Conama 457 será recebida pelo
959Conselho Nacional de Comandantes Gerais com muita serenidade e profundo
960respeito institucional à Câmara dos Deputados, mas com um inegável
961sentimento de frustração. Mesmo assim, entende o CNCG que o processo de
962construção e aprovação da Resolução Conama 457 foi útil para ressaltar a
963inexistência de locais de destinação e a agrura dos órgãos de fiscalização
964ambiental do Brasil quando aprendem animais silvestres. O CNCG agradece
965mais uma vez o voto de confiança que lhe foi dado quando da aprovação
966unânimes da Resolução 457, esperando que a Câmara dos Deputados se volte
967definitivamente para o tema e passe a propiciar ações que efetivamente
968combatam o tráfico de animais, tais como a ampliação das penas aos
969traficantes, emendas parlamentares para investimento em setas, em serviços
970de inteligência, em programas de reintrodução de animais silvestres, em
971reaparelhamento dos órgãos federais e estaduais de fiscalização dentre outras.
972Finalmente, o CNCG lembra aos Conselheiros que salvo melhor juízo, um vez
973sustada a Resolução 457 de 2013 volta a vigorar a Resolução 384 de 2006,
974que trata do mesmo tema e que tal resolução prevê instituto semelhantes, tais
975como depósito doméstico provisório de animais e o Cadastro Nacional
976Informatizado. Daí porque se espera que tais institutos sejam efetivamente
977alavancados, não apenas para cumprir a Resolução do Conama, mas
978primeiramente para salvar vida de animais silvestres. Dr. Deusdará, eu gostaria
979de como foi permitido pela Ministra, sugerir caso assim entenda o Conama,
980essa mesa diretora, que o CNCG possa contribuir com a defesa da Resolução
981457 junto a Câmara dos Deputados. Muito obrigado a todos.

982

983

984**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado Conselheiro. Eu
985chamaria o Conselheiro Bocuhy pela ordem alfabética aqui, já que eu perdi a
986ordem de inscrição. Obrigado.

987

988

989**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom dia, senhores
990Conselheiros. Eu trago dois assuntos aqui que são de extrema importância
991para nós lá principalmente da região metropolitana de São Paulo. O primeiro
992deles trata da questão da poluição atmosférica, os últimos estudos em São
993Paulo dão conta de uma morbidade de 17 mil paulistanos por ano por conta de
994poluição atmosférica, sendo 4.600 paulistas na região de São Paulo. E, além

995disso, abrevia-se a vida em três anos de cada pessoa que habita a região
996metropolitana de São Paulo durante toda a sua vida. Nesse sentido, em que
997pese temos conseguido que o Ministério do Meio Ambiente trabalhasse através
998de um Grupo de Trabalho a revisão dos padrões de qualidade do ar de acordo
999com os valores indicadores da Organização Mundial da Saúde, isso está em
1000andamentos no Grupo de Trabalho. Nós entendemos que são necessárias
1001algumas medidas em âmbito nacional para que nós possamos implementar
1002uma política por ar limpo no Brasil e isso se refere a uma série de medidas, não
1003só a questão de atualização dos valores indicadores pela Organização Mundial
1004de Saúde. Então, nós estamos pedindo ao Ministério do Meio Ambiente com a
1005contribuição do Conama, a formação de um Grupo de Trabalho para a
1006implementação de uma política por ar limpo, são ações diversas que tem que
1007ser tomadas por diversas áreas. E o cumprimento de diversas resoluções do
1008Conama, alguns dispositivos do Contran, a questão da redução do enxofre na
1009gasolina, isso tem que ser estudado também. Durabilidade de catalisadores,
1010enfim, tem uma série de medidas, aqui são 12 pontos que nós estamos
1011solicitando ao Ministério do Meio Ambiente que tome essas providências. No
1012México, Mario Molina, Prêmio Nobel de química, por uma ascendência política
1013muito forte que ele tinha sobre o próprio governo e a sociedade civil, ele
1014conseguiu organizar a cidade, a sociedade na Cidade do México por uma
1015campanha por ar limpo. O resultado foi fantástico, inclusive motivando o próprio
1016governo não só da Cidade do México, mas também o Governo Nacional
1017Mexicano, no sentido de que uma política por ar limpo fosse implementada e
1018uma política como os senhores sabem, envolvem a ação de diversos setores.
1019Então, há esse nosso pedido em função, eu digo e insisto, da emergência da
1020situação que ocorre em São Paulo e da necessidade de um pronunciamento
1021diante dessa situação pelo Governo Federal, não só pelo Governo de São
1022Paulo, mas também pelo Governo Federal. A sociedade precisa de uma
1023resposta com relação a isso, precisa de salvaguardas, e nós temos que nos
1024debruçar sobre isso. O papel do Conama não é só fazer Resolução, o papel do
1025Conama é também cuidar da Política Nacional do Meio Ambiente, portanto, da
1026implementação dessas políticas. A segunda questão é que nós realizamos em
1027São Paulo um debate sobre licenciamento ambiental, diante da discussão que
1028o Conama já antecipou e produzimos um pequeno documento preliminar não
1029resultado ainda dessa reunião de São Paulo, mas por várias instituições, várias
1030entidades, estamos protocolando junto ao Ministério contribuição preliminar de
1031entidades da sociedade civil com representação junto ao Conselho Nacional de
1032Meio Ambiente sobre a revisão do licenciamento ambiental do Brasil. Está é a
1033posição formal que nós estamos colocando nesse primeiro momento, como
1034uma contribuição preliminar e pensamos uma publicação para o ano que vem,
1035aí em conjunto com as discussões que nós estamos fazendo com o Ministério
1036Público Federal, Estadual e outras organizações ligadas a área de ciência
1037tecnologia e etc.. Então são essas duas questões que eu gostaria de pontuar.
1038Muito Obrigado.

1039

1040

1041**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Estou sendo informado que
1042nós recebemos um documento assemelhado da Cetesb, eu acuso o
1043recebimento. Muito obrigado. Conselheiro, com relação a sua proposta de
1044Resolução, é importante Bocuhy. Só um esclarecimento bem breve, que o

1045senhor fizesse uma minuta de Resolução da sua proposta anterior e
1046encaminhasse via Câmara para que nós pudéssemos criar o Grupo de
1047Trabalho. A proposta de Resolução.

1048

1049

1050**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Nós temos várias
1051propostas de Resolução. Com relação ao ar? Na verdade, a atualização dos
1052padrões de qualidade do ar, isso já está sendo trabalhado no Grupo de
1053Trabalho que já foi instalado, começou dia nove de dezembro. Então essa seria
1054uma medida necessária para a atualização de acordo com os valores
1055indicadores da Organização Mundial da Saúde, porém, nós estamos pedindo
105612 medidas de teríamos que tomar por uma Política Nacional de Ar Limpo, aí
1057vai extrapolar essa discussão do próprio Conama, mas o Conama tem que
1058participar desse processo também.

1059

1060

1061**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado pelo
1062esclarecimento. Pela ordem, Dr. Polignano.

1063

1064

1065**O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy S.O.S. Rio das**
1066**velhas)** - Prezado Deusdará, em nome de qual cumprimento a mesa e todos.
1067Primeiro eu queria de qualquer jeito, sem nenhuma questão em relação a sua
1068condução, mas de certa forma colocar um pouco, é muito bom ouvir a Ministra
1069falar, é muito bom ouvir o secretário falar, agora eu acho que seria importante
1070também que a Ministra e o secretário nos ouvissem. Eu tenho uma
1071preocupação porque é o meu primeiro mandato como Conselheiro, e o Bruno
1072aqui, eu faço a menção dele, que nós somos Conselheiros da república eu
1073gostei do termo, e talvez o melhor parlamento para discutir a questão
1074ambiental. Eu fico muito preocupado quanto a questão de um esvaziamento
1075dessa representação e colocando até exatamente isso, quer dizer, você vê
1076uma Reunião Ordinária onde a maioria das questões ou são informes ou são
1077moções, e poucas resoluções. Eu acho que isso não diz da importância desse
1078órgão. Então, eu acho que nós temos que fazer um movimento no sentido de
1079fortalecer e aí colocar que uma das coisas mais produtivas que teve esse ano
1080foi o seminário sobre a questão do licenciamento, que eu espero que tenha
1081desdobramento porque foram colocadas uma série de propostas interessantes
1082por conta da iniciativa privada, dos órgãos estaduais, mas também da
1083sociedade civil. Nós estamos entregando esse debate e entendendo o
1084seguinte, e aí eu quero colocar um pouco a minha preocupação para ocupar
1085essa tribuna, no sentido de que com certeza o que a sociedade nos cobra é
1086resultado. O grande objetivo do licenciamento ambiental, da política ambiental,
1087tem que ser resultados e aí uma questão que foi colocada no seminário que eu
1088acho importante, é a questão de nós começarmos a ter metas de qualidades.
1089Assim como o Bocuhy defendeu a questão da qualidade do ar, eu acho que
1090fundamentalmente uma outra questão que eu quero chamar atenção é a
1091respeito da qualidade das águas, os nossos rios estão morrendo, os nossos
1092rios estão morrendo. Eu estive em julho em uma expedição que fizemos no
1093São Francisco, o Baixo São Francisco está convivendo com rio com 1100
1094metros cúbicos por segundo. Temos problemas nas comunidades de Sergipe e

1095Alagoas de abastecimento de água, de agronegócio, de tudo que vocês
1096quiserem em relação a questão do rio. Eu faço parte do Comitê da Bacia do
1097Rio das Velhas e nós temos uma série de resoluções que são inclusive desde a
10989433, que regulamenta a questão da bacia hidrográfica como espaço do
1099planejamento. Chamo atenção para a questão da gestão dos recursos hídricos
1100e eu digo o seguinte, o nosso modelo de gestão de recursos hídricos está
1101sendo desmontado, está sendo desparelhado. E aí com isso nós temos a
1102maior poluição que nós temos dos nossos corpos hídricos, e nós temos um
1103grande problema, que a nossa maior disponibilidade hídrica é onde nós temos
1104menos população no Brasil. E onde nós temos mais população é onde os
1105nossos recursos estão sendo mais contaminados, basta ver os 10 rios mais
1106poluídos do Brasil, você vai ver que todos estão nas regiões Sul e Sudeste,
1107onde nós temos problemas de captação. O que acontece? Tem uma série de
1108Resoluções que inclusive passam pelo Conama, relacionado a qualidade da
1109água, para vocês terem uma ideia, nós temos um critério de potabilidade de
1110água que inclui pelo menos 15 resíduos de agrotóxicos, sendo que alguns
1111deles já foram inclusive banidos de comercialização no Brasil e constam como
1112padrão de potabilidade. Nós não estamos discutindo o problema de
1113micropoluentes, como metal pesado e problemas relacionados a hormônios e
1114drogas que passam pelos nossos sistemas de tratamento de água, porque elas
1115não são equacionadas para isso, e com isso vão trazendo uma série de
1116doenças para a população no nosso dia-a-dia. Então, eu acho que nós temos
1117que urgentemente rever e até para dar outro dado, existe uma Resolução
1118Conama que estava em uma apresentação, mas eu não pude apresentar em
1119que não vou relembrar o número, que determina um limite na concentração de
1120fósforo nos detergentes e produtos sanitários. O que acontece é o seguinte, eu
1121duvido, eu questiono que essa Resolução esteja sendo cumprida na intriga e
1122mesmo assim, ainda é um nível muito alto, em vários países da Europa o
1123fósforo já não entra mais na composição desses produtos detergentes. Por que
1124eu estou falando isso? Porque o rio das velhas teve um rio, não estou falando
1125de lago ou lagoa, teve o maior episódio de cyanobacteria da sua história, nós
1126tivemos cyanobacteria da saída de Belo Horizonte até a foz do rio, até a foz
1127que é no São Francisco, são 50 quilômetros de rio contaminado de
1128cyanobacteria. E cyanobacteria significa impossibilidade de uso da água para
1129qualquer fim. Então, eu estou querendo aqui da mesma forma que o Bocuhy,
1130colocarmos a questão da água em foco e propormos também um Grupo de
1131Trabalho para revermos toda essa questão ligada a legislação da água que
1132tem, diz respeito ao Conama, para que nós possamos trabalhar em cima delas
1133e rever alguns conceitos importantes. Então, esta é uma proposta. E eu quero
1134fortalecer também que temos que fazer um grupo a respeito do licenciamento,
1135porque grande parte das questões que foram levantadas aqui não dizem
1136respeito à mudança da lei, dizem respeito a questões que dentro do próprio
1137Conama com certeza nós podemos avançar. Então, eu queria colocar essas
1138duas questões e se for o caso depois eu formalizo em termos de ofício, ok?

1139

1140

1141**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado conselheiro,
1142aguardamos a formalização então. Dr. Paulo Martins, SBPC.

1143

1144

1145 **O SR. PAULO MARTINS (SBPC)** - Obrigado Deusdará. Bom dia. Pediu-me a
1146 presidente da SBPC que falasse um pouco ou anunciasse o lançamento do
1147 próximo satélite de sensoriamento remoto na cooperação entre Brasil e China.
1148 Já é o quarto da série de uma cooperação que se iniciou em 1988 e é fruto de
1149 um casamento que eu chamaria de pelo menos um casamento insólito, em que
1150 o que Brasil casa com a China e nós temos sucesso em um campo totalmente
1151 inesperado, poderia ser dança, poderia ser gastronomia, podia ser qualquer
1152 coisa, mas nós entendemos que podíamos fazer uma cooperação em
1153 atividades espaciais. É importante ressaltar que pelo menos dois dos quatro
1154 sensores são desenvolvidos, pensados e produzidos pelo Setor Aéreo Espacial
1155 Brasileiro, que se demonstra com alta capacidade de acompanhar tais
1156 desafios, o projeto é tocado 'mano a mano', 50% por cada país, mas de uma
1157 forma independente, ou seja, não há chineses trabalhando no seguimento
1158 brasileiro, assim como não é brasileiro trabalhando no segmento chinês. Então
1159 mostra bem a autonomia industrial brasileira nesse sentido. Dois desses
1160 sensores tem diretamente relação com aquilo que nós discutimos aqui, primeiro
1161 é o sensor que contém cinco metros de resolução e trabalha em várias faixas
1162 do espectro magnético, desde o azul até o infravermelho. Nós acreditamos que
1163 a próxima aquisição que o sistema 'MMA' vem adquirir sobre a cobertura dos
1164 municípios brasileiros, em vez de nós gastarmos esses 50 milhões na próxima
1165 captura, nós conseguimos incorporar esses produtos sem custos no projeto. O
1166 segundo ponto é relacionado com o tema água, existem pelo menos dois, duas
1167 bandas espectrais na faixa do azul que trabalha exatamente com a qualidade e
1168 a cor da água, nos ajudando a monitorar a água superficial e eventualmente
1169 adiantar algum sinal de socorro. O terceiro ponto que a presidente me pediu
1170 para chamar atenção é em relação ao orçamento que o sistema INPI e a
1171 Agência Espacial Brasileira trabalha ao ano. Então, os números estão aí em
1172 torno de 300 milhões de dólares ao ano, é um valor significativo em um país
1173 como o Brasil, mas ela pede sempre que quando nós capturarmos uma
1174 imagem sem custos via Internet, isso pode ser feito por qualquer um de nós,
1175 sem nenhum procedimento a mais de cadastro. Ela diz para lembrar que esses
1176 300 milhões de dólares no Brasil, quando comparado com museu, com a Casa
1177 de Ópera dos Estados Unidos, de Nova York, *Cosmopolitan*, a *Cosmopolitan*
1178 usa ao ano 340 milhões de dólares para o seu orçamento, ou seja, 40 milhões
1179 de dólares a mais do que nós gastamos com a atividade espacial no Brasil.
1180 Muito obrigado.

1181

1182

1183 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado Conselheiro Paulo
1184 Martins. Boas notícias. Quem está conduzindo o CAR fica bem esperançoso
1185 que essas imagens sejam possíveis de ser utilizadas no sistema. Tadeu,
1186 Sócios da Natureza.

1187

1188

1189 **O SR. TADEU SANTOS (Sócios da Natureza)** – Bom dia a todos. Eu apenas,
1190 eu até havia quase desistido do meu direito de falar, mas a questão do
1191 licenciamento. Nós estamos esperando que o Ministério do Meio Ambiente
1192 Informe o conselho sobre a leitura do seminário que ocorreu aqui nesse
1193 espaço, já que. Não vou entrar no mérito sobre a questão ou importância do
1194 licenciamento, a questão de EIA/RIMA, de Audiências Públicas e uma série de

1195mecanismos que precisam urgentemente serem discutidos pelo Plenário do
1196Conama. Então, eu faço um apelo ou forma de recomendação ao Ministério e
1197ao Conama, para que vocês tomem alguma posição em relação ao
1198licenciamento. Houve uma provocação que foi uma grande sacada do
1199seminário e eu espero que para o ano que vem o Ministério, o Conama, nos
1200apresente uma proposta, um calendário de discussões, para que haja
1201realmente, atenda aquelas manifestações que houveram aqui, principalmente a
1202do Ex-Ministro Carvalho, onde ele foi muito sábio nas colocações dele. Ok?

1203

1204

1205**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Você está coberto de razão,
1206nós vamos levar essa preocupação e materializa uma resposta e um calendário
1207para o próximo ano. Na ordem, Miguel Scarcell e finalmente Saint Clair.

1208

1209

1210**O SR. MIGUEL SCARCELL (SOS AMAZÔNIA)** – Bom dia senhoras e
1211senhores Conselheiros. Eu quero primeiramente agradecer pelo anúncio da
1212Ministra de que temos que agilizar as discussões internamente sobre a questão
1213do petróleo e das explorações de gás que estão sendo propostas no país, não
1214é? Espalhadas pelo país inteiro, e no caso da minha região, na Região Norte e
1215no caso especificamente do Acre isso vem com toda a força, como a grande
1216saída para o desenvolvimento do estado. Eu reconheço a importância disso, é
1217uma cobrança nossa nos últimos meses aqui dentro do Plenário para que nós
1218prontifiquemos a discutir política e avaliar as políticas que o país tem hoje, para
1219que nós possamos colaborar. Eu contesto o que a Ministra falou de que
1220devemos apresentar mais propostas de Resolução. Sinceramente eu acho que
1221nós temos que ser mais efetivos, temos que implementar o que tem aqui e tem
1222muita coisa para ser feito e quase pouco se faz. Eu lamento que ela tenha
1223saído, porque ela vem aqui faz os relatos que ela quer, anuncia o que ela quer
1224e não fica conosco para discutir. Sinceramente nós merecemos trocar ideia
1225com ela, nós temos uma série de demandas, três agora foram levantadas e são
1226coisas seríssimas de preocupação nacional. Nós queremos ouvir qual é o
1227caminho e é discutir, é discutir, e eu não vejo nada efetivo em discussão. A
1228proposta, a única que eu vi há pouco e que agora o Tadeu está reclamando, de
1229que nem os resultados foram anunciados e nem trazidos a público, isso nós
1230temos que nos apropriar disso. Então, eu acho que nós temos que enfatizar
1231esse procedimento de discussão, indicativo de encaminhamentos, para que
1232alguém na ponta tome iniciativa, isso é fundamental. Eu reclamo isso aqui e
1233recomendo que a Ministra permaneça no Plenário ao menos até ouvir a tribuna
1234livre, porque senão nós ficamos o tempo aqui reclamando sobre isso e nós só
1235recebemos da parte dela cobrança, porque está tudo parecendo que está
1236dando tudo certo, mas na prática as coisas estão aí pegando fogo, sabe? E
1237muita coisa para ser feita. Por isso que tem muita moção, porque tem que
1238trazer as questões particulares porque lá na ponta não se resolve, os órgãos
1239estaduais também estão carregados, os municipais mais ainda e ninguém dá
1240encaminhamento a nada, a sociedade civil tem que trazer isso para algum
1241ambiente, é esse aqui. Bom, eu trouxe aqui dois outros itens que eu acho que
1242são importantes para nós, seguindo essa pressão nossa e essa demanda
1243nossa para discutir política e avaliar as nossas políticas. Uma de novo a
1244respeito das unidades de conservação aqui do país. Eu quero requisitar que o

1245Conama pautou a avaliação da Política Nacional de Biodiversidade,
1246primeiramente sobre a gestão e funcionamento das unidades de conservação
1247federal. Eu sugiro que inicie pela análise das avaliações existentes sobre o
1248tema, sobre as unidades, em particular no caso da Região Amazônica, os
1249resultados já anunciados e que devem estar disponíveis pelo Programa ARPA.
1250Agora recentemente, o estudo do TCU. Eu lamento que a Ministra nem fez um
1251comentário a respeito disso, ou a favor ou contra, mas isso é fundamental, eu
1252fiquei feliz, vi esse anúncio da iniciativa do TCU em setembro, que ia ser TCU
1253Verde, e agora saiu. Foram usados 15 indicadores, eu, infelizmente, não tive
1254aceso, só vi a notícia pela Folha de São Paulo, mas até agora não tive como
1255ler. Eu gostaria que isso fosse, esses seriam documentos a serem utilizados
1256nessa análise. E também outros oficiais ou não, gerados por diversas
1257instituições inclusive não governamentais, que tem uma série de observatórios,
1258eu conheço dois no mínimo, um do Instituto Socioambiental e outro do WWF,
1259que acompanha as unidades de conservação do país, não é? Que tratam
1260dessa questão. Então, não faltam elementos. Eu acredito também que o
1261ICMBio sozinho com o orçamento que é destinado a ele não vai dar conta da
1262gestão, isso é uma análise que eu faço, que isso é irresponsável acreditar que
1263o ICMBio vai dar conta e é incorreto. Mesmo o concurso que será feito para
1264novos analistas pode ser em vão já que não existe política para incentivar a
1265permanência na unidade, que é um dos grandes problemas. Unidades com 800
1266mil hectares com dois analistas ambientais tomando conta, é impossível, com
1267700 famílias morando. E, no caso aqui que a Ministra relata, que as Resexs
1268estão tendo regularização fundiária, dá direito real de uso de posse a essas
1269famílias é uma obrigação que já faz décadas que deviam ser dadas. Então isso
1270é uma pendência antiga, isso como é que se diz? É um passivo ambiental que
1271o MMA está e curando, está demorando muito a curar. Outro aspecto
1272relacionado a isso que tem a ver com essa proposta de discussão da política, é
1273que me chama muita atenção, é a não implementação da Lei do SNUC, em
1274particular o que estabelece para a gestão compartilhada das unidades de
1275conservação com Oscips e para a assinatura dos termos de compromisso com
1276as famílias residentes em unidades de proteção integral. É uma demonstração
1277de que algo está errado, ou a lei não presta ou então o ICMBio não consegue
1278construir um mecanismo para colocar isso em prática. Uma proposta de lei que
1279levou 10 anos para ser aprovada e já fazem 12 anos que foi aprovada e nós
1280não vemos isso funcionando. Instrumentos como esse ajudariam muito na
1281gestão, inclusive com o envolvimento da população local, e não faltam
1282exemplos positivos. Eu quero chamar atenção também aqui que deve se incluir
1283nessa discussão de biodiversidade uma análise sobre os possíveis gargalos
1284que estão sendo estabelecidos pelo CGEN, pelo Conselho de Gestão do
1285Patrimônio Genético, para o desenvolvimento de negócios com produtos
1286florestais não madeireiros. Em relatos apresentados durante uma mesa
1287redonda realizada pela SOS Amazônia, em Rio Branco no Acre agora em
1288setembro, de pessoas representativas do movimento social de populações
1289extrativistas, em setembro deste ano. As empresas que utilizam, relataram que
1290as empresas que utilizam gordura vegetais de espécies da Floresta Amazônica
1291como Mururu, Buriti, Andiroba, Copaiba e outras, estão preferindo comprar do
1292exterior ao invés de comprar de produtores da Amazônia. Além de ser mais
1293barato, tem todo o impeditivo da legislação hoje, que não favorece a nada,
1294alguma coisa está trazendo uma série de dificuldades para que se opere a

1295economia florestal não madeireira aqui no país. E como que quer se evitar
1296desmatamento se você não pode incrementar esse tipo de produção? O que
1297avança é produção madeireira, isso é uma cadeia antiga, cada vez mais se
1298aperfeiçoando, mesmo os mecanismos de controle não funcionam, espero que
1299essa proposta com o Ibama venha de fato funcionar, mas a ilegalidade,
1300irregularidade com madeira continua. E com não madeireiro nem começa a
1301acontecer. Então, eu gostaria muito que isso também entrasse de pauta.
1302Finalizando, eu quero receitar ao Conama que recomende, aí se for possível o
1303caso de fazer a recomendação, ao gestor do Fundo Amazônia, o BNDES, que
1304tenha mais agilidade no tratamento e avaliação dos projetos aprovados pela
1305chamada pública de projetos produtivos sustentáveis que foi feito em 2012.
1306Esperar que um projeto tenha início de 12 a 24 meses depois de aprovado, é
1307uma coisa que desfavorece cada vez mais o incremento de cadeia de valor dos
1308produtos florestais. E principalmente fortalecimento e valorização da produção
1309de milhares de famílias agroextrativistas, justamente que é um dinheiro que
1310vem para diminuir a pressão e o desmatamento, não é? Quer dizer, 24 meses
1311para você começar a operar um projeto aprovado. A lógica de reconhecer que
1312é um negócio os produtos não madeiros, que geram emprego e renda,
1313benefício social e desenvolvimento econômico, tem que ser dada a produção
1314florestal não madeireira, da mesma maneira que se aplica aos grandes
1315empreendimentos industriais. A exemplo da agilidade que o BNDES tem e
1316outras instituições financeiras fazem ao financiar empresas falidas, que é o
1317exemplo agora das empresas do Eike Batista, onde o BNDES é um grande
1318patrocinador para incrementar a produção de combustíveis fósseis. Poderia ser
1319dada também essa mesma agilidade para se promover a produção florestal na
1320Amazônia, do jeito que vai demorar a implementação desses projetos as
1321famílias não estarão mais lá para receber o apoio e a assistência para melhor
1322produzirem e obterem renda com os produtos florestais. Muitas já estão saindo.
1323O êxodo rural é muito grande, vai ser tarde. Eu creio que os doadores como a
1324Noruega, deveriam exigir mais efetividade na aplicação dos recursos. Bom, a
1325respeito dessas declarações do Movimento Extrativista, se vocês quiserem
1326acessar um pouco e conhecer quais foram os depoimentos sobre as
1327dificuldades para os negócios com os produtos não madeiros, pode acessar
1328o site da SOS Amazônia a partir de hoje. www.sosamazonia.org.br. Muito
1329obrigado.

1330

1331

1332**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado, Miguel. Nós temos
1333o conselheiro Saint Clair e eu queria fazer um apelo enquanto ele se aproxima
1334de tribuna e ter a concordância dos senhores ou não, se haveria possibilidade
1335de nós colocarmos ainda na parte da manhã as duas Resoluções. Uma é
1336simples, é a questão de calendário, aprovação de calendário que eu creio que
1337não seja tão polêmico. A outra a nossa Conselheira e companheira do
1338ministério Zilda já fez uma proposta alternativa, então eu consulto os senhores
1339se seria possível após a fala do Conselheiro Saint Clair nós ainda na parte da
1340manhã colocar em discussão para aprovação ou não dessas duas Resoluções.
1341É possível? Eu peço que os senhores por gentileza, que nós estendamos um
1342pouquinho a parte da manhã, mas nós finalizamos a parte de Resolução e
1343ficamos com as moções e os informes na parte da tarde. Por favor,
1344Conselheiro.

1345

1346

1347 **SR. SAINT CLAIR HONORATO SANTOS (Ministérios Públicos**

1348 **Estaduais)** – Bom dia senhor presidente. Eu agradeço a oportunidade. Bom

1349 dia aos senhores Conselheiros e as senhoras Conselheiras. Parece que a

1350 tônica dos discursos aqui hoje foi também a questão do licenciamento e eu

1351 também venho aqui novamente reforçar alguns argumentos que já disse aqui

1352 anteriormente. Estamos passando uma avalanche de estradas no Paraná, são

1353 obras novas, obras de contorno, uma obra de contorno nos chama muita

1354 atenção. Porque ontem tivemos uma Audiência Pública em que o Ibama

1355 determinou a realização de estudo prévio de impacto ambiental para uma obra

1356 de contorno. Estamos fazendo outro contorno em outra cidade próxima àquela,

1357 também na região metropolitana, e o órgão ambiental determinou apenas um

1358 plano de controle ambiental. Poucos impactos têm ali certamente, mas a

1359 discussão é que a legislação deve ser aplicada. Mas estamos desmontando um

1360 morro lá desnecessariamente, hoje, agora, nesse momento está sendo

1361 desmontado um morro em uma obra de contorno pequena que poderia ser

1362 evitado, tem um maciço florestal naquele morro. Um desvio de 500 metros

1363 poderia resolver o problema e nós estamos lá. Quanto custa o desmonte

1364 daquele morro em termos financeiros, em termos ambientais havia também lá

1365 um maciço florestal. Então, a questão do licenciamento está aí patente, não é

1366 falta de capacidade do órgão ambiental, é falta de vontade de aplicar

1367 corretamente a lei e nós estamos passando por isso lá agora, não só nessa

1368 obra como em outras obras de licenciamento. Pedimos um socorro ao Ibama

1369 para que o Ibama assumisse o licenciamento, ouvimos aqui a palavra do

1370 Ministro Herman Benjamim, citando a legislação nos dizendo que o Ibama tem

1371 a competência supletiva e deve assumir a sua competência supletiva nesses

1372 casos. Vamos ver se o Ibama nos atende nisso, um pedido que nós fazemos

1373 aqui com urgência em relação a tomada de posição, em relação a solicitação

1374 que já foi feita. Temos lá também hoje a Usina do Baixo Iguaçu, ouvimos aqui

1375 também do próprio ICMBio que a obra não deveria ser realizada, a obra está lá

1376 em andamento, os agricultores estão em polvorosa porque terão as suas áreas

1377 alagadas. Aí é uma “esquizofrenia” entre aspas, porque o ICMBio dizia que a

1378 obra não quer, o órgão ambiental estadual vai lá e licencia, a obra começa a

1379 andar e cria toda essa celeuma lá. Gostaríamos também que o que Ibama e o

1380 Ministério tomassem o dedo e colocassem a mão lá imediatamente para que

1381 tivéssemos uma solução efetiva em relação a isso. Tivemos a discussão

1382 interna aí a respeito do licenciamento, vamos levar isso também aos

1383 quadrantes do Ministério Público em âmbito nacional, para que também

1384 possamos fazer uma discussão a respeito do licenciamento simplificado. Esse

1385 licenciamento simplificado que nos preocupa, que também está sendo aplicado

1386 no Estado do Paraná e que nós temos aqui também uma discussão que foi

1387 feita aqui nesse próprio Conselho e que nós podemos simplificar para os

1388 pequenos aterros sanitários dos municípios, podemos simplificar o

1389 licenciamento. Houve alguma mudança em relação a isso nos municípios?

1390 Não, os municípios continuam fazendo a mesma coisa, não fizeram os seus

1391 planos, não estão cuidando dos aterros, os lixões estão aí, então não é

1392 questão de simplificar ou não o licenciamento que vai resolver o nosso

1393 problema. No mais estamos aqui em época de Natal, eu gostaria de desejar

1394Feliz Natal a todos, que esse momento nos sirva de reflexão, que possamos aí
1395recarregar as baterias e que todos tenham um feliz ano-novo, mais sustentável.

1396

1397

1398**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Muito obrigado senhor
1399Conselheiro. Entendendo que o meu apelo foi acatado, dois informes rápidos.
1400Ao Tadeu, independente, vou levar a sua manifestação, sua posição a respeito
1401do informe expedido a respeito do seminário, mas todos os documentos,
1402palestras, comentários, apresentações, transcrições, estão todos no site do
1403Conama. E ao Miguel, eu vou pedir ao Secretário-Executivo, o Dr. Francisco
1404Gaetani, ele acompanhou pessoalmente, eu poderia dar esse informe, mas eu
1405acho que está mais atualizado para dar o informe sobre a questão do TCU.
1406Então, eu vou pedir que na parte da tarde, registrando uma das suas
1407preocupações, pelo menos essa eu vou tentar lhe dar retorno, a respeito do
1408TCU sobre as unidades de conservação, o documento é uma folha frente e
1409verso, é uma coisa extremamente sucinta, porém bem feita porque é algo
1410palpável, não são aqueles relatórios, problemas apontados, detectados,
1411propostas de soluções, mas eu vou deixar aqui e pedir ao Secretário-Executivo
1412que te informe a respeito disso. Dando continuidade eu pediria a Dra. Zilda que
1413fizesse a apresentação da Resolução e logo em seguida o Bocuhy e o Lutti
1414para fazer comentários. Ok?

1415

1416

1417**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Bom dia a todos e a todas.
1418Zilda Veloso, Ministério do Meio Ambiente. A proposta nossa era de revisão do
1419prazo da Resolução Conama 420, ela dá um prazo de quatro anos, ela foi
1420aprovado por este Conselho em novembro há exatamente quatro anos. Ela dá
1421um prazo de quatro anos para os estados chegarem, pesquisarem,
1422desenvolverem os seus valores de referencia de qualidade do solo. Conforme
1423já relatei na reunião anterior, esse ministério promoveu um curso presencial no
1424ano passado, onde estavam presentes representantes de 24 estados
1425brasileiros. Dois representantes de 24 estados e mais membros representantes
1426do Ministério, do Ibama, Ministério da Saúde também participou, Ministério de
1427Minas e Energia. E depois nós fizemos um curso a distância, onde
1428aprofundamos aqueles conteúdos, principalmente no que diz respeito a
1429metodologia para se chegar a esse valor de referência, foi toda baseada na
1430metodologia desenvolvida pelo Estado de São Paulo, foram mais de 10 anos
1431de estudos e parcerias com a Agência Alemã de cooperação técnica. E o
1432envolvimento pessoal de muito técnicos da Cetesb. Nós pedimos uma
1433prorrogação de três anos. Nessas discussões nesse pedido de vistas e a fim de
1434tentar chegar a uma solução rápida para isso, ficou acertado ontem até nas
1435reuniões preparatórias nós discutimos largamente, que seria possível prorrogar
1436por mais um ano colocando um cronograma de apresentação dos resultados
1437ao Ministério do Meio Ambiente. E aí Deusdará, para apresentação desse
1438cronograma existe uma proposta de redação que as ONGs estão propondo, eu
1439pediria ao Lutti que viesse aqui. Pode ser? Conversei com o Dr. Gurgel da
1440Abema, parece que a Abema também concordar, mas lógico que a palavra fica
1441livre para manifestação.

1442

1443

1444 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Perfeito Zilda, muito
1445 obrigado. Eu vou abrir para o Bocuhy, para o Lutti e para.

1446

1447

1448 **A SR^a. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
1449 **DConama)** – Eu pergunto Zilda, se nós já temos essa proposta digitada aqui
1450 ou ainda não?

1451

1452

1453 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Tem uma proposta de texto,
1454 não tem ali ainda, tem uma proposta de texto, mas é um texto curtinho para ser
1455 colocado ali no artigo que fala do prazo.

1456

1457

1458 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – A proposta seria
1459 acrescentar.

1460

1461

1462 **A SR^a. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
1463 **DConama)** – Poderia falar um pouco mais alto?

1464

1465

1466 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – A proposta é
1467 acrescentar um parágrafo único no Art. 8º no seguinte sentido, os estados e o
1468 Distrito Federal informarão bimestralmente ao MMA e ao Conama os
1469 resultados das ações adotadas para o cumprimento do disposto no *Caput*.
1470 (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*) Os estados e o Distrito Federal
1471 informarão bimestralmente ao MMA e ao Conama os resultados das ações
1472 adotadas para o cumprimento do disposto no *Caput*.

1473

1474

1475 **A SR^a. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
1476 **DConama)** – Pergunta nossa, é bimestral?

1477

1478

1479 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Bimestralmente,
1480 porque em um ano são quatro informações.

1481

1482

1483 **A SR^a. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
1484 **DConama)** – É só compreensão.

1485

1486

1487 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** – Porque nós
1488 sabemos que ao final desse um ano virá um novo pedido dos estados, e aí.

1489

1490

1491 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Bimestralmente são seis.

1492

1493

1494O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde) – Está certo.
1495Trimestralmente então.

1496

1497

1498A SR^a. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do
1499DConama) – Porque nós estamos pensando no operacional.

1500

1501

1502O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) – Porque só de chegar um e
1503voltar o outro já dá dois meses.

1504

1505

1506O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde) – Não dá tempo nem
1507de ler.

1508

1509

1510O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) – Então, eu estou entendendo
1511que é trimestralmente. Quatro relatórios. Trimestralmente. Obrigado. Senhores,
1512em discussão. Trimestral. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

1513

1514

1515A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) – Deusdará, só para deixar
1516mais claro, aí eu acho que precisaria a luz de outras resoluções que nós já
1517temos, de falar se isso vai ser relatado aqui no Conama, se isso não vai ser
1518relatado aqui no Conama, como vai ficar. Que vai ser encaminhado ao
1519ministério, vai ser encaminhado ao nosso departamento e isso nós já temos,
1520mas quando coloca ali também ao Conama, aí nós perguntamos a vocês da
1521mesa se nós colocaríamos já essa demanda para ser relatada nas Plenárias ou
1522não. Essa é só uma dúvida que eu tenho.

1523

1524

1525O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) – O Conama tem uma figura do
1526apoio Conama, que pode eventualmente receber, disponibilizar para o e-mail
1527dos senhores, ou eventualmente se coincidir com as Plenárias logo após o
1528informe, eu entendo que o Conama pode trazer o informe apresentado no
1529período trimestral que foi entregue ao Conama. É razoável pensar assim? Ok.
1530Então, Nilvo Rio Grande do Sul. Está em discussão, continuo consultando os
1531Conselheiros a respeito da matéria.

1532

1533

1534O SR. NILVO ALVES DA SILVA (FEPAM) – Nilvo presidente da Fundação de
1535Meio Ambiente do Rio Grande do Sul. Eu tenho a mesma preocupação, eu
1536acho que a questão das prorrogações me preocupa também, é bom trabalhar
1537sob pressão, e a cada vez que o prazo chega nós acabamos empurrando para
1538frente, aquela relaxada geral e a coisa não acontece. Então, a ideia da
1539prestação de contas, se prorroga, mas com prestação de contas é boa, a única
1540questão importante é que esse trabalho é um trabalho técnico lento e prestação
1541de contas trimestrais me parece, eu não sei nem o que o ministério, o que
1542vocês vão fazer com as prestações de contas trimestrais. Pouco acontece em
1543um trimestre em um trabalho como esse. Então, eu proporia que as prestações

1544de conta fossem a cada seis meses, porque aí nós temos realmente coisas
1545novas para contar para vocês, é simplesmente isso, mas a ideia de uma
1546prestação de contas não só no final do período eu acho que é muito boa,
1547porque senão todo mundo acaba relaxando e as coisas não acontecem.

1548

1549

1550**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado. Então, nós temos
1551uma proposta que não é no conteúdo, não é no mérito, me parece está acatada
1552a questão da inclusão do parágrafo. Agora o Conselheiro coloca que o período
1553seria semestral. Dr. Polignano por gentileza. Só de trimestral ficaria semestral.

1554

1555

1556**O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy S.O.S. Rio das**
1557**velhas)** - Eu vou defender a questão da trimestralidade porque o seguinte, não
1558é propriamente uma prestação de contas, eu acho que é muito mais um relato
1559do que efetivamente está sendo feito naquela direção. Então, o que nós
1560queremos avaliar ao final é exatamente qual foi o movimento que esse, que
1561todos fizeram no sentido de cumprir o que está escrito. Porque evidentemente
1562vai ter processos que vão requer a contratação, licitação, quer dizer, o que nós
1563queremos na verdade é ter o controle de que os estados estão efetivamente
1564indo na direção de cumprir um prazo que já deveria ter sido cumprido há quatro
1565anos. Nós estamos dando mais esse aval e o objetivo aqui da proposta é
1566simplesmente manter o nível de informação sobre o que efetivamente cada um
1567está fazendo, é mais nesse sentido.

1568

1569

1570**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Continua em discussão. Dr.
1571Bocuhy por gentileza.

1572

1573

1574**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Queria corroborar
1575as posições tanto do Lutti como também do Polignano e no nosso parecer nós
1576colocamos o seguinte: que se apresente o cronograma previsto para a
1577conclusão da tarefa, incluindo esclarecimentos sobre a disponibilidade efetiva
1578de condições de atendimento tais como aspectos estruturais, operacionais e
1579financeiros, informando ainda se a atividade está em curso, em que fase de
1580desenvolvimento ou não e se há prazo previsto para sua execução e tramite.
1581Então, no nosso parecer nós já apontamos exatamente as condições
1582operacionais, isso é mais importante do que detalhamento técnico muitas
1583vezes, porque a questão é a falta de recurso dos estados, a contratação de
1584serviço e etc., etc., que é o que levou ao não cumprimento.

1585

1586

1587**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado. Eu acho assim
1588Nilvo, colocando isso fica um pouco mais claro de que não é uma prestação de
1589contas exaustiva, é focando um pouco naquilo que está no parecer, coisa mais
1590pontual de andamento mesmo, de passo a passo. Talvez fosse importante em
1591algum momento esclarecer que tipo de informes tem que ser colocado, eu não
1592sei se na Resolução nós podemos conseguir fazer agora, mas de alguma forma
1593nós modelarmos o que se quer com esses informes. Então, continua em

1594 discussão a proposta do Rio Grande do Sul, da FEPAM, de ser semestral o
1595 informe e a proposta do Ministério do Meio Ambiente em conjunto com as
1596 entidades não governamentais e me parece que a Abema, salvo melhor juízo,
1597 de ser um informe trimestral. Podemos chegar em um acordo Nilvo?

1598

1599

1600 **O SR. NILVO ALVES DA SILVA (FEPAM)** – Eu acho que na verdade nós não
1601 devemos polemizar sobre a questão do prazo, nós podemos até passar relatos
1602 diários para vocês sobre o trabalho da FEPAM, eu não sei o que nós vamos
1603 fazer com essa informação. É só isso. Mas nós podemos acordar por três
1604 meses.

1605

1606

1607 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Ok. Então entendo que foi
1608 retirada a proposta semestral, não havendo mais discussão sobre a matéria eu
1609 submeto ao Plenário em regime de votação. Quem é favorável ao texto
1610 proposto, o novo texto proposto na tela com a inclusão do parágrafo e a
1611 periodicidade trimestral, por favor, se manifeste. Quem é contrário? Quem se
1612 abstém? Aprovado. Bom, nós estamos a seguinte Resolução, a Resolução
1613 parece simples que é o calendário de reuniões do próximo ano, que nós
1614 tentamos fazer um ajuste relacionado com a Copa do Mundo, se o Brasil vai
1615 para a quartas de final, se vai para a final, semifinal, então tem toda uma
1616 engenharia aí da Copa do Mundo. Mas o mais importante é que são dois dias,
1617 estão previstos dois dias, mas haverá a possibilidade de algumas situações
1618 nós fazemos convocação por um dia só, se nós entendermos que um dia só é
1619 suficiente, dependendo da pauta. Mas o calendário está formatado
1620 tradicionalmente com dois dias, então eu consulto os senhores se nós
1621 pediríamos aprovar esse calendário, se há alguma discussão, alguma
1622 sugestão?

1623

1624

1625 **A SR^a. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
1626 **DConama)** – A Anamma tinha nos sugerido, pergunto se ainda tem essa
1627 sugestão, de alterar a terceira reunião que está para 20 e 21 de agosto, seria
1628 transferida para seis e sete de agosto, seria antecipar de forma a ficar ainda
1629 mais distante da reta final das eleições. A questão é que nós estamos com
1630 várias reuniões muito juntas uma da outra, então há que se ponderar prós e
1631 contras disso.

1632

1633

1634 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – A tradição também é que isso
1635 não é nada rígido e inflexível, vamos ver como é que as coisas ocorrem
1636 durante o ano, mas a sugestão da Anamma que seja seis e sete de agosto a
1637 terceira reunião. Podemos fazer alteração, se os senhores permitirem eu não
1638 vejo.

1639

1640

1641 **A SR^a. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
1642 **DConama)** – A Anamma apresenta essa sugestão, realmente seis e sete de
1643 agosto?

1644

1645

1646**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Então trocamos aqui, seis e
1647sete de agosto a 3ª Reunião Ordinária.

1648

1649

1650**A SRª. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
1651**DConama)** – Vejam que é bem junto depois das férias, nós vamos encavalar
1652muita Câmara Técnica, nós vamos ter que chamar muita Câmara Técnica para
1653fazer isso.

1654

1655

1656**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Senhores? Senhoras?
1657Mantém seis e sete ou mantém 20 e 21? Eu acho mais prudente viu Pedro
1658Wilson, porque está muito em cima.

1659

1660

1661**A SRª. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
1662**DConama)** – Era para distanciar mais da reta final do processo eleitoral, as
1663eleições são cinco de outubro, então a intenção era antecipar.

1664

1665

1666**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Vamos manter 20 e 21? É
1667razoável? Ou vocês querem colocar seis e sete? Votar calendário, vamos
1668chegar em uma acordo aqui, seis e sete? 20 e 21? Pedro Wilson, você retira a
1669sua proposta ou mantém seis e sete? Porque aí vou colocar em votação.
1670(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*) Então ok. Estamos em votação, por
1671gentileza. Quem é favorável a alteração do calendário exclusivamente,
1672especialmente, na terceira reunião de alterar de 20 e 21 de agosto para o dia
1673seis e sete de agosto, por favor, se manifestem. Nós temos nove votos
1674favoráveis. Quem é contrário por gentileza, mantendo a proposta original.
1675Quem se abstém? Está aprovado o calendário original. Então, só para
1676finalizarmos a parte da manhã, eu agradeço nós pudemos antecipar duas
1677coisas, eu acabei esquecendo de colocar se existe alguma coisa em regime de
1678urgência hoje ainda para a parte da tarde, alguma moção, algo. Então não há
1679nenhuma urgência, nós vamos manter a parte das moções e os informes.
1680Segundo informe é que a comitativa, o Dr. Hélio Gurgel pediu que antes as
1681pessoas se dispersarem para o almoço que fosse formatada a comitativa que iria
1682discutir aquilo que a Ministra sugeriu. Ele já tem alguns nomes, pode ser aqui.

1683

1684

1685**A SRª. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
1686**DConama)** – Essa comitativa era, queriam conversar com o relator Arnaldo Jordy
1687sobre a proposta de sustação dos efeitos da Resolução Conama, termo de
1688guarda. O que ela sugeriu era que fosse, o presidente do Ibama tivesse
1689incluído, membros da CTAJ porque avaliaram isso, os órgãos ambientais
1690estaduais e a Polícia Militar que é quem está operando diretamente isso, essa
1691foi a sugestão dada pela Ministra.

1692

1693

67

34

68

1694 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – O secretário do Mato Grosso
1695 já se ofereceu e está presente, eu pediria que o Dr. Hélio Gurgel coordenasse
1696 agora nesse breve intervalo do almoço a formação dessa comitiva. O
1697 Comandante Robis já sugeriu estar presente, Mato Grosso está presente e nós
1698 podemos ter mais adeptos. Finalmente.

1699

1700

1701 **A SR^a. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
1702 **DConama)** – Ela sugeriu esses atores, mas o restante do Conselho
1703 evidentemente.

1704

1705

1706

1707 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Eu julgo absolutamente
1708 necessário. Vamos chegar aqui a um acordo da comitiva, vai ter um acordo,
1709 quem sugerir. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)* Qual presidente?
1710 Desculpe.

1711

1712

1713 **A SR^a. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
1714 **DConama)** – Da CTAJ.

1715

1716

1717 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Nós chamamos o presidente
1718 da CTAJ, que é o consultor jurídico do Ministério do Meio Ambiente, não é
1719 isso? Não tem problema.

1720

1721

1722 **A SR^a. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
1723 **DConama)** – Eu acho que o presidente tem que fazer parte.

1724

1725

1726 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Esse estará necessariamente
1727 presente. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)* Ele é o consultor jurídico,
1728 não é? Perfeito. Vamos ter o cuidado de garantir essa presença. Só para
1729 terminar, a Adriana está me incomodando aqui. Desculpe, Pedro Wilson, só um
1730 minuto. Está disponível ali para tirar foto, quem julgar, colocar a sua foto na
1731 página do Ibama, a Patrícia ficou muito bem Dra. Patrícia, a foto. Dos
1732 Conselheiros, nós estamos com o fotógrafo disponível para que os
1733 Conselheiros possam colocar, isso é muito importante para identificação, não
1734 obrigatório, mas estamos aí com o fotógrafo para poder colocar a fotografia.
1735 Pedro Wilson alguma coisa antes de encerrar? A Anamma junto, combinado.
1736 Retornamos às 2h30min. As 14h30min. Muito obrigado. Bom almoço para os
1737 senhores.

1738

1739

1740 *(Intervalo para o almoço)*

1741

1742

1743O **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** - Boa tarde, senhores
1744Conselheiros e senhoras Conselheiras. Eu diria... O meu segundo apelo do daí:
1745será possível nós ganharmos tempo, invertermos a pauta começando com os
1746informes, até a chegada do secretário executivo, e aí nós trataríamos das
1747moções. Tenho a concordância? Então eu pediria ao presidente Volney, que
1748pediu para fazer uma inserção do informe a respeito da arrecadação do Ibama,
1749para que ele começasse os informes, presidente, e assim nós vamos ganhando
1750um pouco... Acelerando a pauta, já que às 16h tem uma reunião com a Ministra
1751e com os secretários da Amazônia. Presidente.

1752

1753

1754O **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (Ibama)** - Boa tarde senhor presidente,
1755senhoras e senhores Conselheiros. Eu vou aqui rapidamente fazer uma
1756apresentação que está aí com esse título mais genérico, de 'Evolução de
1757receitas do Ibama', mas na realidade o que eu estou tentando aqui trazer é um
1758pouco essa perspectiva de como nós estamos trabalhando alguns instrumentos
1759que estão previsto na própria legislação, como é a compensação ambiental e a
1760taxa de controle e fiscalização ambiental, principalmente a taxa de controle e
1761fiscalização ambiental, ela como instrumento da Política Nacional de Meio
1762Ambiente. Nós estamos trabalhando articulados com vários Estados, e dos
1763resultados que nós temos conseguido no sentido de integrar informações, a
1764base da dados, a partir desses instrumentos, e junto com isso arrecadar e
1765distribuir, conseguir fazer a destinação de recursos no âmbito do Sistema
1766Nacional de Meio Ambiente. Então a ideia é apresentar um pouco essa visão
1767de como a implementação de uma ferramenta dentro de uma lógica federal
1768está ajudando a dar suporte financeiro ao Sistema Nacional de Meio Ambiente,
1769que é daqui a pouco um dos grandes gargalos que nós temos, eu estava
1770conversando com o próprio Bocuhy aqui, o Conselheiro Bocuhy, que essa
1771visão articulada, pactuada, da implementação dos instrumentos da política
1772dentro de uma lógica federativa, que eu acho que é um dos grandes desafios
1773que nós temos aí para dar uma maior efetividade a nossa Política Nacional de
1774Meio Ambiente. Bom, aqui eu vou passar rápido porque é uma parte mais
1775conceitual, que nós temos trabalhado essas parcerias, uma série de, vamos
1776dizer assim, uma estratégia no sentido das parcerias com os Estados, na taxa
1777da controle e fiscalização ambiental, Cadastro Técnico Federal, a questão dos
1778processos administrativos, a nossa preocupação com a efetividade das
1779sanções e a arrecadação como uma consequência à finalização dos
1780procedimentos, até porque ela é parte também, principalmente quando nós
1781olhamos para a multas, ela é uma parte da própria efetividade da sanção.
1782Fizemos algumas ações sobre o caráter mais de planejamento e de
1783organização das questões normativas no âmbito do Ibama, o que tem dado aí
1784alguma celeridade e uma maior governabilidade sobre esse processo. Por
1785exemplo, em relação às multas, processos hoje... Antigamente ficavam
1786processos na superintendência até dois milhões. Hoje acima de 500 mil todos
1787são tratados na sede. Então isso tem dado para nós uma capacidade muito
1788maior de operar esses processos que muitas vezes trazem um maior grau de
1789complexidade. Aqui para vocês verem rapidamente, uma evolução da
1790arrecadação, tudo isso é dinheiro que entrou, não é o valor da multa, é o valor
1791que foi arrecadado. Então vocês verem a evolução, 2011, 55 milhões; 2012,
179277; 2013 aí que nós fizemos... Reforçamos e aumentamos a nossa...

1793Fortalecemos a nossa estratégia e já arrecadamos 120, devemos chegar a 130
1794milhões. Vocês veem aí que nós estamos aumentando mais de 50% em
1795relação ao ano passado. Isso são dados de arrecadação, quer dizer, o dinheiro
1796que entrou, não é aquilo que foi multado, é aquilo que foi arrecadado. Se vocês
1797olharem a TCFA, aqui é um... Mostra também a taxa de controle e fiscalização
1798ambiental, nós fizemos um trabalho que levou muito tempo de consolidação e
1799discussão com vários Estados, hoje nós temos 10 Estados que têm convênios,
1800e nós fechamos agora, há dois meses, um acordo de cooperação com o Banco
1801do Brasil, que trata da GRU, da Guia de Recolhimento Único, em que ao se
1802recolher essa taxa, ela já vai direto para o Estado, 60% e 40% para o Ibama. E
1803desses 60% vários Estados aprovaram leis que estão repassando os recursos
1804para os Municípios. Então nós vemos aí essa forma sistêmica de utilizar um
1805instrumento que, como eu disse, me parece um dos desafios que nós temos
1806dentro da Política Nacional. Aqui vocês têm outras taxas, aí tem taxa de
1807licenciamento, taxas de... As diferentes autorizações que o Ibama emite. Vocês
1808veem que está mais ou menos mantendo o mesmo padrão, acho que tivemos
1809um pequeno crescimento, nós temos uma estimativa de chegar a 60 milhões
1810em 2013. Essa aqui que eu acho que é uma grande novidade. Com a
1811organização da Câmara Federal de Compensação Ambiental nós conseguimos
1812fazer alguns ajustes no processo, em que nós estamos disponibilizando para
1813os sistemas de unidades de conservação uma quantidade de recursos que vem
1814crescendo gradativamente. Então vocês veem, em 2011 foram destinados 10
1815milhões; em 2012, com uma série de aperfeiçoamentos, a criação da Câmara
1816e, vamos dizer assim, o ordenamento dos procedimentos começando a ganhar
1817uma maior envergadura, chegamos a 141 milhões, em 2013 até outubro nós já
1818destinamos 241, e temos uma previsão agora em novembro, dezembro, de
1819destinar mais 70, chegando a 312 milhões em 2013, com uma estimativa para
1820o ano que vem de 450 milhões. Para vocês terem uma ideia, 75% é Federal,
1821está indo para o Chico Mendes, 25% está indo para os sistemas estaduais de
1822unidades de conservação. Então aqui mais um exemplo de uma ferramenta
1823que está tendo uma perspectiva de utilização sistêmica. Então isso nos parece
1824um elemento importante aí de registrar. Nós trabalharemos no ano que vem
1825com um cenário conservador de 450 milhões, que nós estamos agora com um
1826levantamento do passivo de questões ainda que estão antigas de
1827compensação que deverão ser agora... Nós começamos a trabalhar uma
1828estratégia de 'vamos evitar que aumente o passivo', então, dando vazão
1829àqueles licenciamentos mais atuais, e agora nós estamos voltando em
1830licenciamentos mais antigos. Para vocês terem uma ideia aqui são os Estados
1831que têm GRU única, nós temos alguns outros Estados que têm acordo, mas
1832ainda não com GRU, vocês têm aí, vamos dizer assim, essa oportunidade,
1833essa possibilidade de trabalhar um instrumento que é, vamos dizer assim,
1834importante, porque ele integra a informação sobre as atividades poluidoras no
1835país como um todo e serve de referência, de base de dados para nós
1836organizarmos, melhorarmos o nosso processo de fiscalização e de
1837acompanhamento de uma forma geral, vocês veem aí, os Estados... O que já
1838foi destinado esse ano até novembro em função da taxa de controle e
1839fiscalização ambiental. Isso com um custo administrativo baixíssimo, que eu
1840acho importante nós termos essa visão de que procedimento, operação no
1841âmbito do sistema tem que procurar os menores custos de transações. Não
1842adianta nós também estarmos repassando dois milhões e gastando 500 mil

1843 para fazer o gerenciamento administrativo desse processo. Então essa visão
1844 que tem sido coordenada aí pela diretoria de qualidade ambiental do Ibama no
1845 aspecto da articulação institucional da TFCA e no âmbito da arrecadação de
1846 multas e taxas têm sido pela própria coordenação de arrecadação e a diretoria
1847 de planejamento do Ibama, que tem feito um trabalho muito cuidadoso de
1848 realmente criar esses mecanismos administrativos mais robustos para garantir
1849 a arrecadação, que nós tivemos a criação de uma coordenação específica para
1850 isso aí em 2011, e temos também a diretoria de qualidade, que coordena essa
1851 parte da compensação ambiental. Então nós temos feito esse esforço de
1852 avançar nessa agenda, que é uma agenda que, vamos dizer assim, dá
1853 efetividade aos instrumentos, organiza uma relação federativa e consegue dar
1854 suporte aos mais diferentes atores do Sisnama. Isso aí para vocês terem uma
1855 ideia da evolução da arrecadação, consideramos aspectos diretos e indiretos, o
1856 indireto é a compensação ambiental, que ela não entra para o Ibama, os outros
1857 entram. Nós saímos em 2011 de uma arrecadação de 250 milhões para 324...
1858 Espere um pouco, é que eu estou com uma versão antiga aqui. Sai de 266 em
1859 2011, passa para 455 em 2012... 465, e chega agora em 2013 a 722 milhões.
1860 Trabalhamos aí com a perspectiva de chegar a 900 milhões em 2014. Então
1861 vocês veem aí instrumentos potentes que nós temos no âmbito da Política de
1862 Meio Ambiente, colocando o Snuc junto dentro desse processo, e que poderão,
1863 na medida em que nós todos... Nós temos aí até o momento 10 Estados que
1864 estão com a GRU única, nós temos mais 17 Estados para avançar nesse
1865 processo. O interessante é que o Ibama, apesar de receber só 40%, ele tem
1866 aumentado a arrecadação, mesmo só com esses 40%, repassando 60%. Então
1867 nós temos aí uma série de soluções 'ganha ganha' que são importantes para
1868 dar uma visão mais robusta para o Sistema Nacional de Meio Ambiente. Então
1869 eu queria só deixar essa mensagem para vocês e agradecer a atenção de
1870 todos. Obrigado. (*Palmas!*)

1871

1872

1873 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado, Presidente Volney.
1874 Dentro da sistemática de ouvir e falar, eu perguntaria aos senhores
1875 Conselheiros e Conselheiras se querem algumas perguntas, tirar algumas
1876 dúvidas, nós abriríamos aí três inscrições. Alguém gostaria de ter algum
1877 esclarecimento adicional? Bom, presidente, a sua fala foi suficiente e
1878 necessária. Pois não, André, por favor. André, Instituto Planeta Verde.

1879

1880

1881 **O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (Planeta Verde)** - Só a minha dúvida é que...
1882 Primeiro parabenizar, de fato os números são importantes, mostram que vem
1883 ganhando eficiência na direção do trabalho. Eu queria saber se tem um... O
1884 percentual em relação às multas, isso melhorou ou não melhorou? Porque...
1885 Quer dizer, entender se o que está sendo arrecadado também é um ganho de
1886 eficiência em relação ao número total das multas... Um percentual ainda
1887 baixo...

1888

1889

1890 **O SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (Ibama)** – Obrigado, André, por essa
1891 pergunta, que é o seguinte: na realidade como... Ficar comparando
1892 simplesmente número de multas não é um bom atestado de eficiência, primeiro

1893 porque muitas vezes nós multamos... Historicamente tem às vezes uma prática
1894 muito, vamos dizer assim, a sistemática, se nós formos pegar historicamente,
1895 de aplicação de multas. Multa-se muitas coisas que não tem relevância e que
1896 ficam simplesmente inflando números. Nós tivemos também agora uma
1897 mudança da legislação ambiental, da lei complementar. Então você tem muitas
1898 atividades pequenas que antes o Ibama agia, que estão hoje sob
1899 responsabilidade dos Estados, principalmente criadouros de 'patos', por
1900 exemplo, geravam uma grande quantidade de autos de infração que hoje estão
1901 sob... Muitos deles sob o acompanhamento dos próprios Estados. Então o que
1902 eu posso dizer é o seguinte: no Amazonas, por exemplo, de um ano para cá,
1903 do ano passado para cá na região Amazônica nós dobramos a arrecadação
1904 100%. Então esse processo tem... Nós ainda não temos uma avaliação total de
1905 como isso está se atribuindo, se tem a ver não ter mais julgamento na sede, se
1906 são as forças-tarefas, nós agora vamos começar a desagregar esses dados e
1907 fazer uma análise para ver se esse processo... Que está sendo, vamos dizer
1908 assim, virtuoso sob a lógica de que está aumentando a arrecadação, como isso
1909 está refletindo uma melhoria do processo de gestão como um todo, porque são
1910 vários indicadores que nós temos que aí aferir conjuntamente com o aumento
1911 da arrecadação. Então eu queria deixar essa mensagem, mas nós estamos
1912 preocupados justamente em criar esses indicadores para garantir a eficácia
1913 desse instrumento e dessas ações sancionatórias. É isso? Qualquer dúvida
1914 eu completo. Muito obrigado.

1915

1916

1917 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** - Muito obrigado, presidente.
1918 Retomando a condução do nosso secretário executivo, Dr. Francisco Gaetani.
1919 Obrigado senhores Conselheiros pela permissão de inverter rapidamente a
1920 pauta e começarmos pelo informe. Obrigado.

1921

1922

1923 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Bom, antes de começar as moções, o
1924 Deusdará me informou que houve uma solicitação de informações sobre o
1925 relatório do TCU afeto às unidades de conservação. O TCU realizou uma... O
1926 que eles chamam de 'auditoria compartilhada', o TCU, os TCEs da região
1927 Amazônica, sobre as unidades de conservação. O fato de as unidades de
1928 conservação serem objeto de uma avaliação por parte do TCU e do TCE para
1929 nós é uma notícia muito boa porque mostra a agenda ambiental entrando na
1930 agenda dos órgãos de controle. E grande parte dos avanços de muitas coisas
1931 do Governo Federal se dá a partir do momento que um *outdoor* como o TCU
1932 joga luz sobre o problema. O relato... Foi feito o lançamento dos relatórios na...
1933 Se eu não me engano na... Foi nessa semana, segunda ou terça-feira, já não
1934 sei bem, o Alzheimer está avançando muito rapidamente... Esse lançamento foi
1935 uma cerimônia que nós participamos com a direção do ICMBio, tanto o
1936 Ministério quanto o TCU foram muito elogiados... O ICMBio do ponto de vista
1937 da colaboração com o TCU. Essa auditoria coordenada está abrindo espaço
1938 para o TCU trabalhar em uma perspectiva continental com outros países da
1939 América Latina no que diz respeito à região Amazônica, e também do ponto de
1940 vista global, porque essa é uma agenda global. E o TCU percebeu isso, que
1941 esse assunto é um assunto que transcende a questão do Governo Brasileiro e
1942 também já começou também a fazer também... A mostrar esse trabalho em

1943outras instâncias, como no evento dos órgãos da Organização Mundial dos
1944Tribunais de Contas, que foi feita na China, onde o TCU ocupa a vice-
1945presidência dessa instância. Em relação aos principais achados propriamente
1946ditos foi bastante interessante porque eles desenvolveram uma série de
1947indicadores de parâmetros de desempenho, alguns melhores e outros piores,
1948alguns talvez com maior aderência, outros com menor aderência, e concluíram/
1949que do ponto de vista das unidades de conservação, eles pegaram estaduais e
1950federais, no conjunto as federais têm um desempenho bastante mais razoável
1951que as estaduais, mas eles identificaram no conjunto alguma coisa como de
19526%... 4% a 6% como bastante avançado o estágio de implementação, uns
1953quarenta e tantos, razoável, e os quarenta e poucos, precário, frágil de
1954implementação. Quando você vai para o recorte federal/estadual, o
1955desempenho do federal é melhor, graças em especial... Isso não está
1956devidamente enfatizado no TCU, mas graças ao Programa Arpa as unidades
1957de conservação na Amazônia, particularmente as federais, têm tido um
1958desempenho, do ponto de vista de consolidação e dos objetivos que se propõe,
1959mais razoável. Em relação aos achados mais críticos, eles fazem uma crítica
1960em relação ao estado do Sistema Nacional de Unidades de Conservação; a
1961problemática dos plano de manejo, que são dois assuntos sensíveis no
1962Ministério, que nós não estamos conseguindo avançar com a velocidade
1963necessária; em relação ao sistema, porque envolve um tratamento de base de
1964informações, problematização e supervisão das unidades de conservação mais
1965detalhada, mais sofisticada, e esse processo de sistematização de dados de
1966forma contínua no Governo Federal é um pesadelo recorrente, mas nós
1967estamos no encaço disso. Em relação aos planos de manejo é um problema já
1968diagnosticado, mas ainda não enfrentado devidamente. Você tem uma
1969legislação que amarra quase tudo nos planos de manejo, em compensação
1970você tem uma sistemática nos planos de manejo que demora muito tempo,
1971custa muito caro e que precisa ser tratada de uma forma diferente, seja do
1972ponto de vista de customização, adequação a perfis diferentes, seja do ponto
1973de vista de simplificação, sem perder qualidade. Então esses dois pontos eu
1974diria que são os pontos mais sensíveis do relatório. Outros pontos do relatório
1975mostram algumas questões relacionadas à pesquisa e desenvolvimento, a
1976necessidades das unidades, particularmente as de proteção integral, de se
1977aproximarem, se prestarem às atividades de pesquisa de forma mais
1978articulada, o que nós podemos dizer em relação a isso é que nós estamos em
1979vias de mandar para a Casa Civil o novo marco regulatório do patrimônio
1980genético e de repartição de benefícios, que descriminaliza, ou pelo menos
1981melhora a legislação atual no que diz respeito à bioprospecção. Um segundo
1982ponto diz respeito à questão de recursos, se eu não me engano. Essa agenda
1983nós estamos buscando... Fazendo um esforço de captação mais sistemático.
1984Houve... Esse ano nós atravessamos uma turbulência orçamentária que eu
1985acho que nós vamos chegar ao final do ano vivos, em particular no que diz
1986respeito ao ICMBio. Agora, nós estamos precisando internalizar a capacidade
1987de levantar recurso no âmbito nacional para além dos recursos orçamentários.
1988Por quê? Se nós pegarmos um programa como o das regiões protegidas da
1989Amazônia, as doações que o Brasil recebe para as unidades de conservação
1990são basicamente do Governo (...) e de fundações norte-americanas, não há
1991doações, praticamente, de empresas nacionais a esse processo, exceto no seu
1992início quando a Natura e Boticário participaram. Nós precisamos urgentemente

1993desenvolver uma forma de captação de recurso nacional para financiar e
1994viabilizar essas unidades. Estamos estudando também em relação aos parques
1995nacionais as possibilidades de concessões e PPP, de modo que nós tenhamos
1996parcerias público-privadas na gestão de algumas atividades que se mostrarem
1997interessantes do ponto de vista de termos a participação seja do terceiro setor,
1998seja da iniciativa privada. E o terceiro ponto... Tem um que está me escapando,
1999mas, em geral, nós achamos que o *feedback* do senhor foi um *feedback*
2000interessante, naturalmente gostaríamos que algumas coisas positivas tivessem
2001sido mais ressaltadas, mas as que eles apontam como críticas são por isso que
2002nós recepcionamos e vamos procurar trabalhar da melhor forma possível em
2003relação a suas conclusões, seu processamento. Tem uma dimensão em
2004relação a recursos que nós temos insistido muito, é que se nós não
2005começarmos a estruturar formas de buscarmos recursos não orçamentários
2006para a sustentação dessas unidades, nós vamos estar sempre dependendo
2007das turbulências da política fiscal. Então não basta não haver cortes, é
2008importante que haja também aumentos, e aumentos significativos. Essa não é
2009uma agenda ainda que eu diria que embebida, que está *our* (...). Há uma
2010apropriação da sociedade brasileira em relação a ela. Nós temos assimetrias
2011regionais, o Sul e Sudeste com uma preocupação em relação 'ao assunto'
2012muito grande, a região Norte o assunto ainda sendo tratado de uma forma
2013conflituada junto com outros setores, e nós precisamos melhorar a forma como
2014estamos lidando o assunto. O último ponto, eu acabei de lembrar, a questão
2015da governança das unidades, a mesma coisa que eu disse em relação aos
2016planos de manejo. Nós precisamos rever a modelagem da governança das
2017unidades, adequando-a de forma diferenciada, apostando na criação das
2018raízes dessas unidades da região. Se uma unidade não é apropriada pela
2019população da região, dificilmente ela tem condição de ser, de forma remota,
2020assumida e supervisionada pelo Governo. Então nós temos que trabalhar para
2021que essas unidades na região tenham aderência maior à realidade do contexto
2022regional para que ela possa ser melhor preservada. Então em linhas gerais foi
2023isso, são esses cinco pontos que eu mencionei, transcorreu em um clima
2024bastante interessante, bastante produtivo, e nós achamos que tem muito para a
2025casa para nós trabalharmos em cima do relatório. Alguns equívocos em relação
2026a aspectos legais, legislações, citações, que nós... Na resposta que nós vamos
2027encaminhar ao TCU nós estamos apontando esses equívocos, como também
2028estamos apontando as ações que nós estamos desenvolvendo em relação a
2029esses cinco pontos, mas eu acho que no geral cabe a nós recepcionarmos e
2030trabalharmos essas conclusões da melhor forma possível. Se houver algum
2031pedido de esclarecimento, alguma informação adicional... O Deusdará está me
2032lembrando aqui, o TCU... Isso tudo está na Internet, o *briefing* de uma página, o
2033relatório síntese e o relatório completo. (*Intervenção fora do microfone.*
2034*Inaudível*) Sim, mas eles têm uma síntese de uma página frente e verso e têm
2035uma síntese de uma revista de umas 20 e poucas, 30 e poucas páginas. Agora,
2036é o que eu digo também para o pessoal do Ministério, com todo respeito
2037também pelo TCU, um acorde do TCU não é uma legislação, é um acorde do
2038TCU que cabe recurso ou não, cabe correção ou não, mas no geral a
2039mensagem é para nós e para o Governo, e cabe a nós trabalharmos isso aí da
2040melhor forma possível. É uma auditoria muito mais focada em conteúdo do que
2041em conformidade, que nós chamamos de 'auditoria operacional', são auditorias
2042focadas nas políticas e menos nas... Se você está cumprindo ou não o texto

2043 literal da lei. Mas foi um *feedback* bastante interessante, que é material para
2044 nós trabalharmos em cima. Eles fizeram uma série de entrevistas, fizeram
2045 trabalho de campo, e agora nós estamos correndo atrás aí para ver como é
2046 que nós problematizamos e a partir disso melhoramos o que nós estamos
2047 fazendo. Se tiver demanda por mais informação...

2048

2049

2050 **SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** - Miguel Scarcello,
2051 representante da SOS Amazônia. Dr. Francisco, aproveitando esse seu
2052 comunicado e os encaminhamentos que eu entendi que vão ser feitos para
2053 potencializar esse documento e aproveitá-lo, isso vem de encontro ao que nós
2054 temos colocado sempre aqui, hoje eu repeti de novo em minha fala sobre a
2055 necessidade de pautarmos as discussões sobre a política ambiental e, no caso,
2056 eu propus hoje um pouco mais incisivamente a discussão da política de
2057 biodiversidade. É onde... Nesse ambiente em que estão as unidades de
2058 conservação. E aí, Dr. Francisco, eu quero reiterar, já que vocês estão... Vão
2059 ter que discutir qual é a melhor maneira de operacionalizar as saídas para
2060 esses gargalos, eu acho que seria uma oportunidade de nós aqui podermos
2061 montar um grupo e partir para uma discussão, aproveitar essas avaliações,
2062 identificar com mais detalhes onde são os pontos, os gargalos, e nós
2063 construirmos esse caminho conjunto. Eu acho que seria uma oportunidade de o
2064 Conama dar a sua colaboração, fazer uma avaliação, dar a sua colaboração,
2065 reiterar ou não o que o TCU coloca ou o que o Arpa tem, o que outras
2066 organizações têm feito sobre... Analisando que estão acompanhando as
2067 gestões das unidades de conservação, tem muita informação no terceiro setor
2068 a respeito, que eu acho que vai enriquecer muito e vai dar muitos elementos
2069 para a construção de uma coisa mais participativa, já que na ponta,
2070 principalmente na região Norte, como o senhor mesmo falou, é necessário que
2071 haja esse envolvimento da comunidade local nessas gestões. E aí eu persisto
2072 em um outro aspecto, que o senhor já falou também que o TCU constatou, que
2073 é a implementação do Snuc, e que pode... Ali para mim tem um caminho
2074 prático que pode ser adotado, que é a gestão compartilhada, que nós temos
2075 que tentar. Eu acho que o ICMBio tem que se dar ao direito de fazer um teste,
2076 de fazer nas cinco regiões... “Vamos fazer um teste. Olha, nós vamos errar,
2077 vamos acertar, mas tem que construir”, os caminhos são esses. Não vai
2078 aparecer aqui uma receita de bolo, nós sabemos disso. E a nossa sociedade
2079 democrática é isso, é processo, é construção, mas tem que efetivar a
2080 construção. E nós... Com pautas e prazos, e nós podemos chegar a coisas
2081 concretas e deliberarmos. É claro que nós quando chegamos no setor público
2082 encontramos uma série de dificuldades para dar aquele passo de
2083 concretização, mas aí que eu acho que a relação com os outros setores pode
2084 favorecer a você agilizar e até captar novas fontes, abrir novos doadores, que
2085 estão, assim, sedentos até de sentarem e colaborarem conosco, mas o senhor
2086 sabe como é, trabalhar dentro de unidade de conservação é uma coisa que
2087 precisa: termo de reciprocidade com o órgão gestor, que leva quase seis
2088 meses para escrever um documento desse. Sabe? Sinceramente, é um
2089 cenário, assim, meio longe das necessidades reais. Eu acho que nós podemos
2090 colaborar nessa construção.

2091

2092

2093 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Obrigado, Miguel. Eu acho que se
2094 houver alguma sugestão de se criar um Grupo de Trabalho para trabalhar o
2095 assunto com mais foco é mais do que bem vindo, como foi feito no caso do
2096 Código Florestal. Nós não precisamos fazer isso só sobre temas que estão
2097 explodindo na mídia, podemos fazer de forma antecipatória de assuntos que
2098 tenham uma dinâmica diferente, como o caso da biodiversidade, em vários
2099 pontos de entrada. Coincidentemente, eu não mencionei, mas em função da
2100 sua fala, eu vou antecipar, nós estamos negociando com a UCDE ‘um *period*’
2101 internacional sobre a Política Ambiental do país, mas basicamente
2102 fundamentando em dois tópicos que nós entendemos serem assuntos com os
2103 quais nós poderíamos apenas interagir com a experiência internacional de uma
2104 forma que nós achamos que tem muito que mostrar e também tem muito o que
2105 aprender, que é biodiversidade e unidades de conservação. Se der tudo certo
2106 isso vai ser comissionados aí até o final de janeiro e nós desejamos ter o
2107 relatório final até o final do ano que vem, que é um *feedback* com... À luz um
2108 pouco da experiência internacional do tratamento do assunto. Embora isso seja
2109 um assunto que nós achamos também que o Brasil tem muito o que dizer para
2110 o mundo. Então faz parte de um processo de diálogo e de aprendizado
2111 cumulativo, mas exatamente na linha que você está sugerindo. Em relação ao
2112 Conama, se o Conama entender por bem abrir uma forma de trabalhar esse
2113 assunto em uma linha de trabalho da forma... Temos que encontrar um ideal é
2114 mais do que bem vindo, é mais do que oportuno. Nós não temos a pretensão
2115 de que estamos fazendo tudo certo, que está dando tudo certo, pelo contrário,
2116 tem áreas que nós não estamos conseguindo andar com a velocidade que
2117 gostaríamos, e sem dúvida a questão do Snuc e dos plano de manejo é uma.
2118 Bom, vamos para as moções, correto? (*Intervenção fora do microfone.*
2119 *Inaudível*) Perdão, Adriana. A informada é a Adriana, eu estava achando que
2120 eu tinha que dar o informe de alguma coisa que eu não sabia. A Adriana vai...

2121

2122

2123 **A SRª. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
2124 **DConama)** – É que na hora do almoço se reuniu uma Comissão... A Ministra
2125 tinha sugerido que o Conama retirasse uma Comissão para ir conversar no
2126 Congresso com o deputado relator do decerto legislativo que visa sustar a
2127 eficácia da Resolução Conama, o Deputado Arnaldo Jordi. Então as pessoas
2128 que eu tenho aqui relacionadas que estão nessa Comissão é o Conselheiro
2129 José Esteves, que é o nosso secretário de meio ambiente por Mato Grosso,
2130 que está coordenado essa Comissão; o Daniel, que vai ficar pela CTAJ,
2131 membro da CTAJ, ele é de São Paulo; Capitão Robis, do CNCG; e o Ibama,
2132 que também é pedido da Ministra, estaria presente nessa Comissão. O
2133 Deputado Arnaldo Jordi marcou um horário de sexta-feira às 10h para receber
2134 o Conama. Nós estamos tentando que ele nos receba hoje ainda, e quem está
2135 fazendo esse trabalho é o José Esteves, o Conselheiro José Esteves. É isso,
2136 se puder essa Comissão já sair daqui hoje e conversar, tanto melhor, porque a
2137 ideia é que isso que seja votado na quarta-feira que vem na Comissão de Meio
2138 Ambiente da Câmara. É isso.

2139

2140

2141 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Abre o informe. Vamos em frente?
2142 Bom, a primeira moção, 7.3, proposta de moção a favor da revogação, pelo

2143Ibama, da licença prévia do processo de licenciamento do terminal marítimo
2144Mar Azul, na baía de Babitonga, em São Francisco do Sul, Santa Catarina, e o
2145arquivamento do processo. Proponente: ONG Sócios da Natureza. Nós temos
2146também um posicionamento do Ibama em relação ao tema. Como nós fazemos
2147tradicionalmente aqui, o pessoal da Sócios da Natureza quer relatar a moção?
2148Tadeu. O mais rápido possível. Em cinco minutos você consegue?

2149

2150

2151**O SR. TADEU SANTOS (Sócios da Natureza)** - Boa tarde a todos. O meu
2152nome é Tadeu Santos, eu represento a região Sul: Paraná, Santa Catarina e
2153Rio Grande do Sul. Nós hoje vamos usar a tribuna para apresentar três
2154moções. Essa é a que... É a moção que nós não temos muito domínio, muito
2155conhecimento de causa. Então eu vou procurar ser o mais objetivo possível,
2156citando alguns considerandos. Essa moção inicialmente foi dirigida a nós pela
2157Meca, que é uma ONG sediada em São Francisco do Sul, que é um Município
2158vizinho de Joinville, em que ela contesta um licenciamento emitido pelo Ibama,
2159nesse que é considerado um dos mais significativos manguezais do país.
2160Então vamos lá: considerando que diversos documentos técnicos
2161independentes produzidos por pesquisadores da região, que apontam diversas
2162falhas nas emissões e omissões graves no EIA/RIMA do empreendimento, que
2163é um terminal marítimo nessa baía da Babitonga. Se for possível, eu deixei a
2164foto para que fique aparecendo lá... Pelo que consta aqui esse terminal tem 1,5
2165quilômetro de extensão. Um outro considerando aqui importante é que os
2166pareceres da Advocacia Geral da União anexos a esse processo, de que esse
2167empreendimento não pode ser considerado de utilidade pública, portanto não
2168pode ocupar área de APP. Considerando que o histórico da baía da Babitonga
2169é um ecossistema de imensa importância ecológica natural do Sul do Brasil, e
2170que dentre de muitas de suas funções ecológicas contribui com uma área de
2171alimentação e habitat para reprodução e crescimento de inúmeras espécies
2172marinhas, suas margens são colonizadas por bosques de manguezais, tratadas
2173pela legislação brasileira como área de preservação permanente, e
2174corresponde a 75% desse importante ecossistema no Estado de Santa
2175Catarina. Essas características criam as condições favoráveis à concentração
2176de diversas espécies, que garante a manutenção da biodiversidade nacional.
2177Considerando que alguns peixes encontrados na área, como *Epinephelus*
2178*itajara*, estão sobproteção especial; considerando que outras espécies, como
2179os camarões... Um nome meio complicado aqui porque eu estou sem os
2180óculos, e caranguejos. Considerando que o documento de pesquisa e
2181monitoramento via satélite apresentado ao Dilic, Ibama, por pesquisadores que
2182afirmam sobre o risco de extinção do local, do único grupo de toninhas. Bom,
2183concluindo: considerando que os princípios do direito ambiental a serem
2184resguardados por esse Conselho, principalmente no que concerne ao dever de
2185prevenção de danos ambientais e à saúde, à sustentabilidade e ao princípio da
2186participação e da informação, os Conselheiros do Conama vêm solicitar ao
2187Ibama a revogação da LAP concedida ao terminal marítimo Mar Azul, e o
2188arquivamento do processo de licenciamento. Seria essa ... Esse documento
2189esteve... Foi publicado no site, então não há necessidade de fazer a leitura.

2190

2191

2192O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo – MMA) – Obrigado,
2193Tadeu. O Ibama vai relatar do ponto de vista do Governo o posicionamento
2194alternativo.

2195

2196

2197O SR. MÁRCIO FREITAS (Ibama) - Sem entrar efetivamente na questão... Eu
2198não me apresentei, sou Márcio Freitas, Conselheiro do Ibama... Do Conama
2199pelo Ibama. Eu acho que nós temos uma série de questões para discutirmos
2200em relação a essa moção especificamente, até o próprio... A prerrogativa que
2201ela traz, de o Conama incidir sobre um processo de licenciamento que está
2202ocorrendo normalmente dentro das regras normais do processo de
2203licenciamento, que já em si acho uma certa inovação naquilo que a moção
2204propõe, ainda mais em forma de moção. Mas sem entrar nessa discussão da
2205forma ainda, eu acho que é importante nós discutirmos um pouco o processo, e
2206para isso eu vou pedir para o Dr. Eugênio, que é diretor substituto de
2207licenciamento, brevemente relatar o processo de licenciamento em questão
2208aqui para depois nós podermos talvez discutirmos melhor a proposta de
2209moção.

2210

2211

2212O SR. EUGÊNIO PIO COSTA (Ibama) - Boa tarde a todos os senhores. Meu
2213nome é Eugênio Pio Costa, eu sou coordenador geral da área de
2214licenciamento, transporte, mineração e obras civis. Pode passar aí a primeira
2215página, por favor, desse processo. O nosso antecessor já mostrou o
2216empreendimento lá na baía da Babitonga, estão lá os dois berços que foram
2217solicitados pelo empreendedor. Segunda página, por gentileza. Esse processo
2218veio para o Ibama judicializado, inicialmente ele teve... Começou na Fatma e
2219depois veio judicializado para o Ibama, nós retomamos e continuamos o
2220empreendimento. Então, assim, por decisão judicial o licenciamento foi
2221passado da Fatma para o Ibama em abril de 2008. Foi feita a complementação
2222do EIA/RIMA, nós emitimos um novo termo de referência, foi feita essa
2223complementação, e posteriormente nós contamos prazo para a audiência
2224pública e não foi feita audiência nesse empreendimento, ninguém solicitou à
2225época. Em outubro do ano passado havia um conflito muito grande, então a
2226nossa diretora de licenciamento convocou o nosso Colegiado para fazer um
2227RPL, que ó relatório de progresso e licenciamento, com vistas à emissão dessa
2228licença prévia. Então ela foi emitida no ano passado, em abril de 2012,
2229aprovada pelo Conselho de Colegiados do Ibama, foi apresentada e foi
2230aprovada. Nós atestamos só a viabilidade de um berço, aquele berço interno. O
2231berço externo não foi autorizado pelo Ibama. Então nós autorizamos a
2232operação somente de um berço. No momento da emissão da SLP, existia um
2233Decreto de Utilidade Pública 1168, emitido pela Prefeitura Municipal de São
2234Francisco do Sul, e já tinha sido emitido anteriormente, revogado, e foi emitido
2235novamente pelo senhor prefeito à época nesse período. Depois teve uma
2236certidão informativa de 297, em vigor, foi expedida pela prefeitura à época da
2237emissão da licença, atestando nada opor a esse empreendimento. Então,
2238tendo em vista a existência de uma lei ordinária do Município, de 20 de
2239dezembro de 2007, a qual considera área do manguezal esse
2240empreendimento, e como não edificante no Município, o Ibama adicionou a
2241seguinte condicionante à licença prévia, a fim de elucidar essa dúvida, que

2242 havia um conflito entre poder instalar o empreendimento entre a lei e esse
2243 decreto de utilidade pública. Apresentar certidão... É a condicionante 2.2.
2244 Apresentar certidão da Prefeitura de São Francisco do Sul sobre o
2245 enquadramento do empreendimento em relação ao uso e ocupação do solo, à
2246 luz da Lei Municipal 763, de 81; 587, de 2007; e o Decreto 1168, de 2010. Nós
2247 não emitimos em licença prévia... Normalmente todas as licenças prévias
2248 nossas emitidas já existem o 'nada a opor' da prefeitura. Nós tínhamos esse
2249 documento, mas havia esse conflito, então nós condicionamos isso. O Ibama
2250 recebeu informação de uma certidão, depois de emitida a licença, revogando
2251 isso. Eu só quero dizer o seguinte, senhores: atualmente uma licença prévia
2252 não autoriza nenhum tipo de impacto naquele empreendimento. Então o que
2253 nós autorizamos, atestamos até hoje, é a viabilidade ambiental. Até a presente
2254 data o Município não emitiu essa certidão e não respondeu a essa
2255 condicionante, nem o empreendedor respondeu a essa condicionante 2.2, e
2256 nem o Município se manifestou a respeito disso. Então o Ibama, até a presente
2257 data, está atestada a viabilidade, mas não está autorizada a instalação desse
2258 empreendimento. A última, por favor. Mas nesse sentido da baía de Babitonga
2259 considerando a importância dela, o Ibama, por meio da diretoria, criou, por
2260 ordem de serviço, um grupo técnico particular a esses programas e ações
2261 realizadas do empreendimento... Desses empreendimentos portuários. Então
2262 nós estamos juntando todos aqueles monitoramentos ali em um programa só
2263 na forma de fazer uma melhoria, de ter uma compreensão melhor de todo o
2264 impacto que está ocorrendo, da sinergia, do impacto cumulativo naquela baía
2265 da Babitonga. Então essa é uma ideia de se melhorar esse monitoramento de
2266 todos os empreendimentos ali instalados atualmente. Então, assim, se o
2267 Município lá de São Francisco do Sul resolver que não vai ter esse
2268 empreendimento, não emitir essa certidão, ele nunca vai se instalar lá,
2269 senhores. Então o Ibama hoje, para eventual emissão dessa licença de
2270 instalação, ela precisa ter essa autorização lá, uma manifestação do Município
2271 de São Francisco do Sul. O nosso processo foi... Cumpriu todos os requisitos
2272 legais, essa condicionante 2.2 atende ao princípio da precaução, solicitando
2273 manifestação contra a incompatibilidade de documentos, um questionamento.
2274 Existência de trabalho contínuo de otimização e integração dos
2275 empreendimentos na região do terminal, e com relação à proposta de moção
2276 nós não concordamos com ela, o Ibama não concorda com essa moção, com a
2277 continuidade dela. Obrigado a todos.

2278

2279

2280 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Nós aprendemos muito aqui. Depois
2281 que foi publicada a licença prévia com... Dizendo que mediante a certidão da
2282 prefeitura, a prefeitura revoga... Mudou o prefeito tudo muda, não é? Bom,
2283 vamos em frente. Os que são a favor da moção, por favor, ergam os seus
2284 crachás. Os que são contrários à moção, por favor, ergam os seus crachás. A
2285 moção foi rejeitada. Só um parêntese: essa questão dos prefeitos está
2286 acontecendo em tantos assuntos... Está gerando uma desestabilização de uma
2287 série de questões relacionadas às políticas públicas. Pois não, Tadeu?
2288 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* Até onde eu contei foram 33 a mais
2289 ou menos 11 ou 12. 33 para rejeição e 11 ou 12 pela aprovação... Perdão,
2290 agora umas abstenções houveram, perdão. Ocorreram algumas abstenções.
2291 Se você está preocupado com o quórum podemos também... Segunda moção:

2292 proposta de moção de protesto contra a queima de combustíveis fósseis para
2293 energia... Para geração de energia elétrica no Brasil. Proponente: ONG Sócios
2294 da Natureza. Tadeu. Sócios da Natureza?

2295

2296

2297 **O SR. TADEU SANTOS (Sócios da Natureza)** - Dos combustíveis fósseis,
2298 não é? Quem acompanhou as informações sobre a COP de Varsóvia ocorrida
2299 essa semana pôde perceber de que foi a primeira COP onde a queima de
2300 combustíveis fósseis foi a pauta mais flamejante, mais disputada, mais
2301 discutida, inclusive com retirada de quase... Praticamente todas as ONGs se
2302 retiraram da discussão devido à pressão do setor da indústria do carvão da
2303 Polônia e de outros países, da China, dos Estados Unidos, e principalmente
2304 pela demissão do Ministro de Meio Ambiente de Varsóvia, que era o presidente
2305 da COP. Nós estivemos aqui em 2009, 2010, e ficamos dois anos tocando
2306 nessa questão da queima de combustíveis fósseis porque nós sentimos na
2307 pele lá essa questão, tendo três bacias hidrográficas totalmente... Eu gostaria
2308 que você colocasse as fotos onde tem três cores. As bacias hidrográficas rio
2309 Araranguá, Urussanga e Tubarão, onde existe a mineração do sul de Santa
2310 Catarina, está aí, eles estão... Não tem muito o que falar porque é uma
2311 atividade comprovadamente poluente e não existe essa de dizer que foram
2312 encontradas tecnologias limpas e emissão zero, essa coisa só fica no papel.
2313 Então, considerando também que a questão da queima do combustíveis
2314 fósseis não é apenas de uma interferência na camada de ozônio que venha a
2315 resultar no desequilíbrio do clima no planeta, existe esse início do carvão, do
2316 beneficiamento... Da exploração e beneficiamento do carvão para chegar
2317 depois na queima, e que o resultado é um caos ecológico, principalmente nos
2318 recursos hídricos. Considerando também a questão do trabalhador mineiro,
2319 que sofre... Que adquire que a pneumoconiose, que é a doença do carvão, do
2320 pulmão negro. E lá no Estado de Santa Catarina as secretarias, os institutos,
2321 abafam essas pesquisas das comunidades, das pessoas que adquirem essas
2322 doenças pulmonares. E por incrível que pareça também até o próprio sindicato
2323 dos mineiros, que trabalham embaixo da mina, que sabem que vão trabalhar lá
2324 por 15 anos para depois sair de lá doentes, defendem essa situação. Então, é
2325 um tipo de escravidão meio que psicológica, isso daria até um filme. Se bem
2326 que a sétima arte já tratou essa questão no germinal, "Por quem os sinos
2327 dobram" e tem vários outros filmes que já trataram essa questão, do mal do
2328 carvão, inclusive um filme nacional, que é do Pena Filho... Esqueci o nome do
2329 filme. Então tem esse problema também da doença do mineiro, tem o problema
2330 da doença da água poluída, tem o problema de água ácida, que o PH... Essa
2331 água que apareceu ali, o PH em média é 2,5 a 3, não passa... Pode até ficar
2332 mais baixo, mas não chega ao ponto seis e sete, que é água potável. Tem,
2333 depois, chuva ácida, para chegar então na emissão de CO2 pela Jorge
2334 Lacerda, que é um sistema antigo e que não tem uma legislação para
2335 monitorar, para que a Fatma ou o Ibama monitorem as emissões do complexo
2336 Jorge Lacerda, que é o maior da América do Sul. São 657 megawatts.
2337 Considerando que em 2013 existia uma Câmara Técnica, nós estávamos na
2338 Câmara Técnica de Controle Ambiental, dirigida pelo Raimundo Deusdará,
2339 onde existia uma proposta de resolução de iniciativa do Ibama para discutir
2340 medidas mitigadoras para as térmicas no país. E estava andando tudo bem,
2341 inclusive nós até tínhamos apresentado um parecer sobre essa questão, e de

2342repente nós somos comunicados de que um advogado da Advocacia Geral da
2343União, é isso? Havia mandado arquivar por considerar inconstitucional. Discutir
2344um problema que afeta comprovadamente a natureza, a biodiversidade em um
2345todo, isso não é inconstitucional. Então nós achamos injusto esse
2346arquivamento. Considerando que o Ministério de Minas e Energia,
2347representado aqui pelas nossas colegas, criou uma Portaria 498, é isso? 498?
2348Retirando as térmicas... A possibilidade de as térmicas participarem dos leilões
2349da Aneel. Foi uma medida inteligente para um país que quer lá fora discutir a
2350questão de redução das emissões. Eu estou concluindo. Essa portaria foi
2351derrubada e as térmicas foram para o leilão agora em setembro e ninguém quis
2352comprar. Por quê? Porque o preço... Porque além de serem poluentes, são
2353caríssimos. É a energia mais cara do mundo, do país. Agora o Governo
2354Federal retirou com o Cofins e outro... Algumas isenções de impostos lá para
2355facilitar que as térmicas voltem no leilão agora de dezembro para serem
2356compradas. Então nós pedimos aos Conselheiros que aprovem essa moção...
2357Concluindo, secretário. Concluímos que se faz necessário, então,
2358urgentemente, estudos para elaboração de resoluções que proponham a
2359adoção de mecanismos rígidos na fiscalização dessas atividades, aí entra a
2360nossa preocupação com o licenciamento, o aprimoramento do licenciamento no
2361Brasil, e a destinação de investimentos em estudos sobre eficiência energética
2362e energias renováveis, com especial atenção à eólica, solar, biomassa, visando
2363atingir padrões sustentáveis de desenvolvimento a partir de um amplo debate
2364com a sociedade brasileira. É isso.

2365

2366

2367**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Obrigado Tadeu. No sentido contrário
2368da moção, Ceicilene, do Ministério de Minas e Energia.

2369

2370

2371**A SR^a. CEICILENE ARAGÃO MARTINS RÊGO (MME)** - Boa tarde. Ceicilene,
2372do Ministério de Minas e Energia. A proposta de moção apresenta deficiências
2373tanto na sua forma quanto no seu mérito. Primeiro que em relação à forma, a
2374sua ementa fala de 'moção de protesto contra a queima de combustíveis
2375fósseis', e pode observar que no final ali, na conclusão, ele pede que seja
2376elaborada proposta de resolução. Então está dissociado, enfim. Com relação
2377ao mérito, consideramos que vários pontos são improcedentes, principalmente
2378quando a proposta de moção fala que a matriz energética brasileiro tem que
2379passar por uma urgente e profunda alteração da sua matriz, uma vez que a
2380nossa matriz energética, 85%... Mais de 85% é composta de energias
2381renováveis, sendo que no mundo é cerca de 20%. É importante destacar
2382também que as usinas térmicas são complementações do sistema, elas
2383operam quando os reservatórios das usinas estão deprecionados, isso é,
2384quando o seu nível está baixo. Independente da questão técnica, é importante
2385destacar também que o Conselho Nacional de Política Energética, que tem a
2386atribuição de definir a matriz energética brasileira e dar suas orientações,
2387portanto, não é campo para o Conama. Conforme a própria Ministra Izabella
2388afirmou hoje pela manhã na abertura da nossa Plenária, não cabe ao Conama
2389tratar de temas que não é de sua competência. Dessa forma, secretário, nós
2390pedimos a rejeição da matéria.

2391

2392

2393 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Bom, pessoal, nós vamos encaminhar
2394 então às votações. Aqueles que forem a favor da moção, por favor, ergam os
2395 seus crachás. 11. Os que forem pela rejeição da moção, por favor, ergam os
2396 seus crachás. 26. A moção foi rejeitada, 26 a 11. *(Intervenção fora do*
2397 *microfone. Inaudível)* O Chico Mendes votou duas vezes? Então é 26 a 10.
2398 Bom, a terceira moção, proposta do moção também da ONG Sócios da
2399 Natureza, moção a favor da criação do parque cultural das três pontas de
2400 anexação do manguezal do Itacurubi, a estação ecológico Carijós. Tadeu.

2401

2402

2403 **O SR. TADEU SANTOS (Sócios da Natureza)** - Nós temos que ser otimistas,
2404 não é? Não podemos desistir da luta. Eu gostaria que fosse colocado lá
2405 também um mapa da baía, da Ponta do Coral, que, para quem não conhece,
2406 fica na Beira-Mar Norte de Florianópolis. É um dos únicos pontos na região
2407 central da ilha que ainda continua intacto, que é chamado de Ponta do Coral. A
2408 proposta assinada pelas várias entidades, o Movimento Ilha Verde, de
2409 Florianópolis, pelo... Bom, vários movimento sociais, inclusive da UFSC,
2410 pedindo a implantação... A moção de apoio à implantação de um parque
2411 nesse local. Tem uma foto... Aquela ponta... Vocês estão vendo ali as
2412 pontes... Florianópolis, depois segue... Vai contornando a beira-mar, a primeira
2413 ponta é a Ponta do Coral. Nesse local existe um projeto... Um empreendimento
2414 imobiliário de um hotel, onde ele vai ocupar quase que 40% dessa ponta,
2415 dessa área, área virgem ainda. E essa ponta, junto com a ponta do leste, que
2416 fica no outro lado, e a planta baixa, que é a ponta do... Faz o conjunto das três
2417 pontas... Esse local aí da Ponta do Coral foi patrimônio público até 1980, e a
2418 partir de 1980 ele foi vendido para a iniciativa privada. Então até 1980 era
2419 patrimônio público da União, estranhamente em 1980 passou a ser de
2420 propriedade privada. É que é muito longo aqui, eu penso... Eu considero que o
2421 pessoal já tenha lido, mas o desfecho principal, que eu vou resumir, é que
2422 existe um empreendimento... Uma proposta de empreendimento em um local
2423 de extrema delicadeza ambiental, que está próximo a uma reserva da unidade
2424 de conservação federal, a unidade de conservação de Carijós, que está no
2425 outro lado da ilha, da Ponta do Coral. Existe um mangue que é considerado o
2426 segundo maior mangue urbano do mundo, que é aquele lá, que é de domínio...
2427 Era de domínio da UFSC, da Universidade Federal de Santa Catarina. Existe
2428 todo um movimento da Sociedade Civil organizada, de instituições de ensino,
2429 que estão propondo a criação de um parque cultural ecológico nesse local ao
2430 invés da possibilidade da criação desse hotel, desse complexo, nesse local.
2431 Então é simples também para se decidir, não é tão complicada a situação
2432 baseada na foto...

2433

2434

2435 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Perfeito. Marcelino, pelo ICMBio.

2436

2437

2438 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Marcelo Marcelino,
2439 Instituto Chico Mendes. O instituto tem dificuldade, ele... Nós analisamos a
2440 proposta e temos dificuldade de apoiá-la, até por entender a relevância da
2441 proposta, que são duas coisas, duas propostas, uma é o parque cultural, das

2442três pontas, e a outra é a ampliação da Esec Carijós para anexar o mangue
2443que está próximo. Da primeira há uma dificuldade porque a própria moção traz
2444um conjunto de situações que é difícil de entender. Há uma questão fundiária,
2445uma questão de... Relacionada à licença ambiental do empreendimento, que
2446eu acho que não é criando unidade de conservação se resolve isso. Se é uma
2447questão relativa ao empreendimento, temos que atacar o empreendimento. Se
2448ele está no entorno da Esec Carijós, obviamente o Instituto Chico Mendes terá
2449que ser ouvido em relação a isso se há alguma afetação à Esec nós vamos ter
2450que entrar e ou seremos contrários ou condicionaremos esse empreendimento,
2451mas criando unidade de conservação me parece que dá mais um problema do
2452que ajudar no problema. E com relação à outra área, que é a área próxima à
2453Esec Carijós, o manguezal, também tem uma confusão: além de ela ser
2454domínio da Universidade Federal de Santa Catarina, ela já é uma unidade
2455municipal criada por decreto. Significaria federalizar uma unidade municipal
2456que é municipal. Falando já até em números do Ministério do Meio Ambiente,
2457eu acho que é ruim você ter uma unidade municipal criada em um local que é
2458um Município, quer dizer, praticamente dentro da cidade, transformar isso em
2459uma unidade federal, quando não há um estudo de relevância que nos leve a
2460isso. Então nós temos uma dificuldade de apoiar a proposta por esses
2461aspectos. Fundamentalmente principalmente com relação a esse mangue de
2462Itaburubi, se eu não me engano, porque ele já é uma unidade municipal criada,
2463e qual a razão de não apoiar um Município na gestão da área, e ao invés disso
2464criar uma unidade de conservação? Quer dizer, criar uma unidade federal em
2465cima dessa área? O Instituto Chico Mendes recomenda pela não aprovação da
2466moção.

2467

2468

2469**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – À luz dos esclarecimentos do Marcelo
2470Marcelino nós vamos então votar. Os que forem a favor da moção apresentada
2471pelo Tadeu, por favor, ergam os seus crachás. Os que forem contrários à
2472moção apresentada pelo Tadeu... A moção foi rejeitada. Nós estamos... Só um
2473momento. Nós estamos com um problema aqui de um expositor de informe que
2474vai ter que pegar um voo no final do dia, eu peço licença ao Plenário para
2475transmitirmos o informe relacionado à Conferência. Tudo bem? Então vamos...
2476Depois retomamos os informes. Nós retomamos depois, Tadeu, com os
2477informes, começando com a sua fala.

2478

2479

2480**O SR. GERALDO ABREU (MMA)** - Boa tarde a todos e a todas, Secretário
2481Gaetani. Agradecer aí pela atenção e antecipar, eu estou indo para São Paulo
2482agora a pouco participar de um evento lá relacionado a essa parte de
2483democracia participativa. Nós trouxemos aqui o lançamento da Conferência e
2484também agora trazemos um balanço final de todo o processo. Acompanhando
2485um pouco da linha do tempo dessa discussão relacionada a resíduos sólidos,
2486nós tivemos a lei sancionada em agosto de 2010, em 2011 tivemos as
2487audiências públicas do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, uma série de
2488outras iniciativas do Ministério do Meio Ambiente com relação à implementação
2489da PNRS, em 2012 no dia 05 de junho, ou seja, antes do prazo para
2490elaboração dos planos municipais a Ministra Izabella Teixeira decidiu convocar
2491a 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente exatamente com a temática da

2492 Política Nacional de Resíduos Sólidos para que nós tivéssemos a
2493 oportunidades de mobilizar a sociedade brasileira em todos os Municípios e
2494 Estados do país, com vistas à divulgação e implementação da Política Nacional
2495 de Resíduos Sólidos. Nesse sentido nós percorremos todo o Brasil e tivemos a
2496 oportunidade de fecharmos os números da 4ª Conferência confirmando essa 4ª
2497 Conferência como maior conferência já realizada no Brasil, nós superamos a
2498 marca de 200 mil pessoas mobilizados em todo território nacional, o histórico
2499 das três outras conferências é um histórico de evolução da participação
2500 também, nós tivemos na primeira algo em torno de 65 mil pessoas, na segunda
2501 cresceu um pouco, na terceira volta a crescer para algo em torno de 115 mil
2502 participantes, e nessa 4ª nós superamos a casa dos 200 mil. Nós superamos
2503 porque nós já contabilizamos mais de 200 mil, mas ainda chegam números de
2504 conferências realizadas que não entraram aí no raio de... No radar da nossa
2505 contabilização, muitos Municípios fizeram conferências e até hoje ainda
2506 chegam números desses processos. Aí nós temos um pouco a estrutura de
2507 governança que nós trabalhamos nessa 4ª Conferência, um pouco diferenciada
2508 das anteriores, para que desse mais efetividade à parte da governança. Nós
2509 tivemos novamente uma coordenação executiva nacional, um Comitê Interno
2510 de Apoio do Ministério para subsidiar os conteúdos da Conferência, uma
2511 Comissão Organizadora Nacional que nós tivemos a oportunidade de recuperar
2512 segmentos que estiveram ausentes da 3ª Conferência e ampliar para outros
2513 setores. Eu destacaria aí a volta de um segmento que tinha se afastado da 2ª
2514 para a 3ª Conferência, que foi o segmento empresarial nas suas
2515 representações de confederações, que voltaram a estar presentes. Nessa 4ª
2516 Conferência todas as maiores confederações empresariais do Brasil estiveram
2517 na Comissão Organizadora, as maiores centrais sindicais de trabalhadores
2518 também estiveram presentes, o Movimento Nacional de Catadores, uma ampla
2519 representação da Sociedade Civil e também de governos por meio da
2520 Confederação Nacional dos Municípios, da Anamma, da Abema, enfim, uma
2521 Comissão Organizadora que expressava aí uma pluralidade bastante
2522 representativa dos setores que dialogam em torno da Política Nacional de
2523 Resíduos Sólidos. E na mesma direção nós solicitamos aos Estados, e aí eu já
2524 estendo aqui um agradecimento mais uma vez a todos os secretários estaduais
2525 de meio ambiente que acolheram a realização da Conferência Estadual dos
2526 Municípios, que também estiveram muito presentes nesse processo, o que nos
2527 levou a números... Os objetivos da Conferência eram a divulgação da política
2528 nacional, conhecer aí as experiências de outras áreas de Governo, incentivar
2529 parcerias, enfim, difundir práticas exitosas que pudessem contribuir para a
2530 gestão de resíduos sólidos no Município. Nós escolhemos quatro eixos que
2531 orientaram os debates: a produção e consumo sustentáveis, redução dos
2532 impactos ambientais da atividade, geração de emprego e renda, e educação
2533 ambiental. Nós aplicamos uma metodologia que acabou também ajudando na
2534 condução do processo. Quem participou das conferências anteriores foi... Teve
2535 a oportunidade de vivenciar processos intermináveis, tanto a 2ª... A 1ª, a 2ª e a
2536 3ª Conferência se estenderam para muito além do horário de encerramento
2537 previsto e os quóruns de votações acabaram sendo quóruns muito baixos ao
2538 final porque as delegações já tinham voltados para os Estados e aqueles
2539 resistentes guerreiros que ficavam, acabavam muitas vezes aprovando
2540 deliberações sem o devido quórum, sem o devido conjunto dos delegados que
2541 iniciaram o processo das conferências. Pela metodologia aplicada nesse

2542 processo agora nós tivemos a oportunidade de encerrar a Conferência no
2543 horário marcado e tivemos uma votação em todas as ações aprovadas de 90%
2544 dos delegados credenciados inicialmente. Isso ajudou muito porque dá
2545 sustentação para que essas deliberações reflitam efetivamente o que foi o
2546 início do Plenário com o seu final nessa proporção de 90% terem votado nas
2547 deliberações. Nós tivemos conferências municipais e regionais, conferências
2548 estaduais, conferências... A Conferência Nacional, mas tivemos também
2549 conferências livres que mobilizaram aí algo em torno de 25 mil pessoas no
2550 Brasil, que se reuniram para discutir a gestão de resíduos sólidos nos ambiente
2551 onde estão, isso foi muito rico porque acabou permitindo que diversas outras
2552 formas de organização do setor empresarial, da Sociedade Civil, pudessem
2553 fazer conferências livres, realizarem os seus planos de gestão e mandarem
2554 propostas para a Conferência Nacional. Tivemos também uma outra
2555 modalidade nova que foi a Conferência Virtual, uma parceria com o e-
2556 democracia da Câmara dos Deputados, que nos permitiu aí também por um
2557 período de 15 dias termos pela rede mundial de computadores a Conferência
2558 Virtual. Também um processo que acrescentou bastante do ponto de vista de
2559 conteúdo da Conferência. Aí vem os números, que são esses que eu disse até
2560 agora que nós chegamos, que trazem a essa 4ª Conferência a condição da
2561 maior conferência já realizada. Isso se expressa também no número de
2562 mobilizações dos Municípios. 643 Municípios realizaram conferências próprias,
2563 esse número ainda pode crescer porque, como eu disse, informações
2564 continuam chegando de Municípios que fizeram conferências em todo nosso
2565 território, mas nós já contabilizamos 643. 179 conferências regionais que
2566 pegaram o recorte exatamente do que nós já vínhamos trabalhando na
2567 implementação da política e no incentivo aos consórcios intermunicipais para
2568 gestão de resíduos sólidos, essas 179 conferências regionais representam algo
2569 em torno de três mil Municípios, o que nos traz um total aí de algo em torno de
2570 3650 Municípios que participaram do processo da Conferência. Isso é mais de
2571 65% do total dos Municípios brasileiros. Para um debate que tem uma
2572 titularidade no Município muito forte, você ter essa presença realmente dá aí
2573 um norte de que a opção por realizarmos a 4ª Conferência com a temática da
2574 Política Nacional de Resíduos Sólidos foi extremamente vitoriosa e
2575 extremamente articulada no sentido de dar a efetividade à PNRS. Nós tivemos
2576 26 conferências estaduais, uma conferência distrital, enfim, todo um processo
2577 de mobilização que nos trouxe a esses números que vocês estão aí
2578 verificando. Na etapa nacional nós tivemos um número de participantes de
2579 aproximadamente 2000 pessoas, foram 1130 delegados credenciados, 408
2580 convidados, 68 profissionais da imprensa, 375 servidores e consultores do
2581 Ministério do Meio Ambiente credenciados e distribuídos em equipes técnicas,
2582 coordenadores, expositores, mediadores, organização e apoio. Esse número
2583 de 375 também foram as pessoas que participaram do ciclo de debates que
2584 inaugurou a Conferência, onde nós tivemos a oportunidade de vários temas
2585 serem tratados por especialistas, e isso acabou contribuindo do ponto de vista
2586 de conteúdo para que os delegados posteriormente ao ciclo de debates fossem
2587 aos Grupos de Trabalho e pudessem, com esse subsídio, fazer o debate de
2588 forma mais produtiva e subsidiada. A composição dos delegados na
2589 Conferência Nacional nós buscamos ajustar os números para que não
2590 houvesse muita discrepância em relação ao Estado com maior delegação e
2591 Estado com menor delegação. Os Estados com menor delegação em relação à

2592população foram de 30 e o maior que São Paulo com 70 delegados eleitos nas
2593conferências estaduais. No final a metodologia também levou a sugerir aos
2594delegados um esforço de síntese para que nós evitássemos, como nas
2595conferência anteriores, o resultados final ser de 1000, 1200 propostas
2596aprovadas, o que acabava não dando efetividade no balanço de
2597implementação dessas propostas em um número tão grande. A metodologia
2598levou à priorização de 15 propostas por cada um dos quatro eixos temáticos,
2599isso nos dará, no processo de implementação, condição de verificarmos
2600efetivamente como andam os resultados da implementação. São 15 propostas
2601por eixo, são propostas que estão disponibilizadas em nosso site já, serão
2602publicadas também e distribuídas nacionalmente, mas elas já estão à
2603disposição no site. Nós destacamos aí algumas na área de produção e
2604consumo sustentável de aprovação de ações voltadas para a produção de
2605alimentos sustentáveis, segurança alimentar, mais outras que compõem esse
2606universo de 15 por eixo, na parte de redução dos impactos ambientais teve
2607uma forte presença no debate em torno da coleta seletiva e da compostagem
2608orgânica dos resíduos, na geração de trabalho e renda, defesa do trabalho
2609decente, destinação de recursos e investimentos em cooperativas de materiais
2610recicláveis e desoneração tributária das cooperativas. Esse debate também de
2611financiamento é bastante presente em todas as deliberações dos quatro eixos.
2612A educação ambiental destacaria aí a capacitação de agentes, professores de
2613educação ambiental, fortalecimento das comissões interinstitucionais de
2614educação ambiental, tem algumas sugestões também até de alteração da
2615Política Nacional de Educação Ambiental, que compõe aí as 15 deliberações
2616pelo eixo de educação ambiental. Mas todas estão à disposição já no site do
2617Ministério e nós passaremos já no início de 2014 a apresentarmos alguns
2618resultados de iniciativas já adotadas por parte do Ministério do Meio Ambiente
2619na direção de implementação dessas ações. Aí foram algumas iniciativas de
2620produção de materiais informativos da Conferência, também foram produzidos
2621muitos materiais que subsidiaram os debates, produção de jornais, texto
2622orientador, cursos de educação à distância para que as pessoas pudessem se
2623capacitar para a realização das conferência estaduais, o site eletrônico até hoje
2624continua sendo alimentado com informações, o caderno de propostas
2625sistematizadas para o último dia também foi algo importante porque nós
2626produzimos na madrugada do sábado para domingo, quando os delegados
2627chegaram no domingo eles já tinham as 40 propostas priorizadas por cada
2628eixo, eles tiveram a oportunidade de receber esse material e já olharem ali as
262915 propostas que iriam priorizar, isso acabou favorecendo muito para que as
2630pessoas pudessem se orientar. Aí tem a nossa página do site, que ela vai
2631permanecer no ar, inclusive para recepcionar as informações à cerca da
2632implementação das deliberações. Enfim, esse foi o conjunto de iniciativas do
2633ponto de vista da comunicação da Conferência. As nossas perspectivas postas
2634sobre esses resultados é que a sociedade possa ter encontrado nos resíduos
2635sólidos uma oportunidade de desenvolvimento econômico, social e ambiental, a
2636ampliação do diálogo com os segmentos da sociedade interessada, a
2637discussão dos planos municipais de gestão de resíduos sólidos nós verificamos
2638no acompanhamento das conferências municipais que vários municípios
2639produziram os seus planos nesses períodos dos debates, vários Estados
2640tiveram a oportunidade também de ou aprofundar o debate em torno do plano
2641estadual, ou mesmo fazer uma revisão dos planos à luz dos debates que

2642puderam estar se realizando sobre a Conferência, ações concretas para
2643acabarmos com os lixões, muitas iniciativas também foram verificadas, é claro
2644que existe um passivo muito grande que vai ainda nos trazer outros debates,
2645mas não é o caso de tratarmos disso aqui. A disseminação de informações
2646sobre resíduos para formadores de opinião e população, a política teve a
2647oportunidade de chegar a esses formadores de opinião e ela ganhar a
2648capilaridade necessária para a sua implementação, portanto, atingindo os
2649objetivos iniciais previstos para a Conferência, e novas estratégias para o
2650padrão de produção e consumo. Estamos aí chegando ao final, a intenção hoje
2651era exatamente fazer essa devolutiva aqui no Conama, porque foi aqui também
2652que a Ministra lançou a Conferência, e nós nos colocamos à disposição para
2653quaisquer informações, voltando a dizer que o nosso site tem sido alimentado
2654diariamente sobre o que nós estamos fazendo para divulgação dos resultados
2655e implementação das deliberações.

2656

2657

2658**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Obrigado, Geraldinho. Para os que
2659estavam aqui durante a Conferência foi um evento realmente extraordinário,
2660encorajamos a todos que participem de novo e parabéns mais uma vez pelo
2661excelente trabalho Geraldinho. Pois não, Patrícia? Sobre a Conferência que
2662você quer falar? Tadeu? Patrícia?

2663

2664

2665**A SR^a. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Boa tarde a todos. Patrícia Boson, CNT. Só
2666para deixar dois registros: o primeiro do avanço, porque eu participei das
2667primeiras conferências e realmente houve um avanço substancial em termos
2668de organização, objetividade e tudo mais. O segundo é só deixar um registro,
2669não é uma crítica, mas é um registro porque nós precisamos pensar a respeito
2670disso. Nós fizemos uma verificação sobre os representantes que se
2671inscreveram como setor empresarial, e mais de 75% não tinham nenhuma
2672ligação com o segmento. Então, quer dizer, houve uma... Há um equívoco aí
2673que precisa ser corrigido. Pode ser feita uma crítica ao próprio setor, que não
2674foi suficientemente participante a ponto de verificar isso, mas também há uma
2675crítica no sentido de como acolher essas inscrições. Eu acho que para o bem
2676do processo democrático não é pertinente que alguém que não é do setor se
2677inscreva como se do setor fosse. Então... Ainda mais nessa proporção, mais de
267875%. Então fica aqui o registro porque se estamos evoluindo, vamos evoluir
2679nisso também. Obrigado.

2680

2681

2682**O SR. TADEU SANTOS (Sócios da Natureza)** - Eu participei da Conferência,
2683eu quero parabenizar ao Geraldo, à Ministra, principalmente a Ministra, porque
2684ela praticamente ficou... Ela esteve no início e no final em uma participação
2685ativa e comovente, porque a grande maioria dos participantes eram catadores
2686de lixo, e é a primeira vez que eu vejo isso, essa revolução participativa nesse
2687setor do lixo, que é um setor que é um... Não era agradável para a sociedade
2688brasileira até recente. Eu gostaria de saber sobre três pontos, se aquela
2689proposta de cumprimento da Lei 12305 de resíduos sólidos, ela foi uma das
2690mais elencadas, se ela está entre as 15, o cumprimento dela até 2014. O
2691segundo ponto é sobre... O setor que faz a reciclagem já pega o lixo, já pega o

2692resíduo descartado que já pagou imposto, e ele pega aquilo para reciclar, daí
2693ele está pagando imposto de novo. Isso também foi bem pontuado, não é?
2694Eram essas duas perguntas, eu gostaria que você...

2695

2696

2697**O SR. GERALDO ABREU (MMA)** - Primeiro sobre a questão da Patrícia, da
2698CNT, nós já conversamos muito sobre isso, não é, Patrícia? Nós inclusive no
2699debate da Comissão Organizadora buscamos encontrar formas de evitarmos
2700que outros segmentos entrassem, inclusive o próprio regimento tratava desse
2701assunto, mas nós sabíamos também da fragilidade de conseguirmos
2702efetivamente dar consequência a isso. Nós avançamos, eu acho que há um
2703entendimento inclusive com o setor empresarial de que houve um avanço
2704nessa 4ª Conferência, e certamente nós vamos estar buscando juntos formas
2705de evitarmos e criamos um funil que vá reduzindo progressivamente essa
2706presença de outros segmento em vagas que não deveriam ser ocupadas, mas
2707eu acho que nós demos um passo bom nessa direção, há um entendimento aí
2708de quem esteve na Comissão Organizadora Nacional por parte do setor
2709empresarial de que se nós não chegamos a um ponto que gostaríamos, nós
2710demos passos em direção a encontrarmos solução para esse problema. Sobre
2711as questões relacionadas aos prazos da legislação, a legislação traz um prazo
2712de agosto de 2014 para o encerramento dos lixões, das atividade em lixões.
2713Isso não precisava nem ser objeto de debate na Conferência, mas a realidade
2714acaba trazendo esse assunto, que é um objeto de uma definição de metas
2715previstas na lei, mas também vieram para a Conferência, foram tratadas na
2716forma de moção e também de resoluções para que essas metas sejam
2717atingidas até agosto de 2014. Elas também estão disponíveis no nosso site,
2718tanto as moções quanto as deliberações sobre essa questão. Em relação à
2719desoneração da cadeia da reciclagem, também tem resolução nessa direção,
2720há um entendimento... O Ministério já conseguiu que alguns itens da
2721reciclagem recebessem esse tratamento diferenciado do ponto de vista
2722tributário, nós sabemos das dificuldades de fazermos esse diálogo com as
2723áreas da Economia, mas isso também foi aprovado na Conferência e nós
2724devemos tratar porque o Ministério também já tem uma leitura e entendimento
2725sobre essa questão de que o reciclado deve ter um tratamento tributário
2726diferenciado em relação ao que não é reciclado, à matéria virgem. Está certo?
2727Então isso também vai ser objeto do acompanhamento da implementação das
2728deliberações.

2729

2730

2731**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Obrigado, Geraldinho. Vamos dar
2732sequência então as nossas moções. Tadeu tinha pedido a palavra. Obrigado
2733Geraldinho.

2734

2735

2736**O SR. TADEU SANTOS (Sócios da Natureza)** - É apenas mais uma tentativa
2737desesperadora, já que nós apresentamos três moções e as três foram
2738rejeitadas, ao Ministério de Minas e Energia, se nós retirarmos aquele
2739considerando que fala que 75% da matriz, do qual a Neila falou que... Como é
2740que fica? Porque... Aquele foi... Que ponto que pesou, deu a impressão de que

2741foi o que... Ou não... Mesmo que tire aquele considerando não tem conversa?
2742Não. Então obrigado.

2743

2744

2745**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Tadeu, eu só queria lembrar que nós
2746trouxemos aqui... O ‘Thomas Quinn’ fez uma apresentação sobre matriz
2747energética recentemente, e esse é um assunto que é permanentemente objeto
2748de discussão, e vai ser sempre assim, e não tem nenhum problema, tem que
2749ser mesmo. Vamos em frente. Bom, eu queria apresentar a proposta de moção
2750feita pela Sociedade Nordestina de Ecologia, relacionada com a proposta de
2751moção contra a autorização à invasão da unidade de conservação estadual
2752Parque das Dunas Luiz Maria Alves, pela obra de reestruturação da avenida
2753Roberto Freire.

2754

2755

2756**A SR^a. ELIZABETE BRAGA (Sociedade Nordestina de Ecologia)** - Boa
2757tarde. Eu sou Elizabete Braga, sou representante titular da Sociedade
2758Nordestina de Ecologia, e as moções... São três moções, na verdade, que nós
2759vamos apresentar. A primeira... São moções de autoria da Apoan, Associação
2760Potiguar Amigos da Natureza. Então a primeira moção é sobre... É essa moção
2761que diz respeito... Ela é dirigida à Presidência da República, ao Conselho
2762Nacional de Meio Ambiente, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Governo do
2763Estado do Rio Grande do Norte, à Prefeitura Municipal de Natal, para que não
2764permitam nenhum tipo de invasão à unidade de conservação estadual Parque
2765das Dunas, pela obra ainda em projeto de reestruturação da avenida Roberto
2766Freire. Então, a obra, na verdade, da forma que está sendo trabalhada, ela
2767atinge diretamente o Parque Estadual das Dunas. E tem alguns considerandos
2768importantes. Então, considerando a importância paisagística, climática de
2769biodiversidade, qualidade de vida do Parque das Dunas; considerando que o
2770Parque das Dunas faz parte da reserva da biosfera da Mata Atlântica;
2771considerando a lei de Política Nacional de Meio Ambiente; considerando
2772também a lei do Sistema Nacional de Meio Ambiente, do Snuc; considerando
2773que inclusive não foi feito estudo de impacto ambiental com relação a essa
2774obra; considerando que essa obra não faz parte da obra inclusive do PAC da
2775Copa de 2014, se pede que realmente haja... Não se permita a invasão da
2776unidade de conservação do Parque das Dunas a partir da estruturação dessa
2777obra. Então, essa é a primeira moção.

2778

2779

2780**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Obrigado. Eu queria pedir para o
2781André, da Secretaria de Biodiversidade e Floresta, fazer o encaminhamento
2782alternativo.

2783

2784

2785**O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (Planeta Verde)** - Boa tarde. André, do
2786Departamento de Áreas Protegidas, do Ministério do Meio Ambiente. Em
2787relação à moção que trata sobre o Parque das Dunas, nós entendemos que o
2788órgão estadual... O gestor estadual é competente para fazer a gestão das
2789unidades de conservação no âmbito do Estado. Eles têm essa autonomia, e eu
2790entendo que é um problema local em função de licenciamento. Então cabe ao

2791 Estado trabalhar para aferir se está tendo invasão em cima da área da unidade
2792 de conservação, que o texto aqui traz relação de construção de túneis, e nós
2793 não tendo documento técnico mais detalhado sobre empreendimento fica difícil
2794 nós avaliarmos o contexto local, mas nós entendemos que cabe ao Estado
2795 tomar a decisão, já que o órgão gestor é interveniente no processo de
2796 licenciamento.

2797

2798

2799 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo – MMA)** -.Obrigado
2800 André. Pois não?

2801

2802

2803 **O SR. JAMIR FERNANDES (Idema)** - Boa tarde a todos. Eu sou Jamir
2804 Fernandes, Conselheiro titular do Rio Grande do Norte e presidente do Idema,
2805 que é o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Meio Ambiente do Rio
2806 Grande do Norte. Eu queria fazer alguns esclarecimentos... Na verdade eu
2807 estava até me preparando para fazer a defesa da moção porque essa licença
2808 está sendo acompanhada pelo Ministério Público, houveram diversas reuniões
2809 onde foi determinado que o licenciamento seria compartilhado entre o Idema e
2810 a Secretaria de Meio Ambiente de Natal, foi... Ao contrário do que apresentou
2811 aqui, a moção... Foi feito o EIA/RIMA sim, inclusive amanhã estarei na
2812 audiência pública que está sendo realizada. Esse EIA/RIMA foi feito pela
2813 Universidade Federal do Rio Grande do Norte, é um estudo de altíssima
2814 qualidade. A proposta de intervenção que pode vir a ocorrer dentro do Parque
2815 das Dunas é a penas a faixa de caminhamento de *cooper* e a pista de ciclovia.
2816 Então, é uma intervenção mínima em uma área que já está totalmente
2817 antropizada, onde anteriormente havia um campo de pouso de aeromodelismo,
2818 não existe Mata Atlântica nessa área, não existe vegetação significativa. E a
2819 intervenção nessa área, em um parque de 1272 hectares, é pouco mais de dois
2820 hectares nessa área que já está margeada pela avenida Roberto Freire. É uma
2821 obra de mobilidade urbana, realmente não está no PAC Copa, mas é
2822 importantíssima para a cidade de Natal, para o desenvolvimento da cidade,
2823 seria uma duplicação dessa via que hoje está congestionada, e ela está sendo
2824 licenciada... Essa licença está tramitando hoje na Semurb. Mas o Conselho
2825 Gestor do Parque das Dunas ainda vai ter a oportunidade de ser ouvido, por se
2826 tratar de unidade de conservação estadual, e as audiências públicas vão tratar
2827 isso com a sociedade. Então encaminho solicitando aos colegas pela
2828 desaprovação da moção, em nome do Estado do Rio Grande do Norte.

2829

2830

2831 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Obrigado. Aqueles que forem, por
2832 favor, a favor da moção, por favor, ergam os seus crachás. Os que forem
2833 contrários à moção, por favor, ergam os seus crachás. A moção foi rejeitada.
2834 Vamos partir... Eu cometi uma impropriedade aqui na ordem, vamos dar... A
2835 moção também apresentada pela Sociedade Nordestina de Ecologia,
2836 relacionada à tramitação da resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente
2837 do Rio Grande do Norte, aprovando a carcinicultura como atividade
2838 agrossilvipastoril.

2839

2840

2841 **A SR^a. ELIZABETE BRAGA (Sociedade Nordestina de Ecologia)** - Bom,
2842 essa moção, como foi dito pelo secretário, é à Presidência da República e ao
2843 Ministério do Meio Ambiente... Não, desculpe. É uma moção ao Ministério do
2844 Meio Ambiente, ao Ministério Público Federal do Rio Grande do Norte, ao
2845 Conselho Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Norte para que
2846 envidem esforços na suspensão da tramitação de uma Resolução do Conema,
2847 que é o Conselho Estadual do Rio Grande do Norte, de Meio Ambiente,
2848 aprovando a carcinicultura como atividade agrossilvipastoril. Isso se
2849 considera... A moção faz alguns considerandos em relação ao novo Código
2850 Florestal que foi aprovado, a Lei 12651, de 2012. Considerando que a
2851 carcinicultura não é uma atividade agrossilvipastoril; considerando que
2852 manguezal é área de interesse federal e nacional; considerando a
2853 incompetência dessa declaração por um Conselho Estadual de Meio Ambiente;
2854 considerando que o Conema tramita projeto declarando no Rio Grande do
2855 Norte a carcinicultura como atividade agrossilvipastoril, indo contra inclusive ao
2856 novo Código Florestal; considerando que não há elementos legais que
2857 designam Conselhos Ambientais Estaduais como órgão de classificar uma
2858 atividade econômica desse tipo como agrossilvipastoril, então se pede que o
2859 Ministério do Meio Ambiente, o Ministério Público Federal, o Conselho Estadual
2860 de Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, que envidem esforços para a
2861 suspensão da tramitação e da resolução pelo Conema, aprovando a
2862 carcinicultura como atividade agrossilvipastoril.

2863

2864

2865 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Muito obrigado. O encaminhamento...
2866 Eu vou pedir para o presidente do... O Roberto Lorena vai fazer? (*Intervenção*
2867 *fora do microfone. Inaudível*) Um encaminhamento contrário, depois, se for o
2868 caso, as informações. Ministério da Pesca? Pois não.

2869

2870

2871 **O SR. SÉRGIO MATOS (MPA)** - Boa tarde. Sérgio Matos, Ministério da Pesca.
2872 Antes de mais nada eu vou fazer três considerandos muito rápidos justamente
2873 porque também nós entendemos que há um problema de mérito da moção que
2874 deve ser destacado. Primeiro de tudo eu gostaria de colocar para os senhores
2875 a definição de aquicultura. Aquicultura é a criação de organismos aquáticos
2876 que tenham o seu ciclo de vida total ou parcialmente no meio aquático. E ela
2877 agrupa cinco espécies: peixes, crustáceos, moluscos, algas e répteis. Então, a
2878 carcinicultura, que é o cultivo de crustáceo, está dentro da aquicultura. Na
2879 questão do arcabouço legal, na criação do Ministério da Pesca está muito bem
2880 definida a questão da aquicultura como atividade agropecuária e reforçada na
2881 Lei 11959, que é a nova lei da Política Nacional que define... Que estabelece a
2882 nova... A Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura.
2883 Inclusive eu poderia também, nas questões relacionadas ao arcabouço legal,
2884 citar a Resolução Conama 458, recentemente aprovada, que define claramente
2885 que atividade agrossilvipastoril é também a aquicultura. Por fim, e não menos
2886 relevante e importante, também a moção cita as questões de competência e
2887 cita a incompetência, e nós somos contrários também, julgamos extremamente
2888 competente os Conselhos Estaduais de Meio Ambiente legislarem em seu
2889 território. Evidentemente resguardando as legislações federais superiores.
2890 Então acreditamos que o Conselho Estadual de Meio Ambiente tem total

2891competência para legislar sobre uma atividade da aquicultura, que é
2892considerada agrossilvipastoril. Então encaminhamento, senhor secretário, pela
2893rejeição da moção.

2894

2895

2896**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – O MAPA abriu mão, o Rio Grande do
2897Norte deseja se manifestar? (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*) Perfeito.
2898Então, os que forem a favor da moção, por favor, ergam os seus crachás. Os
2899que forem contrários, por favor, ergam os seus crachás. A moção foi rejeitada.
2900Tinha uma última moção, também apresentada pela Sociedade Nordestina de
2901Ecologia, proposta de apoio à criação da unidade de conservação do
2902Monumento Natural do Morro do Careca.

2903

2904

2905**A SR^a. ELIZABETE BRAGA (Sociedade Nordestina de Ecologia)** - Bom, é
2906uma moção à Presidência da República, ao Ministério do Meio Ambiente, ao
2907Ministério da Defesa e ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte para que
2908envie esforços para a criação da unidade de conservação do Monumento
2909Natural do Morro do Careca. Considerando que, em 2010, o Conama aprovou
2910uma moção apoiando a transformação da área do Morro do Careca, em Natal e
2911Parnamirim, no Rio Grande do Norte, em uma unidade de conservação;
2912considerando que o Conema, que tanto foi colocado aqui que é forte, o
2913Conselho Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Norte aprovou essa
2914proposta em sua Reunião Ordinária em julho de 2011; considerando a proposta
2915do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, o Idema, do Rio
2916Grande do Norte, que é o órgão do meio ambiente do próprio Rio Grande do
2917Norte, de criar unidade de conservação denominada Monumento Natural do
2918Morro do Careca; considerando a importância da beleza excepcional e singular
2919do conjunto paisagístico de dunas que formam o Morro do Careca no bairro de
2920Ponta Negra, em Natal, Rio Grande do Norte, juntamente com o espaço de
2921significativa beleza e ecossistema da Barreira do Inferno, em Parnamirim;
2922considerando a necessidade urgente de proteção desse monumento natural,
2923desse conjunto natural, Morro do Careca e Barreira do Inferno; considerando
2924que não haverá conflito de uso dessa proposta de unidade de conservação, a
2925moção à Presidência da República, ao Ministério do Meio Ambiente, ao
2926Ministério de Defesa e ao Governo para que enviem esforços para a criação
2927da unidade de conservação do Monumento Natural do Morro do Careca.

2928

2929

2930**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Obrigado. Marcelo Marcelino, do
2931ICMBio.

2932

2933

2934**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Eu vou falar sem
2935prejuízo da possível do colega Conselheiro da Força Aérea, mas nós
2936analisamos essa proposta e essa moção aqui, nesse momento, a área já é
2937protegida. Ela tem uma proteção, é uma área militar e ela é protegida e com
2938toda a força militar que garante essa proteção. Ao contrário do que afirma lá, a
2939criação de Unidades de Conservação ela vai ter um uso incompatível com essa
2940atividade porque é uma atividade de segurança, é um lançamento foguetes e a

2941área, pelo que eu entendo, a área que é circunscrita à Barreira do Inferno é
2942uma área, inclusive para proteção caso caia alguma peça no lançamento do
2943foguetete. Então, essa atividade ela será incompatível com Unidade de
2944Conservação, porque a ideia principal da Unidade de Conservação é abrir essa
2945área para turismo de forma que (...) que ocorria na área. Para turismo. E esse
2946turismo será um turismo de risco. Não há como compatibilizar... O turismo ele
2947abre, ele tem a... Você pode de turismo também. Agora, o uso acaba sendo
2948incompatível e o que chamava atenção de outro aspecto é que as áreas hoje
2949que são áreas militares, quando ela perde o uso militar é corrente as Forças
2950Armadas entregarem essa área para criação de Unidades de Conservação
2951Federais. Isso já aconteceu com a Flona de Itaituba I, com a Flona de Itaituba
2952II, está acontecendo nesse momento com Alcatrazes. Então, em função da
2953proteção não há necessidade agora de criar um conflito de uso sobre essa área
2954porque aquela área hoje é protegida pelas Forças Armadas e no momento em
2955que as Forças Armadas deixarem o uso dessa área, o histórico possivelmente
2956eles vão passar essa área para criação de UC. Aí sim nós garantimos a
2957perpetuação de proteção dessa área. Por isso que eu recomendo nesse
2958momento, por uma questão de melhor proteção dessa área, que não seja
2959aprovada essa moção.

2960

2961

2962**A SR^a. ELIZABETE BRAGA (Sociedade Nordestina de Ecologia)** - Bom,
2963ouvindo os argumentos, eu queria fazer uma retirada dessa proposta de
2964moção. No entanto, apesar dos argumentos colocados, é interessante observar
2965que essa proposta de criação dessa Unidade de Conservação ela foi sugerida,
2966foi proposta pelo próprio Idema, que tecnicamente deveria ter subsídios para
2967fazer isso, pelo próprio Conema, o Conselho Estadual que foi colocado já aqui,
2968e pelo próprio Conama. Então, da importância de... Foi uma moção aprovada
2969aqui no ano de 2010, embora tenha acontecido tudo isso, quer dizer, já não
2970havia uma área militar lá dentro, não se sabia disso. Então, eu retiro a
2971proposta, embora eu ache estranho que haja realmente esse conhecimento e
2972nós tenhamos chegado até esse ponto. Entendeu? Mas retiro.

2973

2974

2975**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Muito obrigado. Eu queria sugerir que
2976nós passássemos imediatamente aos informes. Já foram feitos alguns.
2977Poderoso Adriano. Poderoso Adriano. O homem de Varsóvia, nosso homem do
2978Leste Europeu, espião que fugiu do frio.

2979

2980

2981**O SR. ADRIANO** – Boa tarde Secretário Gaetani. Adriana, Robson, ao
2982cumprimentá-los gostaria de estender as minhas sudações aos Conselheiros,
2983aos demais colegas aqui presentes. Eu gostaria de iniciar o informe sobre a 19^a
2984Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima, adicionando
2985também um informe sobre a 9^a Conferência das Partes, servindo como
2986Reunião das Partes, do Protocolo de Kyoto. Porque nós temos as discussões
2987do Protocolo e eu vejo aqui o Secretário Gaetani com a gravata, “Eu amo o
2988Protocolo de Kyoto” e o Brasil realmente é um grande defensor do Protocolo.
2989Então, já faço essa pequena observação. Eu gostaria de iniciar esse informe
2990lembrando que essa Conferência das Partes em Varsóvia foi a primeira em

2991território europeu depois da Conferência de Copenhague e todos se lembram
2992que a Conferência de Copenhague as partes tomaram nota do chamado
2993acordo de Copenhague. E depois nós tivemos três conferências em Países em
2994desenvolvimento, a Conferência de Cancun, no México, onde se teve a
2995retomada da credibilidade do processo multilateral. Nós tivemos Conferência
2996de Durban, na África do Sul, onde nós tivemos o lançamento do processo para
2997se chegar a um acordo em 2015, aplicável para todas as partes, no âmbito da
2998Convenção, então, respeitando os seus princípios e provisões. Também foi
2999uma conferência importante. E na sequência nós tivemos novamente uma
3000outra conferência em Países em desenvolvimento, em Doha, no Catar onde
3001nós conseguimos aprovar o segundo período de compromisso do Protocolo de
3002Kyoto. Então, todas essas três conferências em Países em desenvolvimento
3003tiveram grandes resultados. A Conferência de Varsóvia, de novo em território
3004europeu já tinha um sentimento de que seria uma COP de implementação, uma
3005COP meio, já que nós temos a previsão de chegar a um acordo em 2015, para
3006ser implementado em 2020, já se esperava que seria uma COP de
3007implementação, uma COP de meio de processo, assim como será a COP de
3008Lima em 2014. Isso tudo para dizer que nós tivemos grande sucesso nas três
3009Conferências de Países em desenvolvimento e novamente havia uma
3010expectativa grande até os minutos finais da Conferência de Varsóvia, de que
3011talvez nós não tivéssemos grandes resultados. E isso quase aconteceu, mas
3012nos 45 minutos do segundo tempo, aproveitando o trocadilho, acho que todo
3013mundo sabe que a Conferência foi realizada em um estádio de futebol,
3014adaptado para a conferência, houve uma virada de quadro e aí nós
3015conseguimos alguns resultados importantes. O tempo que eu tenho aqui, não
3016dá para considerar todos, eu até trouxe um levantamento de número de itens
3017da agenda que nós temos nos diversos órgãos de discussão. Então, na
3018conferência nós temos o órgão subsidiário de assessoramento científico e
3019tecnológico, que é a parte mais técnica embora tenha também alguns
3020elementos políticos. Só nesse órgão foram discutidos 27 itens de agenda. No
3021órgão subsidiário de implementação, que é a parte mais política de
3022implementação de compromisso de financiamento, de tecnologia, nós tivemos
302335 itens de agenda. No órgão subsidiário temporário, que é o da Plataforma de
3024Durban nós tivemos dois grandes itens de agenda e eu gostaria de concentrar
3025o meu informe nesses dois itens. E nós temos a COP com 26 itens de agenda
3026e a COP-MOP com 18, totalizando 108 itens. Isso para mostrar a dificuldade
3027que é para as delegações acompanhar um número grande de assuntos, sendo
3028que um assunto em um item de agenda onde tem defesa de interesse de
3029determinado País, nós temos que estar atentos a um outro item onde,
3030porventura, algum assunto que nós não gostaríamos que passasse, pode
3031passar em outro. Enfim, é um grande trabalho de articulação. Sobre o órgão de
3032implementação da Plataforma de Durban, que é esse órgão que eu mencionei,
3033que trata da questão do novo acordo a ser finalizado em 2015 para ser
3034implementado a partir de 2020, nós temos dois grandes eixos de negociação.
3035O primeiro eixo diz respeito ao novo instrumento legal que vai ser esse acordo
3036de 2015. Então, lembrando que na decisão de Durban nós temos... Esse
3037instrumento pode ser um protocolo, pode ser um outro instrumento legal, ou
3038pode ser resultados com força legal. Então, nós temos toda... É onde se
3039concentra a discussão dos compromissos e das contribuições dos países para
3040a partir de 2020. Nós temos o outro eixo de negociação, que é o eixo da ambição

3041pré 2020, o que os países farão em termos de mitigação da mudança do clima
3042entre, quando foi adotada a decisão de Durban, em 2011 e 2020. No eixo do
3043acordo de 2015, eu destacaria alguns resultados, se chegou ao acordo de que
3044esse Grupo de Trabalho de Implementação da Plataforma de Durban, vai
3045começar a tratar dos elementos para serem inseridos em um texto de
3046negociação, e até agora não houve uma discussão específica de texto de
3047negociação sobre a Plataforma de Durban. Agora, que se entra em um *modus*
3048*operandis* de negociação propriamente dita sobre esse tema. E esse texto
3049negociação a ser iniciado no primeiro trimestre do ano que vem, já deve
3050contemplar temas como mitigação, adaptação, desenvolvimento e transferência
3051de tecnologia, capacitação e transferência de ação e apoio. Um ponto
3052importante que se chegou no acordo nesse eixo de negociação foi em relação
3053ao convite para as partes a iniciarem ou intensificarem preparativos nacionais
3054para se chegar às contribuições determinadas em nível nacional. Esse ponto e
3055importante porque antes da Conferência o Brasil apresentou algumas
3056contribuições por escrito e uma grande contribuição, e que foi incorporada
3057nesse documento, é exatamente essa questão das consultas nacionais e que
3058tem tudo a ver com a discussão aqui do Conama. As partes vão lançar a partir
3059do ano que vem consultas a todos os atores da sociedade, para que se
3060apresente na COP de Paris em 2015 quais as contribuições, não de mitigação,
3061mas também dos outros elementos da Convenção. Quais são essas
3062contribuições discutidas e debatidas com a sociedade para não seja um
3063número apresentado pelo Governo, mas que sejam números, contribuições
3064apresentadas pelo País. E essa foi uma proposta do Brasil que emplacou e
3065está lá na decisão. E aí houve uma grande discussão de quando essas
3066contribuições poderiam ser apresentadas, o que se acordou foi que deve ser
3067apresentado o mais rapidamente possível até 2015, mas pelo menos no
3068primeiro quadrimestre de 2015 para aquelas partes que tiverem condições de
3069fazê-lo naquela época. O Grupo de Trabalho de Plataforma de Durban também
3070identificou que até a COP 20, que é a próxima COP em Lima, no Peru, as
3071informações que as partes vão prover para implementar suas contribuições
3072deverão ser debatidas também. O que se espera em relação a essa parte de
3073consulta à sociedade, alguns países não têm condições de fazer isso por meio
3074próprios. Então, as partes envolvidas e os mecanismos financeiros da
3075Convenção são instados a prestarem apoio a esses países que não têm tanta
3076condição de fazer essas consultas o façam e tenham apoio da Convenção.
3077Esses seriam os grandes resultados do eixo, do acordo de 2015. Em relação à
3078ambição pré 2020 as partes da Convenção são instadas a fazerem as
3079comunicações de ação de mitigação, aquelas que ainda não fizeram, tanto
3080partes de países desenvolvidos e as partes de países em desenvolvimento, e
3081no caso de países em desenvolvimento fazerem a apresentação das suas
3082ações de mitigação nacionalmente apropriadas. E aí o jargão da Convenção as
3083para essas ações são as chamadas Namas. E nesse ponto o Brasil vai bem
3084porque o Brasil apresentou as suas Namas logo após a Conferência de
3085Copenhague. Então, no início de 2010 nós informamos todas as nossas ações.
3086Estamos bem sobre essa parte. As partes de países desenvolvidos também
3087são instadas a implementarem seus compromissos de redução. E aqui eu faço
3088questão de lembrar que existem compromissos de redução de emissões no
3089âmbito da Convenção, e aí leia-se Estados Unidos, já que os Estados Unidos
3090não são parte do Protocolo de Kyoto. E aquelas partes que são parte do

3091Protocolo de Kyoto. Também há uma solicitação, uma moção para que as
3092partes que tenham compromissos melhorem ou apresentem compromissos de
3093mitigação mais ambiciosos, lembrando que para o segundo período do
3094Protocolo de Kyoto as partes do Anexo I vão reduzir cerca de 18% em relação
3095a 1990, mas em 2014 existe um mecanismo de visitar esses compromissos
3096para se chegar ao que o IPCC sugere para Países desenvolvidos, que é uma
3097redução entre 25 e 40% de emissão de gás de efeito estufa em relação a 1990.
3098Os países em desenvolvimento são instados a implementar as suas Namas,
3099então, eu já mencionei o Brasil já implementando com sucesso as suas. E foi
3100pedido que se acelere as atividade de aumento de ambição. Um ponto
3101importante que também toca o trabalho desse Conselho, o Conama é que uma
3102decisão dentro do eixo da ambição pré 2020 foi de que as partes possam
3103compartilhar informações sobre ações de cidades e de autoridades
3104subnacionais. É claro que por meio das partes, essa troca de experiência vai
3105acontecer, mas há uma mobilização cada vez maior para as representações
3106subnacionais. E outro ponto importante que nós tivemos e que vem de uma
3107sugestão brasileira antes da conferência, para favorecer o aumento da ambição
3108pré 2020 me relação à mitigação é o cancelamento voluntário de reduções
3109certificadas de emissões, conhecidos popularmente como créditos de carbono
3110do mecanismo de desenvolvimento limpo. Rapidamente, vocês têm espaço
3111aqui, Secretário, só para explicar rapidamente o que significa esse
3112cancelamento de créditos de MDL, nós temos créditos de carbono já emitidos
3113para projetos de MDL e qualquer parte, qualquer pessoa, qualquer instituição
3114pode cancelar esses créditos para evitar que os Países desenvolvidos possam
3115fazer uso desses créditos para terem permissão de emissão. Seria um
3116mecanismo importante que foi proposta brasileira, que entrou na decisão final.
3117Para finalizar eu teria aqui, como eu falei, são cento e poucos itens da agenda,
3118mas eu gostaria falar rapidamente de dois pontos importantes que também
3119vem de contribuições brasileiras, prévias à conferência. A primeira é a questão
3120de responsabilidade histórica dos países para causar o problema do aumento
3121de temperatura global. O Brasil levou uma proposta de que um dos
3122instrumentos a serem considerados no acordo de 2015 fosse verificar com
3123critério objetivo qual é exatamente a contribuição de cada País. E aí País
3124desenvolvido ou país em desenvolvimento, para o aumento de temperatura na
3125superfície, ou seja, nós não estaremos falando só de compromisso de redução
3126de emissão, mas o que essa redução de emissão significa em termos de
3127concentração de gás de efeito estufa na atmosfera e o que isso significa para o
3128aumento de temperatura média global. Essa proposta foi radicalmente
3129recusada pelos Países desenvolvidos, principalmente Estados Unidos e União
3130Européia. E era um critério baseado em boa ciência, em questão científica e
3131que o Brasil solicitava ao IPCC, ao painel Intergovernamental de Mudanças
3132climáticas, que pudesse ajudar no desenvolvimento dessa metodologia
3133simplificada e que os países pudessem eles mesmos oferecerem os seus
3134dados histórico de emissão. E os Países desenvolvidos não deixaram esse
3135para frente, o item foi concluído no Órgão Subsidiário de Assessoramento
3136Científico e Tecnológico da Convenção. Infelizmente. Mas nós tivemos uma
3137grande vitória em relação a colocar essa proposta na mesa porque despertou o
3138apoio da sociedade, as ONGs apoiaram o Brasil nessa proposta durante a
3139conferência, nós ganhamos o apoio dos países em desenvolvimento. Então, a
3140proposta deixou de ser chamada proposta brasileira, como ela vem

3141 historicamente sendo conhecida, passou a ser uma proposta do grupo dos 77
3142 mais China, que reúne mais de 130 países e esse foi o grande ganho e nós
3143 esperamos ainda ter fôlego, mesmo não tendo o item na agenda formalmente,
3144 de reconsiderar a questão de responsabilidade histórica. Para finalizar, acho
3145 que já me estendi bastante, mas eu acho que é de interesse de todos. Eu vou
3146 falar rapidamente depois eu fico à disposição para dar os detalhes e até coloco
3147 à disposição os técnicos do Departamento de Combate ao Desmatamento, que
3148 não é o meu, mas a Letícia Guimarães foi a nossa negociadora do Ministério
3149 nesse item de agenda, que é a redução de emissões de desmatamento e
3150 degradação florestal. Esse era uma tema caro ao Brasil, como todos sabem,
3151 havia uma grande expectativa de que pelo menos esse item entregasse um
3152 resultado importante na Conferência de Varsóvia e foi o que acontece. Até hoje
3153 a questão da redução de emissão de desmatamento e degradação era uma
3154 questão bastante dispersa, não tinha muita definição do que exatamente isso
3155 seria. E na COP de Varsóvia se chegou a um pacote de 7 decisões. É claro
3156 que ainda existe a ressaca de análise profunda dos detalhes técnicos, mas é
3157 um pacote importante e que traça a arquitetura de redução de emissões de
3158 desmatamento degradação florestal, o REDD, com a possibilidade dos Países
3159 apresentarem os seus resultados de termos de redução de emissões de
3160 desmatamento. Ao mesmo tempo em que se coloca a possibilidade e a
3161 oportunidade dos países desenvolvidos mostrarem o que eles têm colocado de
3162 recurso financeiro para o alcance desses resultados. O que vai ao encontro do
3163 que Brasil sempre defendeu algo no molde de que nós possamos receber
3164 recursos para reduzir desmatamentos, de acordo com resultados realmente
3165 entregados em termos de redução de emissões. E aí um ponto forte de que os
3166 Países desenvolvidos mostrem também que eles estão ajudando em recursos
3167 internacionais para esse ponto. Em relação ao mecanismo de REDD como
3168 mecanismo de compensação de emissões, se REDD seria um instrumento de
3169 mercado ou não, não se chegou a uma definição, não tem uma definição se ele
3170 é ou se não é, acho que todos conhecem a posição do Governo Brasileiro
3171 contrária a que o REDD seja um mecanismo de compensação de emissões,
3172 um mecanismo de *offsetting*, mas o fato é para que o resultado final da
3173 conferência nesse assunto, não se tocou, não tem nada se você pode
3174 compensar ou não e isso vai continuar sendo um ponto discussão. Para
3175 finalizar essa parte de REDD o outro ganho que o Brasil também teve é que ele
3176 sempre defendeu que nós tivéssemos autoridades nacionais como pontos
3177 focais para as atividades REDD em oposição à proposta dos países da
3178 coalizão florestal, que o Brasil não faz parte, de que deveria haver um órgão
3179 internacional específico para lidar com esse assunto. Isso não aconteceu,
3180 ficaram as autoridades nacionais como pontos focais, mas como um meio
3181 campo de decisão, se definiu que essas autoridades podem criar um Fórum
3182 Internacional e trocar experiências e aí nós achamos que com isso nós freamos
3183 qualquer possibilidade de ingerência sobre questões florestais e questões de
3184 soberania dos Países. Teria muito mais para falar sobre a Conferência, mas eu
3185 acho o que tempo que nós temos seria esse o recado dos pontos mais
3186 importantes e nós ficamos à disposição na Secretaria de Mudanças Climáticas
3187 para tirar eventuais dúvidas e falar um pouco época mais sobre os outros itens
3188 de agenda. Obrigado Secretário. Obrigado a todos.

3189

3190

127

64

128

3191 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Obrigado, Adriano. Muito interessante,
3192 acho que todos têm interesse em aprofundar essa discussão, mas não vamos
3193 poder fazer aqui agora, Tadeu. Se for uma coisa rápida, uma pergunta.

3194

3195

3196 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

3197

3198

3199 **O SR. ADRIANO** – Obrigado Tadeu. Esse é um assunto que nós vamos ter
3200 que ainda debater, nós temos candidatos naturais para isso, mas eu não quero
3201 adiantar aqui, mas eu acho que podemos pensar no próprio Fórum Brasileiro
3202 de Mudanças Climáticas, nas próprias associações e representante, as
3203 associações de ONG. Vamos ter que ver. Talvez não escolher apenas um
3204 órgão para conduzir isso, mas várias instituições poderiam apoiar o Governo
3205 nesse sentido. Pensando em Governo nós temos um Comitê Interministerial de
3206 Mudanças Climáticas coordenada pela Casa Civil, onde o Ministério do Meio
3207 Ambiente tem a condução do Grupo Executivo. Também seria um *locus* natural
3208 dentro do Governo para ajudar na coordenação dessa discussão. Mas isso
3209 claro, ainda é objeto de discussão com a própria sociedade para nós definirmos
3210 esses pontos focais da discussão.

3211

3212

3213 **O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – *(Intervenção fora do*
3214 *Microfone. Inaudível).*

3215

3216

3217 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Não. Fala uma intervenção rápida, nós
3218 não vamos abrir uma discussão aqui sobre isso agora.

3219

3220

3221 **O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – É que eu venho, a
3222 minha cidade é o epicentro do Furacão Catarina, o único furacão do Atlântico
3223 Sul. E o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, do qual é presidido pelo
3224 Pinguelli Rosa. Já está lá há muito tempo e ele nunca privilegiou e nunca deu
3225 atenção a essa área que é uma área vulnerável, que é o Sul de Santa Catarina
3226 onde existe a violência das águas e dos ventos em conjunto. Então, eu acho
3227 que tem que ser via MMA, Presidência da República, Comitê Interministerial.

3228

3229

3230 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Obrigado. A exposição seguinte é do
3231 Márcio, do Ibama. Vai falar sobre nossos queridos pneus.

3232

3233

3234 **O SR. MÁRCIO (Ibama)** – Boa tarde a todos. Eu prometo que vou poupá-los
3235 aqui de uma apresentação mais longa. A ideia é cumprir com o que prevê o
3236 Artigo 16 da Resolução 416/2009, que é apresentar anualmente a este
3237 Conselho o resultados do trabalho do Ibama de controle da destinação de
3238 pneus, que o Ibama faz até anteriormente a essa Resolução e que é até o
3239 momento uma experiência bem sucedida de destinação pós-consumo de
3240 resíduos, e que tem tido resultados bastante interessantes. Como vocês

3241sabem, a meta de reposição de pneus ela é calculada em cima do mercado de
3242reposição de pneus, e a destinação obrigatória pela Resolução é de um pneu
3243comercializado no mercado de reposição para um pneu destinado
3244ambientalmente, de maneira ambientalmente correta. E o Ibama faz então esse
3245controle, nós temos hoje... Em 2012 nós tivemos então, em termos de
3246unidades, 50.000.000 milhões de pneus colocados no mercado de reposição,
3247que corresponde a 684.000 toneladas, quase 685.000 mil toneladas de pneu.
3248Dessa quantidade de pneus que vai para o mercado de reposição, 63%é
3249fabricantes de pneus e 37% de importadores. Essa proporção tem se mantido
3250mais ou menos nessa ordem de grandeza ao longo dos anos desde 2010
3251quando começou esse controle pelo Ibama. A meta de destinação, portanto em
3252termos de peso, ela tem um decréscimo de 30% em relação a pneu novo.
3253Então, aquele volume comercializado total nós pegamos, abatemos 30% que é
3254o desgaste natural do pneu e essa quantidade resultante é a meta de
3255destinação que fica aí em torno, em 2012 em torno de 480.000 mais ou menos,
3256toneladas de pneus. Essa destinação, portanto, do ponto de vista dos
3257fabricantes, nós temos ali a meta e o que foi destinado. Do ponto de vista dos
3258fabricantes nós superamos a meta de destinação. E do ponto de vista dos
3259importadores nós tivemos cerca de 80% daquilo que foi importado, de pneu
3260importado que entrou no mercado de reposição, sendo, cumprindo com a meta
3261de disposição. Se vocês lembram, do ano passado para este ano, o ano
3262passado, quando foi apresentado a este Conselho, a meta de destinação dos
3263importadores foi da ordem de sessenta e poucos por cento, e houve um
3264questionamento em relação ao por que esse número tão baixo, nós colocamos
3265que estamos fazendo uma série de ações de fiscalização e conseguimos levar
3266esse número então de 63% para 79% em 2012 e essas ações continuam
3267porque são ações permanentes. Então, em termos de resumo, nós tivemos aí
3268da ordem de 479.000 toneladas destinadas e um saldo de destinação nacional
3269da ordem de 459.000. Em torno de 20.000 toneladas foi o nosso déficit de
3270atendimento da meta. Esses são os números ao longo do tempo de aplicação
3271dessa normativa, lembrando que 2010 nós tivemos um ano, ele tem números
3272bastante favoráveis em 2010, mas isso se deve ao fato de que 2010 é um ano
3273de quase 15 meses, porque nós começamos em outubro de 2010, aliás, em
3274outubro de 2009 a computar isso. Então, ele não tem 12 meses ali naqueles
3275valores de destinação. E hoje nós tivemos melhoria tanto do ponto de vista dos
3276fabricantes, principalmente do ponto de vista dos importadores, que eu já tinha
3277relatado antes. Então, como eu salientei, em torno de 5% dos pneus
3278comercializados nós não tivemos destinação ambientalmente adequada.
3279Portanto, nós estamos com 95% de destinação pós consumo de pneus, que é
3280um número bastante satisfatório, considerando a dificuldades que tem de
3281coleta e destinação desses pneus ao longo do território nacional. E em termos
3282de destinação ambientalmente adequada esses percentuais de destinação
3283aceitos pelo Ibama são esses processos que estão colocados aí, co-
3284processamento, granulação, laminação e outros. E é interessante nós
3285destacamos que está caindo o percentual relativo de destinação em co-
3286processamento e aumentando em granulação, o que do ponto de vista
3287ambiental é interessante porque no co-processamento nós temos esse
3288processo muitas vezes de queima em altos fornos controlados e tal, mas
3289sempre são emissões indesejáveis. E aqui são os pontos de coletas que nós
3290temos ao longo do território nacional, estabelecido e registrados no Cadastro

3291Técnico Federal do Ibama, exemplificando que naturalmente há uma
3292concentração maior onde há concentração maior da frota e também uma
3293logística mais favorável, do ponto de vista de recolhimento dos pneus. E ainda
3294o desafio de atender regiões mais inóspitas e de difícil acesso, como o caso da
3295Região Norte. Era isso basicamente que eu tinha a apresentar, fico à
3296disposição para esclarecimentos e algumas dúvidas que por ventura persistam.

3297

3298

3299**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Obrigado Márcio. Alguma pergunta?

3300Miguel.

3301

3302

3303**O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – Márcio, por favor, você sabe
3304dizer se nessas informações vocês têm elas por Estado? Esse índice de
3305recolhimento, tanto de venda quanto de recolhimento por Estado? No caso
3306específico da Região Norte?

3307

3308

3309**O SR. MÁRCIO (Ibama)** – Veja, a nossa obrigação e o dado é um dado
3310nacional. O que acontece? Tanto os fabricantes, como os importadores, eles
3311não têm atuação específica no Estado. Então, nós não temos esse dado de
3312entrada de pneus por Estado. Nós temos esse dado geral no Brasil. São 17
3313fábricas, fabricantes de pneus nacionais que não fornecem só especificamente,
3314eles estão localizados no Estado, mas o pneu depois é distribuído em várias
3315revendas e o nosso controle é sobre o fabricante, é na entrada do processo,
3316não é no comércio. Se fosse no comércio nós teríamos essa informação pelos
3317Estados, mas não temos, nós temos a produção de pneus e a colocação do
3318pneu no mercado, a partir do fabricante e do importador. Portanto ela não está
3319regionalizada. Na destinação, os destinadores sim, eles têm lá uma localização
3320espacial específica. Então, esse dado nós temos por Estado, o que não
3321significa que o pneu saiu daquele Estado, por toda aquela dificuldade que nós
3322colocamos de logística, de recolhimento de pneus, é muito provável é até pelo
3323tipo de destinação, que boa parte das laminadoras de pneus que estão
3324localizadas sabidamente na Região Sudeste, recebem pneus do Nordeste, do
3325Norte para vai fazer laminação. Então, é difícil nós termos esse dado específico
3326para o Estado, uma vez que o objetivo da Resolução é de abrangência
3327nacional. Agora nós temos localização tanto dos fabricantes, como
3328importadores e dos destinadores de pneus por Estado. Mas não significa que
3329aquele dado se restrinja ao Estado, certamente transcende a fronteira estadual
3330tanto na distribuição de pneus quanto na destinação do ponto de vista
3331ambiental.

3332

3333

3334*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

3335

3336

3337**O SR. MÁRCIO (Ibama)** – Não. Esse dado eu já não tenho, da forma como é
3338feito o controle não.

3339

3340

3341 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Vamos para a próxima apresentação
3342 nossa. André Lima, Planeta Verde.

3343

3344

3345 **O SR. ANDRÉ LIMA (Planeta Verde)** – Boa tarde a todos os sobreviventes do
3346 Conama, essa hora, 17h00, depois de tantos assuntos. Eu creio que esse seja
3347 o último informe, é isso? Ainda não? Está certo. (*Risos!*). Eu pensei que eu
3348 fosse dizer os últimos serão os primeiros e eu fosse sair daqui com algum
3349 mérito. Mas, eu quero agradecer a oportunidade de poder estar trazendo esse
3350 informe. Antes de mais nada agradecer também aqui as nossas entidades
3351 ambientalistas, porque eu fui pelo Instituto Direito Planeta Verde, na verdade, o
3352 Instituto foi indicado pelo grupo para participar do Grupo de Trabalho do Código
3353 Florestal, que foi, na verdade, criado a partir de uma demanda que foi inclusive
3354 trazida aqui pelo Conama. Não vou me estender muito para não ser enfadonho.
3355 Eu quero dizer que nós preparamos um relatório com uma análise sobre as
3356 virtudes e o que é possível melhorar, no que diz respeito à condução do nosso
3357 Grupo de Trabalho. Mas antes disso eu quero parabenizar aqui a condução do
3358 Grupo de Trabalho, o Deusdará tem feito um trabalho de qualidade e ouvindo a
3359 todos, buscando fazer um trabalho que seja digno do Conama, do Grupo de
3360 Trabalho, para que nós possamos de fato avançar no debate, compreender
3361 melhor como está implementação do Código Florestal. Esse grupo foi criado
3362 exatamente para que nós tenhamos um espaço de acompanhamento de como
3363 está a evolução da implementação dessa lei. Eu não vou aqui fazer o relato do
3364 Grupo de Trabalho, porque, enfim, até posso depois encaminhar para vocês
3365 uma série de links com notícias e informes que foram produzidos e que estão
3366 em sites. Por exemplo, no site do observatório do Código Florestal, que foi
3367 criado por um grupo de Organizações Não Governamentais, exatamente para
3368 acompanhar esse trabalho, inclusive o trabalho do GT do Ministério do Meio
3369 Ambiente. Eu quero apenas apresentar aqui algumas considerações e depois
3370 eu encaminho por escrito para a Diretoria do Conama, para a Secretaria-
3371 Executiva do Ministério do Meio Ambiente, uma série de recomendações. Eu
3372 vou dividir em duas categorias, uma categoria são recomendações que dizem
3373 respeito ao próprio funcionamento do grupo, que eu acho que ele vem tendo
3374 um papel importante até aqui de nivelamento de informações. Mas é um grupo
3375 que pode avançar, para além do nivelamento de informações, para também
3376 poder produzir e encaminhar recomendações, seja ao próprio Ministério do
3377 Meio Ambiente, ou a órgãos do Governo Federal, seja ao conjunto dos órgãos
3378 estaduais que têm a responsabilidade de implementação da Lei. E nós ainda
3379 não avançamos nesse sentido de tirar recomendações do grupo. Então, esse é
3380 um ponto que eu quero trazer para que nós possamos avançar nesse sentido.
3381 Ou seja, esse Grupo de Trabalho não pode se limitar a ser um grupo, embora
3382 isso seja importante, se limitar a ser um grupo de troca de informações,
3383 nivelamento de informações e de interpretações em relação à implementação
3384 da lei. E de comentários sobre uma regulamentação que, inclusive nós ainda
3385 não tivemos acesso para poder opinar com mais qualidade e convicção, e
3386 consistência. Então, esse é um outro elemento que eu trago também uma
3387 demanda para o Ministério do Meio Ambiente, que nós possamos receber, por
3388 exemplo, nós sabemos que vem sendo conduzido um processo de elaboração
3389 de uma Minuta de uma Instrução Normativa para regulamentação do CAR e de
3390 um Decreto para regulamentação do CAR e PRA. Seria importante que o

3391 Grupo de Trabalho pudesse ter acesso para poder de fato produzir análise e
3392 apresentar recomendações com mais precisão, qualidade, consistência, porque
3393 que nós temos feito no Grupo de Trabalho, por enquanto, são comentários
3394 mais do ponto de vista conceitual, mais geral, e nós temos obviamente
3395 condição de contribuir com um pouco mais do que isso. Eu vou direto as
3396 algumas recomendações, o texto que eu produzi aqui depois eu vou pedir para
3397 a Secretaria do Conama encaminhar a todos os membros. Primeiro, eu acho
3398 importante, que nós estamos sentindo falta disso, já falei isso para o Deusdará,
3399 de nós termos uma memória do Grupo de Trabalho. O Grupo de Trabalho tem
3400 feito discussões ricas, algumas recomendações, questionamentos. E isso fica
3401 na memória das pessoas. O Grupo de Trabalho precisa ter uma memória, até o
3402 dia que ele incluir os seus trabalhos nós temos pelo menos um conjunto de
3403 atas das reuniões, com as recomendações. Isso pode ser útil tanto para o
3404 próprio Ministério de Meio Ambiente quanto para a sociedade. E com isso nós
3405 podemos produzir relatórios periódicos de avanço dos trabalhos do grupo.
3406 Que esses relatórios sejam trazidos aqui para o Conama com uma certa
3407 periodicidade. Nós vamos entrar agora em um momento crítico da
3408 implementação do Código Florestal, porque nós estamos ainda na parte “fácil”,
3409 que já é complexa, que é a criação da base do ambiente em que o produtor, o
3410 proprietário rural vai entrar e ingressar com dados num sistema disponível na
3411 internet. A questão é que o mais importante vem depois, que é exatamente a
3412 implementação daquilo que está no Cadastro, ou seja, recuperação das áreas
3413 de preservação permanente, compromisso de manutenção de reservas legais.
3414 Enfim, é a implementação efetiva não só da parte que diz respeito à segurança
3415 jurídica do produtor, mas da segurança ambiental da produção. Então, é
3416 importante ter um relato, é importante trazer aqui para o Conama a evolução
3417 desses trabalhos. Uma sugestão que foi feita aqui por nós no momento quando
3418 acordamos a criação do grupo, é que possa, esse Grupo de Trabalho possa
3419 constar da edição do Decreto que vai regulamentar agora o CAR, como um
3420 Grupo de Trabalho que possa fazer, que faça esse monitoramento no âmbito
3421 nacional e o acompanhamento da implementação do CAR no âmbito nacional.
3422 Isso depois eu encaminho por escrito em mais detalhes. Que o Ministério do
3423 Meio Ambiente recomende aos Estados a criação de espaços abertos,
3424 participativos também para que a sociedade local possa também acompanhar
3425 nos Estados a implementação da norma. Alguns Estados já criaram, outros
3426 não. Então, isso poderia ser uma recomendação importante aqui para o
3427 Ministério do Meio Ambiente e para o Conama. Então, essas são algumas
3428 recomendações no que diz respeito ao próprio exercício e trabalho do Grupo
3429 de Trabalho. Tem um conjunto de outras recomendações que dizem respeito
3430 especificamente ao que foi apresentado pelo Ministério de Meio Ambiente e por
3431 alguns Estados no âmbito do GT, que são recomendações mais do ponto de
3432 vista substantivo, de implementação da Lei, do CAR, das lacunas e das
3433 necessidades de aprimoramento do sistema que está sendo desenvolvido. Eu
3434 não vou listar todos, mas eu vou exemplificar alguns. Por exemplo, a ausência
3435 critérios claros em relação à interpretação de como o CAR vai funcionar nos
3436 assentamentos rurais. Apesar de ter um sistema que permite que os
3437 assentados possam ingressar com seus lotes no sistema, no Sicar, a
3438 interpretação que o Governo Federal está dando em relação ao assentamento
3439 como um todo, se a contabilidade da reserva legal vai ser feita para o
3440 assentamento como um todo, lote a lote, o que é possível eventualmente ser

3441objeto de uma cota de reserva ambiental. Tem uma série de questões em
3442relação a assentamentos, por exemplo, que estão claras. Um outro dado
3443importante e que nós sabemos que do ponto de vista tecnológico tem limites, é
3444como é que nós vamos trabalhar com 50% da malha hidrográfica do País, que
3445vai ficar, digamos, “fora do sistema”. Porque o sistema hoje ele permite a
3446detecção no sistema de rios, com margem superior a 10 metros, com largura
3447superior a 10 metros, inferior a isso quem vai informar o sistema é o próprio
3448produtor rural declaratoriamente. E aí nós vamos... A situação que nós ficamos
3449é a seguinte, 50% da malha hidrográfica do País, segundo a SBPC que são os
3450rios menores de 10 metros de largura, incluindo as nascentes, o sistema só vai
3451detectar se o proprietário informar. Então, como é que nós vamos trabalhar isso
3452do ponto de vista da gestão dessa segurança ambiental. Isso tem a ver com
3453outro dado que é o mais crítico, como eu falei que tem dito isso é quem já
3454operou sistemas similares, a criação de um sistema e de um cadastro é 20%
3455de um trabalho, 80% do trabalho é a validação e a gestão disso depois. Então,
3456nós vamos ter nos próximos dois anos um volume grande de imóveis
3457cadastrados, mas isso tem que passar por um processo de validação, que
3458pressupõe uma análise da veracidade e da fidelidade, da precisão, da
3459qualidade das informações que estão jogadas no sistema. Quem vai fazer isso,
3460quanto que vai fazer isso. Nós temos capacidade instalada nos Estados para
3461fazer isso, que isso foi debatido no Grupo de Trabalho e praticamente todos os
3462Estados disseram que hoje não têm condições de dar vazão e de atender a
3463essa demanda no prazo estabelecido pela lei. Então, quer dizer, nós já
3464podemos antever problemas e tentarmos nos antecipar a eles. Eu vou concluir,
3465há vários outros que eu acho que não é o caso de trazer aqui, eu vou
3466apresentar por escrito, inclusive permitindo que o próprio Ministério do Meio
3467Ambiente se pronuncie a respeito de cada um deles. Alguns desses pontos
3468foram discutidos no GT, mas não houve recomendações específicas e não foi
3469possível aprofundar em alguns desses pontos porque foram seis reuniões,
3470foram 6 reuniões com vários temas, com várias representações, todo mundo
3471falando. Então, é difícil você aprofundar em algum temo desses. Uma
3472recomendação que nós achamos importante é que seja apresentado, inclusive
3473aqui para o Ministério e para o Conselho Nacional de Meio Ambiente qual é
3474efetivamente a estratégia do Governo Federal para implementação dessa lei. O
3475que foi feito até agora é importante, não estamos em hipótese alguma
3476desconsiderando a validade e a importância do que foi feito, a criação de um
3477sistema para inserção dos imóveis no cadastro, disponibilização de imagem de
3478satélite para os Estados poderem desenvolver os seus sistemas. Termos de
3479parceria com Estados e setores interessados na implementação da lei. Uma
3480série de medidas que já foram adotadas. Mas nós não conseguimos visualizar
3481do ponto de vista estratégico a conexão de uma ação com outra. Quais são as
3482metas, quais são os recursos disponíveis, qual é o arranjo institucional do
3483Governo Federal que permite gerenciar e garantir o avanço dessas diferentes
3484frentes de trabalho que acontecem de forma simultânea. Enfim, falta, na nossa
3485visão, a apresentação de um plano para a implementação dessa lei, já se
3486disse, inclusive Congresso Nacional que esse será, se implementado, o maior
3487programa ambiental o planeta. Cinco milhões de imóveis num Cadastro,
3488regularização de passivos ambientais de milhões de hectares de áreas
3489sensíveis do ponto de vista ambiental. Portanto, estamos falando de um
3490possível, suposto, e eu acredito que se implementado, sim o será, o maior

3491 programa ambiental de todo o planeta em vigor. Do ponto de vista da extensão
3492 territorial e do envolvimento de atores nele. Para isso é preciso ter um plano
3493 estratégico claro em que nós possamos identificar a responsabilidade de cada
3494 ator, as metas, mecanismo de transparência, de avaliação, de monitoramento,
3495 instrumento econômicos, orçamento. A teoria de plano que o nosso Secretário-
3496 Executivo conhece muito melhor que eu, eu conheço muito pouco, traz aí quais
3497 são os elementos fundamentais de um plano estratégico para um programa
3498 com essa magnitude, ousadia e importância. Até porque trata de um setor da
3499 economia brasileira de porte e de altíssima relevância. Então, a principal
3500 recomendação que nós trazemos é a importância de que ou no âmbito desse
3501 Grupo de Trabalho, ou no âmbito Conama, seja apresentada de forma em clara
3502 qual à a estratégica. Medidas importantes, porém, fragmentadas e pontuais
3503 não vão resolver o problema. Então, isso não é uma crítica ao que vem sendo
3504 feito, é uma contribuição, uma recomendação, uma demanda para que nós
3505 possamos de fato, inclusive contribuir com o que for preciso. Porque um
3506 problema dessa magnitude, uma política, uma ação dessa magnitude só vai
3507 acontecer se todos os atores, inclusive do Conama e fora do Conama se
3508 comprometerem com a realização dessa estratégia. Haveria outros pontos aqui
3509 que eu gostaria de poder apresentar como, por exemplo, eu vou apresentar
3510 esse, que é a proposta de que nós realizemos, em meados de maio do ano que
3511 vem, um grande seminário para avaliar como que os Estados e o Governo
3512 Federal estão evoluindo na implementação dessa Lei. No dia 26 de maio de
3513 2014 a lei faz dois anos. Dois anos de implementação, de vigência da nova lei.
3514 É preciso que nós paremos um pouco para avaliar o que evoluiu, o que não
3515 evoluiu, o que é preciso fazer para que a lei realmente entre em vigor e seja
3516 implementada. Porque que nós não podemos repetir erros do passado. Eu e o
3517 Deusdará de vez em quando nós nos falamos aqui, que em 196 quando nós
3518 pensamos a Medida Provisória e depois em 2000, no Conama quando
3519 trabalhamos aquela versão que depois virou Medida Provisória, depois em
3520 2006... Bom, agora em 2013, será que em 2019? Não é Deusdará? Então, eu
3521 acho que nós temos que nos precavermos para de fato não repetir os erros do
3522 passado. Então, dois anos de vigência da lei, ela tem que ser implementada e
3523 olha quem está dizendo isso é um dos maiores críticos dessa nova lei. Mas, o
3524 que tem de bom nela precisa ser implementado para que não haja mais
3525 retrocesso. Então, eu vou pedir à Secretaria do Conama, e ao Secretário-
3526 Executivo que depois encaminhe o documento que traz mais detalhes, com
3527 uma análise do que avançou tanto dentro do GT quanto no que nós pudemos
3528 conversar com outros autores também do Conama, para nós darmos segmento
3529 ao GT, pedindo que o GT retome seus trabalhos, seja fortalecido e que nós
3530 avancemos na implementação dessa nova lei. Muito obrigado pela
3531 oportunidade.

3532

3533

3534 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Obrigado André. Antes de passar para
3535 o Deusdará, queria dizer que a ideia do seminário em maio você conta já com o
3536 apoio aqui do Deusdará e meu, nós vamos encaminhar nesse sentido. E
3537 apenas um esclarecimento, a solicitação para discussão da Minuta nos termos
3538 do *draft* que ela se encontra, esse problema nós estamos tendo com todos os
3539 nossos parceiros, os secretários estaduais, os demais órgãos executivos, os
3540 movimentos sociais estão discutindo conosco. Mas houve uma orientação de

3541 discutir o conteúdo, mas não discutir o texto, em função de problemas de
3542 vazamento. Então, não é nada especial com o Grupo de Trabalho. Foi uma
3543 orientação geral que o Deusdará recebeu da cúpula do Ministério para que nós
3544 discutíssemos os conteúdos, mas não circulasse minutas. Em função das
3545 tensões, das discussões do texto e necessidade de nós simultaneamente
3546 começarmos a implementação, mas todas as informações que puderem ser
3547 dadas ao Deusdará, você está tendo contato com ele aí, teoricamente ele é
3548 capaz de responder a todas as perguntas sobre o assunto. Doutor Deusdará, o
3549 último informe do dia é seu. Vai ser tipo programa de auditório?

3550

3551

3552 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Tem que acordar o pessoal,
3553 o pessoal está dormindo já. Por que a qualidade da imagem... Bom gente, eu
3554 vou fazer a apresentação do sistema. Na verdade ele está aqui como módulo
3555 *off-line*, mas ele é off e online, foi concebido para ser off, mas hoje o CAR que
3556 existe é um CAR que existe, é um CAR que nós vamos mostrar depois que ele
3557 pode ter uma ligação online, mas ele pode ser baixado com um aplicativo..
3558 Antes de começar, essa é a cara de entrada dele, está no www.car.gov.br, que
3559 não está disponível ainda Miguel porque nós estamos pensando em fazer lá o
3560 lançamento, estamos pensando em fazer lá o lançamento no início de
3561 dezembro, mas tem uma série de Estados, Maranhão, Nordeste todo está
3562 disponível, não é Bernardo? Tocantins, Rio Grande do Sul, Goiás. Então, tem
3563 uma porção de estados já disponíveis, vocês podem baixar o aplicativo e ver as
3564 imagens. Antes de começar tem uma funcionalidade aqui, três das finalidades
3565 das que parecem simples, mas são importantes. Aquela primeira legislação,
3566 quando você clicar ali vai ter a oportunidade, Roberto, você ter toda a
3567 legislação associada ao CAR. Então, está indexado, ali nós colocamos como
3568 exemplo as Leis, Medida Provisória, só como exemplo, mas poderão ter todos
3569 os Decretos, Instruções Normativas, tudo que nós acharmos no âmbito federal
3570 ou estadual de normas que estejam relacionadas ao cadastro Ambiental Rural,
3571 pode ser indexado. E você pode fazer a procura por palavra-chave, procurar,
3572 localizar. Então, ele colocou ali. O Pedro está me ajudando, colocou nascente.
3573 Então, já vai na lei e me dá tudo que tem sobre nascente na Lei. Então, são
3574 funcionalidades importantes para o produtor, possuidor, para o facilitador, que
3575 não precisa estar andando com um compêndio de norma, ele no momento do
3576 cadastro, antes ou durante ele pode fazer a consulta à norma e verificar qual o
3577 requisito, qual o fundamento legal sobre aquela pergunta que ele está fazendo.
3578 Então, uma outra funcionalidade importante é aquela ajuda. Essa ajuda tem aí
3579 um manual do usuário, são mais de 100 páginas explicando tela a tela como
3580 preencher. Então, em qualquer momento, vindo com aplicativo, baixou o
3581 aplicativo, pensa no Imposto de Renda, está baixado, eu baixei, vem junto com
3582 o aplicativo uma ajuda que em qualquer momento ele pode consultar dentro do
3583 aplicativo as telas o conteúdo das telas e como essas telas podem e devem ser
3584 preenchidas. Então, também nós sabemos que o brasileiro tem uma versão
3585 natural a manual, mas de qualquer forma isso é importante porque como nós
3586 estamos trabalhando com vários níveis de produtores, de possuidores e
3587 facilitadores, naquele momento você pede fazer uma consulta. Nós estamos
3588 estudando casos que já tem um teste feito de termos áudio. Algumas telas vai
3589 ter um ícone dizendo áudio disponível, clicando naquela tela áudio disponível
3590 vai sair um filme de dois minutos, dois minutos e meio no máximo, onde se

3591mostra para o produtor como deve ser preenchido, ilumina a tela, faça isso,
3592faça aquilo. Então, algumas telas no que imaginarmos um pouquinho mais
3593complexas nós vamos colocar esse áudio e a nossa dificuldade agora é com
3594relação ao texto. Tem que ser um texto coloquial, onde desde o pequeno
3595produtor ao grande seja bem entendido, para não gerar problema. Sem
3596sotaque também, não é Roberto? Bom, baixei, na verdade eu começo aqui
3597com iniciar, vou baixar agora na verdade, iniciar, vou baixar a imagem, tem
3598uma janelinha para a unidade da federação, o nosso dever de casa está em
3599Goiás, não é isso Pedro? Município de Cavalcante... Já está aqui. Se a sua
3600propriedade pegar mais de um Município nos mesmo Estado você pode baixar,
3601digamos que Cavalcante fosse fronteira de Abadiânia, Alexânia, você pode
3602baixar o número de municípios que você quiser. Se tiver fronteira com Goiás e
3603Tocantins, se a propriedade tiver entre Goiás e Tocantins, pode baixar
3604Município de Tocantins, e o Município de Goiás. Nós fizemos uma
3605determinação o seguinte, onde a propriedade tiver maior área é onde deverá
3606ser feito o cadastro. Então, se a maior área da propriedade tiver em Goiás, ele
3607deverá fazer o cadastro em Goiás. É uma decisão para evitar duplas
3608interpretações. Você tem a possibilidade de baixar o Estado e a quantidade de
3609Municípios. Baixou, tem uma tela aqui de atualização do sistema, o sistema é
3610progressivo. É evolutivo. Então, no momento em que você for baixar o
3611aplicativo ele vai te perguntar: “você quer uma versão mais atualizada”?
3612“Dispomos de uma versão mais atualizada”. E as atualizações estão sendo
3613coisas que nós durante o treinamento está havendo, passando por todos os
3614Estados que nós passamos agora, tentando resolver pequenos problemas que
3615são naturais, porque fazer um sistema desse para o Brasil todo vai sempre
3616estar parecendo uma particularidade. Já baixei, vou cadastrar. Há uma coisa
3617importante a ser dita, a ferramenta é super simples, ela é simples, ela próximo,
3618próximo, próximo e finalizar. Ela não tem nada de complexo, mas ela não é
3619simplista, o que tem por traz dessa ferramenta é algo de muitas e muitas horas
3620de desenvolvimento, de discussão que o Ibama e nós do Ministério o Meio
3621Ambiente desenvolvemos junto com a Universidade Federal a Lavras. Quer
3622dizer, não é uma coisa aparentemente... Uma coisa assim, fácil, tem que ser
3623fácil, porém, ela é complexa, porém simples, robusta. Uma outra coisa
3624importante é que ela atende todos os requisitos da lei. Então, tudo que está no
3625Novo Código Florestal, relacionado a cadastro ambiental, a ferramenta dispõe,
3626inclusive aquilo que o André falou com relação aos rios menores de 10 metros.
3627Eu vou mostrar aqui. bom, aqui no caso tem um botão de retificação, essa foi
3628talvez uma das soluções mais difíceis do final do processo que é a
3629possibilidade do produtor possuidor, em qualquer momento do seu cadastro
3630retificar. Ele baixou no Notebook dele o facilitador, o proprietário, o possuidor,
3631ele pode tomar um café, ele pode ir lá pegar a escritura da propriedade dele,
3632está lá gravado. No momento de enviar para o sistema online que eu vou
3633mostrar para vocês, o Sicar, ele pode: “eu quero retificar, errei o endereço”. Ele
3634pode voltar, retificar parcialmente, retificar aquilo que ele julgar oportuno e
3635necessário antes de enviar para o grande hotel que eu vou apresentar para
3636vocês, que é o Sicar. Estando no Sicar haverá possibilidade também dele fazer
3637as retificações. Agora, entrou uma análise naquele momento da validação das
3638informações, aí qualquer retificação é suspensa porque aí está sendo
3639analisado, você não pode permitir alterações intermináveis, que não permitam
3640a validação daquele conteúdo. Aqui eu estou trabalhando no computador do

3641 Pedro e ele já tem alguns exemplos que nós fizemos aí afora, eu vou pegar
3642 Cavalcante, em Minas Gerais, em homenagem à Jacqueline, Goiás, a
3643 Jacqueline que ficou até agora para me prestigiar, eu tenho certeza. Então, a
3644 primeira tela são 6 passos, cadastrante, imóvel, domínio, documentação,
3645 geoinformação. Cadastrante: CPF, data de nascimento, o nome e nome da
3646 mãe. São todos campos obrigatórios. O nome da mãe nós vamos mostrar
3647 depois a importância por que é uma forma de checar, fazer uma espécie de
3648 pequena segurança, um nível de segurança a respeito do cadastrante. O
3649 cadastrante pode ser um facilitador, pode ser o próprio proprietário ou o
3650 possuidor rural. Campos obrigatórios, se eventualmente não preencher um
3651 campo... Dá para fazer Pedro? Se nós não preenchermos o campo, a validação
3652 do CPF tem uma validação de dígitos e na data tem uma validação, se for
3653 menor de 18 anos ele trava, não deixa avançar o cadastro. Se eventualmente
3654 ele não preencheu algum campo, hora de passar para o próximo passo ele
3655 avisa, nome da mãe é obrigatório. Então, você esqueceu de preencher o nome
3656 da mãe. Então, volta lá e preenche o nome da mãe. Quer dizer, ele tenta ser o
3657 máximo possível amigável com o cadastrante. Dados do imóvel. O nome do
3658 imóvel, a unidade da federação nós já colocamos que vai ser Goiás,
3659 Cavalcante, o CEP não é obrigatório, uma descrição de acesso, em cada balão
3660 desse tem uma explicação. O que nós queremos que conste da inscrição seta?
3661 Informações descrevendo como chegar na propriedade. BR 040, dobra à
3662 direita, porteira à esquerda. Algo bem simples para que nós possamos ter no
3663 banco de dados descrição de acesso de propriedade e proprietário da posse.
3664 Feita descrição, esse informe é importante porque há variações de APP para
3665 áreas de zona urbana ou zona rural. Então, você tem que informar se teu
3666 imóvel está na zona rural na zona urbana. Traz o contato do imóvel, esse dado
3667 é um dado de como eu acho o produtor e o possuidor, ele pode morar em São
3668 Paulo e a fazenda dele ser no Acre. Se eu tiver que fazer uma notificação,
3669 mandar uma carta, ele dá o endereço de São Paulo ou ele dá o endereço da
3670 cooperativa, ou dá o endereço da ONG. Então, ele dá ali o endereço que nós
3671 possamos eventualmente, se quisermos falar com ele, fazer uma
3672 correspondência, fazemos direto para esse endereço dado. Número,
3673 complemento, bairro, CEP, e-mail é opcional e telefone opcional. Recebi uma
3674 demanda do Acre agora, bastante interessante. Esse negócio de bairro lá no
3675 Acre, lá é lote, é ramal. Então, nós vamos dar uma adaptada para poder
3676 acomodar requisições como essa. Quer dizer, isso aqui está muito urbanoide,
3677 está muita cidade, então, nós vamos dar uma adaptada para poder atender os
3678 requisitos da área rural. Sempre próximo. Já estamos na terceira tela, domínio.
3679 Eu vou preencher os dados? Sim. Eu vou importar dados? Isso é muito
3680 importante. O André falou aqui na possibilidade de você ter assentamentos, viu
3681 Rafael? Lá pelos seringueiros, por exemplo, você vai ter que ter CAR de
3682 reserva extrativista com cessão de direito real de uso. Então, se você tiver 100
3683 assentados, ou 100 seringueiros você não precisa estar cadastrando um por
3684 um, você importa uma planilha tipo Excel e puxa todos os dados de uma vez
3685 só. Então, se você tiver assentados em um assentamento, você não precisa
3686 fazer 100 inscrições, você joga, importa nesse dado aqui, ele tem um formato
3687 tipo Excele e você traz esses dados imediatamente para dentro do cadastro.
3688 Bom, proprietário, se for pessoa física as informações estão relacionadas ao
3689 CPF, se for pessoa jurídica as informações são relacionadas ao CNPJ. Nesse
3690 caso aqui o Pedro fez dois proprietários, duas pessoas físicas, o João da Silva

3691e José Rodrigues. E vou para o próximo. O próximo são dados de
3692documentação do imóvel. Então, é propriedade ou é posse? Se for propriedade
3693vai aparecer uma máscara dizendo que tipo de propriedade, é registro público,
3694é termo de compra, é certidão de registro. No caso, se nós colocarmos aqui
3695escritura vai aparecer nome da propriedade, a área, o tipo de documento, o
3696número da matrícula, a data do documento, o livro, a folha a unidade da
3697federação do cartório, o município do cartório e os proprietários que você pode
3698adicionando, conforme a realidade de domínio, do dominialidade da sua
3699propriedade ou posse. Se apertar em posse nós temos 22 tipos reconhecidos
3700de posses. Então, você escolhe o tipo de posse reconhecido, para cada tipo de
3701posse reconhecido vai abrir um sub pergunta. Se você pega concessão de
3702direito real de uso, ele vai fazer um sub perguntinha a respeito disso. Apareceu
3703mais um tipo que é no Rio de Janeiro, que é certidão distribuidora cível, alguma
3704coisa assim que nós vamos incluir, que é um documento específico,
3705reconhecido no Rio de Janeiro. Bom, isto feito, ele declarou uma propriedade
3706de 55 hectares, sendo 25 hectares uma matrícula e sendo uma posse de 30.
3707Isso é muito importante. O conceito de imóvel rural é um conceito de uma
3708propriedade ou imóvel com uma ou mais matrículas, ou uma ou mais
3709matrículas e/ou uma ou mais posses, ou seja, se a propriedade tiver duas
3710matrículas e quatro posses e for contínua, é um imóvel rural. Exato. Tem que
3711ser contínua. Então, o CAR é único, não há 'Carzinho' por matrícula, 'Carzinho'
3712por posse, é um CAR conceito de imóvel rural como um todo, seja ele
3713composto por uma ou mais matrículas ou por uma ou mais posses. Nós vamos
3714entrar módulo gel, essa imagem é adquirida pelo Ministério em 2011, já foram
3715compradas as imagens de 2012 e nós temos assegurados mais três anos de
3716compra de imagem. Ou seja, nós vamos poder ter uma série histórica de
3717acompanham desse cadastro Rural por no mínimo cinco anos. Está na escala
3718de 1 para 50.000, só que aqui vocês vão ter na escala de visualização de 1
3719para 5.000. Esse foi um outro grande trabalho que nós tivemos que fazer, que
3720foi mosaicar essas imagens, quer dizer, piramidar, compactar para que ela
3721possa ser trabalhada em um Notebook qualquer. Então, essa visualização aqui
3722de 1 para 50.000, 1 para 5.000 você tem aqui um conjunto de passos que nós
3723vamos seguir. Eu e Pedro já fizemos preliminarmente o imóvel, essa área
3724amarelinha aqui nós desenhamos um imóvel hipotético para nós testarmos
3725algumas funcionalidades do cadastro.

3726

3727

3728**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Deusdará, só um instante. Está difícil,
3729mas eu queria pedir desculpas a você, aos participantes, eu vou ter que me
3730retirar. Agora, eu queria que vocês que sobreviveram até agora, essa
3731apresentação do Deus é hipnotizante, e eu acho que vale a pena. Então, eu
3732peço desculpas por estar me encerrando ao encerramento da sessão, mas eu
3733fui chamado agora ao Ministério e aproveitem e você com mais calma para
3734quem sobreviver. Obrigado.

3735

3736

3737**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Bom, ferramentas gel, aqui
3738tem um passo, por exemplo, cada balãozinho desse que novamente você tem
3739uma explicação do que se quer. O que é a área total do imóvel? Tem uma
3740explicação. O que é servidor administrativo? O que é APP uso restrito? O que é

3741cobertura uso do solo? O que é área de reserva legal? E área total, que é o
3742final que nós vamos desenhar r para vocês. Na régua à direita você tem um
3743conjunto de ferramentas. Desenhar a polígono, desenhar linha, apagar,
3744importar arquivos, aquilo que o André falou, por exemplo, a questão do
3745desenho geo-insegurança, o desenho que nós vamos fazer aqui é a última
3746alternativa possível. O sistema permite importação de qualquer *shapefile* de
3747vários, se você tiver dois pares de coordenadas você puxa para perto, se você
3748tiver um georeferenciamento, você pode já dar as coordenados, você puxa a
3749propriedade, quer dizer, o que nós vamos fazer aqui um desenho para mostrar
3750que o que sistema permite, inclusive desenhar, mas não necessariamente
3751todos terão que desenhar. Boa parte das grandes e médias propriedades já
3752tem suas propriedades georeferenciadas, simplesmente nós vamos fazer a
3753importação dos arquivos. O mais importante de tudo e o é segredo de um
3754gargalo que tinha, é essa tabelinha. Quando você aperta aqui ele te dá o
3755município, te dá o módulo fiscal em hectares, nesse caso a área que nós
3756desenhemos tem. 399.49, e p número de módulos fiscais. Por baixo dessa
3757simplicidade estão todos os modos fiscais de todos os municípios do Brasil.
3758Então, na hora que você clicar baixou o município, se você baixar dois
3759municípios, Cavalcante e Abadiânia, vai vir o módulo fiscal de Abadiânia, vai vir
3760o modo fiscal do Cavalcante, porque em determinado momento o sistema vai
3761calcular a questão da escadinha, porque tem regras específicas para
3762propriedades menores que quatro módulos fiscais. Os módulos variam desde
376310 a 120 hectares no Amazonas. Isso é uma funcionalidade aparentemente
3764simples, mas ela é a base de um algoritmo para poder se chegar no cálculo da
3765regra de recuperação do Artigo 61A chamado escadinha. Então, essa
3766propriedade nossa ficou com 55.71 hectares. Essa tabela é importante, a
3767tabela do extrato que você está fazendo. Observe, como eu falei, declividade,
3768curso d'água, têm todas as funcionalidades que são regradas pelo Código
3769Florestal. Esse pontinho aqui é a possibilidade você habilitar oi desabilitar,
3770desenhei, quero apagar, apago para B, é melhor, quero colocar mais claro,
3771mais escuro. Então, é tipo aqueles botões de som que você coloca a
3772intensidade que você quer. Aqui nós estamos fazendo o contrário, já está
3773habilitada a propriedade, nós vamos apertar para mostrar o que nós
3774desenhemos anteriormente. Então, ele apertou lá, deu um rio, tem como medir
3775esse rio, Pedro? Ele tem uma régua que em determinado momento se você
3776quiser medir uma estrada, ou uma largura, uma coisa, você usa a reguinha, ele
3777te dá, tem a possibilidade de você fazer, dividir uma distância. Esse rio tem
3778quantos metros? Nós colocamos quais são? De 10 e 50. É um rio de 10 a 50
3779metros, poderia ser um rio maior, desenhemos o rio, esse rio já existe, a outra
3780preocupação que o André colocou... Eu estou citando o André porque ele falou
3781uma série de coisas, mas infelizmente ele não ficou para ouvir, mas em um
3782determinado momento vamos ter a bacia hidrográfica plotada anteriormente.
3783Então, o que ele falou é o seguinte, rios até 10 metros, que a cobertura vegetal
3784estiver cobrindo o rio, mata de galeria, você não vai poder visualizar aquilo na
3785foto, mas obviamente qualquer entendedor vai perceber que ali é um curso
3786d'água. Então, você não vai ver o rio, não vai ver um espelho da água do rio,
3787como nós estamos vendo aqui, mas você vai tipo "isso aqui é um rio porque
3788nós percebemos que minimamente quem pisa na lama, entende visualizar o
3789que é um rio ou não". Então, desenhemos, aqui tem um rio, ele já me gerou
3790APP, na hora que eu coloco a largura ele já gera APP. Volta o quadro. Ele já

3791diz aqui qual é o tamanho dessa APP em função daquele rio, são 21.51
3792hectares. Vamos habilitar o quê agora, Pedro? Já em função da largura do rio
3793que está na regra e do módulo, tudo associado ao módulo, depois eu vou reduzir
3794essa propriedade para você ver como funciona. O que nós desenhamos? O
3795próximo Pedro. Área consolidada. Aquela área que ele já ocupou, antropizou, e
3796provou que nós vamos vendo as imagens que estão contratadas.
3797Remanescente de vegetação nativa. Ele desenhou aqui o que é remanescente
3798de vegetação nativa e nós observamos que nesse momento aqui, como não
3799tem vegetação nativa some em termo de cor, não é Pedro? Porque ficou verde
3800com relação ao amarelo da APP. Dá para nós desenharmos um leão aí?
3801Vamos desenhar um leão? É importante esses servidores administrativos
3802porque nas propriedades do Sul passa leão, passa estrada vicinal, passa
3803estada estadual e o sistema permite que você, desde que essa área sejam
3804oficialmente declaradas, que você as desenha e isso é descontado da área
3805total da propriedade. Então, não incide reserva legal sobre as servidões
3806administrativas, a área útil da propriedade ela é diminuída em função do...
3807vamos desenhar aqui o quê? Pedro? Uma estrada? Vamos tentar.

3808

3809

3810(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

3811

3812

3813**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Calma. Calma. O conceito de
3814Mata Atlântica é aquele estado sucessional avançado, médio e tal. Para efeito
3815de sistema a norma vai colocar isso bem claramente. Você vai conseguir
3816desenhar, Pedro? Está pesado? Nós tocamos para frente, depois nós... Bom,
3817vamos fazer essa propriedade tinha o quê? Ela tem 5.71 módulos fiscais,
3818Pedro, mostra as outras estradas, por favor. Então, está lá, a propriedade total,
3819a área líquida, a área de APP, tudo aquilo que nós desenhamos, vegetação
3820nascente, já dá o cálculo área automaticamente. Nós vamos reduzir essa
3821propriedade para fazer ela menor do que quatro módulos Pedro, tira a
3822vegetação, deixa só a APP para poder a escadinha ficar... Já está aí, você
3823reduziu? Agora que habilitou a escadinha. Aquele rio que estava todo
3824amarelinho, observe, aqui como ele diz que isso aqui é área consolidada, está
3825vendo? Que ele não tem APP. Ele gera uma régua de recuperação. O laranja é
3826a escadinha. Como no outro lado do rio ele diz que tem vegetação nativa, ele
3827não tem o laranja desse lado porque não tem regra de recuperação. Então, a
3828APP é a soma do laranja mais o amarelo, porém, na regra de recuperação
3829nesse caso dessa propriedade, ele terá que recuperar toda essa faixa desse
3830rio, dessa margem esquerda do rio porque ele diz que essa área está toda
3831consolidada. Mostra o extrato, Pedro, por favor. Na hora que faz isso, ele já dá
3832aqui, essa área de recuperação é 4.4298 hectares. Então, ele já te dá, sinaliza,
3833te indica a área que você tem que recuperar em função do que você informou e
3834pelo fato de você não ter vegetação nativa na beira do rio, já te dá o indicativo
3835nesse sentido. Agora, nós vamos reduzir a propriedade para menor do que
3836quatro módulos. Essa propriedade está com 5.71, nós vamos encolher aqui só
3837para ver o efeito. Observe o efeito escadinha. Sempre de olho no laranja com
3838amarelo. Está processado. Viram que a escadinha... Deu para perceber que a
3839escadinha diminuiu? Ela afinou. Porque é tratar os desiguais de forma desigual,
3840quer dizer, a menor propriedade, em função de ela ser menor, em função da

3841regra da lei, ela tem, nesse caso, anteriormente e com a escadinha ela reduz
3842em função de ser uma propriedade menor que quatro módulos fiscais. Então,
3843viu Lorena? Isso não é simples, parece simples, mas é uma ferramenta cheia
3844de complexidade por trás. Fala Miguel.

3845

3846

3847**O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia) –** *(Intervenção fora do*
3848*microfone. Inaudível)*

3849

3850

3851**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) –** A regra de recuperação.
3852Desculpa. A regra de recuperação, se a área esteve desmatada é menor. Não.
3853Presta atenção. Olha aqui, vamos ver aqui, reduz para mim de novo, está com
3854quantos módulos aqui? 3.80; você está vendo ali, o amarelo desse lado por
3855que... Com a regrinha da escadinha. Só o laranja aqui é o que será recuperado,
3856a APP continua do tamanho que deveria ser. Entendeu? Miguel, olha aqui, a
3857APP é o amarelo mais o laranja, concorda? Em função da largura do rio, o eu
3858estou tentando mostrar para você é que pela regra do 61ª, como ele diz que
3859isso aqui está tudo desmatado, consolidado, está usado, a regra de
3860recuperação dele, desse lado do rio é essa laranja aqui. Agora aumentou por
3861quê? Porque aumentou o número da propriedade, mas a APP continua a
3862mesma. Não ? Não entendeu?

3863

3864

3865*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

3866

3867

3868**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) –** Roberto, me ajude.

3869

3870

3871*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

3872

3873

3874**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) –** De recuperação onde os
3875pequenos em tese recuperam menos e os grandes e médios recuperam mais.
3876Depende. Ter uma regra. Por isso que é escadinha, 8, 15...

3877

3878

3879*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

3880

3881

3882**O SR. ROBERTO LORENA (MAPA) –** Não se espera que em um imóvel muito
3883pequeno, não se espera que o proprietário tenha condição de sobreviver
3884seguindo a mesma regra que tem um móvel de mil hectares. A lei foi feita
3885pensando no aspecto social junto ao aspecto ambiental.

3886

3887

3888**O SR. NÃO IDENTIFICADO -** Foi até bom. Ele é obrigado a recuperar a faixa
3889laranja, mas a faixa amarela que soma, que é a APP, ele não pode usar para
3890nada.

3891

3892

3893 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

3894

3895

3896 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Atividade consolidada. Então, não vamos entrar
3897 nesse mérito.

3898

3899

3900 **A SR^a. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
3901 **DConama)** – Meus caros, a pessoa da estenotipia está dizendo que precisa do
3902 microfone e da identificação.

3903

3904

3905 **O SR. ROBERTO LORENA (MAPA)** – A área em amarelo ela é usada para
3906 atividade agosilvipastoril, evidentemente, com questões de proteção para APP.
3907 Não é passar o arado morro abaixo.

3908

3909

3910 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Bom, terminou o módulo gel,
3911 tem esse extrato que eu mostrei para vocês, se eventualmente, por exemplo,
3912 rio acima de uma determinada largura você vai ter que informar a largura do
3913 rio. Lagoa, se desenhar uma lagoa ele vai gerar automaticamente a APP da
3914 lagoa, se desenhar um reservatório e vai gerar, vai indicar também já a APP do
3915 reservatório. É uma pene que o sistema está muito carregado, não dá para
3916 fazer nenhum outro exemplo. Não é, Pedro? Faça isso não, deixa-me terminar.
3917 Mas eles vão acreditar em mim, tenham fé em Deus. Mas toda e qualquer
3918 funcionalidade em lagoa, reservatório, tudo...

3919

3920

3921 **O SR. ROBERTO (Mato Grosso)** – Só um esclarecimento. Quando ele
3922 demarcou aquela área em branco ali, que é uma área antropizada, ocupada,
3923 ele tem que informar a data daquela ocupação. Que isso não foi dito. Então, se
3924 essa informação diz que área foi aberta, ou foi desmatada posteriormente a
3925 2008, ele vai ser obrigado a recuperar a APP inteira, ele vai ter que tirar tudo
3926 que ele fez lá dentro. Se for anterior á 2008 ele vai se submeter a essa regra,
3927 mas na hora que ele demarcou lá, imagino eu que o sistema deva ter dito para
3928 ele marcar as áreas que foram ocupadas anteriores a 2008.

3929

3930

3931 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Por isso que é importante
3932 essa imagem de 2008.

3933

3934

3935 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Tem essa solicitação:

3936

3937

3938 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Desculpa Miguel, às vezes
3939 estou falando rápido, partindo do pressuposto que você já conhece bem o

3940código, mas é bom que o Roberto está me ajudando, o Lorena está me
3941ajudando.

3942

3943

3944**O SR. ROBERTO (Mato Grosso)** – O sistema pergunta isso para quem está
3945cadastrando, se aquela área anterior, a ocupação ou posterior a 2008.

3946

3947

3948**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Conseguiu alguma coisa?
3949Está lá.

3950

3951

3952**A SR^a. JACQUELINE VIEIRA (Sema/Goiás)** – Deusdará, só uma questão de
3953encaminhamento... Jaqueline Vieira, Secretaria de Meio Ambiente de Goiás. O
3954ele quer saber é se dentro do CAR existe essa solicitação de 2008 antes ou
3955depois.

3956

3957

3958**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – É declaratório. Nós vamos
3959fazer isso na análise, você declara aí eu vou checar isso, vocês vão checar
3960isso, nós vamos desenvolver juntos e oferecer para vocês o módulo interno de
3961análise que vai fazer essa conferência. É declaratório. É princípio de Imposto
3962de Renda eu vou jogar ele nas malhas finas. Eu vou saber se esse imóvel está
3963em cima de terra indígena, eu vou saber se ele está em cima de Unidade de
3964Conservação e aí eu vou jogar nas camadas de filtro automático, e eu vou
3965tratando depois de confirmar ou não aquilo que ele foi informado. Daí a
3966importância das imagens de 2008 que vão estar lá.

3967

3968

3969**O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – É um pouquinho leviana a
3970minha pergunta, mas eu vou ter que fazer. Quem vai fazer isso são os
3971Estados?

3972

3973

3974**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – O cadastro é feito pelos
3975proprietários e possuidores rurais nós estamos desenvolvendo...

3976

3977

3978**O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – Em cada Estado.

3979

3980

3981**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Em cada Estado.

3982

3983

3984**O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – Quem vai fazer uma
3985supervisão, uma aferição disso depois? Vai ter?

3986

3987

3988**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Eu vou depois o Sicar, tem
3989uma série de relatórios que vão ser disponibilizados.

3990

3991

3992 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – Vocês vão aferir 100% do
3993 que o Estado fez?

3994

3995

3996 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Não existe CAR Federal e
3997 nem PRA Federal. O Estado ele tem autonomia plena.

3998

3999

4000 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – Quem insere a informação
4001 lá, além do produtor, quem vai aferir isso lá é lá no Estado. Então, é o fiscal, é
4002 o técnico da Secretaria, ele que vai aferir aquilo. É ele que vai dar o parecer
4003 final.

4004

4005

4006 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Não vamos trabalhar nessa
4007 hipótese, não pense no processo. Esperai. Deixa-me tentar explicar.

4008

4009

4010 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – Caia na real. Eu estou lá na
4011 ponta.

4012

4013

4014 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Eu acabei de vir da ponta. Lá
4015 do Acre, do teu Estado. O Estado, por exemplo, aquele CAR do Estado eles
4016 abriram mão, estão adotando a ferramenta que nós estamos desenvolvendo e
4017 eles pediram algumas ações, três ou quatro pedidos que nós estamos tentando
4018 adaptar para ele. O que vai acontecer? Eles vão usar essa ferramenta aqui, o
4019 proprietário, possuidor, seringueiro, o quilombola, vão usar essa ferramenta ou
4020 facilitado por alguém, como o código manda que aqueles menores que 4
4021 módulos fiscais, o Estado tem que prover o apoio. Isso vai entrar, vai entrar em
4022 um sistema, está todo mundo inscrito. Nós estamos desenvolvendo uma outra
4023 ferramenta que nós vamos colocar disponível para o Estado, que é o módulo
4024 interno de análise do que ele declarou. E aí ela está em construção em uma
4025 linha, primeiro filtros automáticos, você está em cima de TI, você está em cima
4026 do Parque Nacional da Serra Divisor, você está em cima de áreas embargadas
4027 pelo Ibama, nós vamos gerar filtros. E depois tem um outro filtro que é
4028 sobreposições. Se uma propriedade foi jogada em cima da outra. Quanto por
4029 cento uma em cima está da outra, se está confirmado uma área embargada,
4030 ele mexeu nessa área embargada. E aí o último módulo é uma análise plena,
4031 vai ter uma hora que vai ter o *peopleware* não adianta, até porque a lei fala que
4032 a localização da reserva legal e a aprovação terá que ser feita pelo órgão
4033 competente. Então, nós vamos desenvolver o máximo possível da
4034 automatização dessa análise. E nós, isso vai gerar um recibo, isso aqui tudo no
4035 final gera um recibo que eu vou mostrar para vocês. Esse recibo vem para o
4036 Sicar e o Sicar, como supervisor criado pelo Decreto, ele vai estar monitorando,
4037 tem o módulo de monitoramento, tem o módulo de geração de relatórios, eu
4038 vou mostrar para vocês aqui. Então, será acompanhado pela União, mas o
4039 sempre processo de análise, mesmo com a nossa ferramenta ou por uma

4040ferramenta desenvolvida pelo Estado, será feito pelo Estado. Porque a lei
4041assim o diz: o Estado, preferencialmente Estado ou Município.

4042

4043

4044**O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – Por isso que eu estou
4045querendo saber se vai ter um mecanismo de aferição e supervisão, porque
4046nesse caso específico em que a declaração do proprietário que vale dizendo se
4047desmatou ou não antes de 2008, diz que não, e aí nós já entramos com as
4048dúvidas que são naturais, não precisa ir na ponta no Acre, mas vai na ponta em
4049São Paulo que agora estão detectando que os fiscal do ISS fizeram. Está
4050entendendo? Então, nós temos que estar precavidos disso porque muitas
4051coisas podem passar. Eu queria saber se não tem... Como você listou os
4052seus... Que são automáticos. Esses filtros, de ver se não tem filtro como esse
4053do que foi desmatado até 2008 e depois... Está entendendo?

4054

4055

4056**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Nós vamos conferir com
40572008. Agora, e outra coisa o status dele vai ser mudado em relação a isso.
4058Digamos que nós tenhamos detectado que ele está em cima de uma terra
4059indígena ou que ele fez uma declaração de má fé. Vamos primeiro em terra
4060indígena, eu vou gerar um alerta no cadastro dele, no meu sistema e vou
4061colocá-lo como pendente. Então, não vai ter o CAR, se o banco quiser ver
4062online a situação daquela propriedade e eventualmente o Ministério Público
4063tiver uma senha e quiser ver, vai ver aquele CAR como pendente. Se
4064eventualmente eu vejo que ele foi descarado, o cara colocou reserva legal
4065dentro d'água no oceano, La na Bolívia, coisa que o sistema não permite, mas
4066digamos que permitisse e passasse pelo sistema. Eu... Esse cara é de má fé,
4067eu vou cancelar o CAR dele. Então, isso ficar registrado no sistema. A lei fala,
4068se não tiver CAR não vai ter crédito agrícola, tem uma série de outras questões
4069relacionadas a isso. Então, esse status, dependendo da análise ele pode ser...

4070

4071

4072**O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – Eu estou entendendo. O que
4073eu queria ter clareza era dos mecanismos de aferição de supervisão dos
4074processos feitos no Estado. É isso que eu queria ter esse entendimento e ter
4075essa certeza.

4076

4077

4078**A SR^a. LILIAN (Ibama)** – Boa tarde. Deusdará é mais uma dúvida. Eu Lilian,
4079servidora do Ibama, sou da Diretoria de Qualidade. O que você começou a
4080falar em relação aos filtros, porque aí me bateu dois se, nesses filtros está se
4081pensando em dois que eu considero importante, o ADA, que é o Ato
4082Declaratório Ambiental, que pode dar uma superposição interessante e até
4083perigosa para a pessoa que está se auto-declarando e o próprio Cadastro
4084Técnico Federal como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente...

4085

4086

4087**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – O sistema e puro CAR.
4088Primeiro momento ele é CAR, só CAR. Depois nós vamos ver a questão da
4089integração com os demais sistemas corporativos do Ibama, nesse momento ele

4090 é ele é pensado exclusivamente para Cadastro Ambiental Rural e para o
4091 Programa de Regularização Ambiental. Algum momento nós, inclusive vamos
4092 deixar as janelas de TI para que nós possamos fazer integração co CTF. Aí
4093 pode entrar Receita, pode entrar cadastro do Incra.

4094

4095

4096 **A SRª. LILIAN (Ibama)** – Mas pensando o CTF é um dos instrumentos da
4097 Política Nacional do Meio Ambiente. Então assim, um dos filtros importantes
4098 é...

4099

4100

4101 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Vai chegar uma hora que vai
4102 ter o CTF, primeiro precisa arredondar o CTF. Eu sou do Ibama também, Viu
4103 Érica?

4104

4105

4106 **A SRª. LILIAN (Ibama)** – E o ADA, porque como o ADA, o proprietário rural ele
4107 ganha isenção fiscal, então, ele pode está lá não ADA falando que ele tem uma
4108 coisa para ganhar isenção fiscal e vir aqui no CAR falar que tem outra coisa.

4109

4110

4111 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – São duas coisas diferentes,
4112 não atrela esse tipo de informação. E do ponto de vista do sistema...

4113

4114

4115 **A SRª. LILIAN (Ibama)** – Isso. É a mesma propriedade e os dos são auto
4116 declaratórios pelo proprietário. Ele pode no sistema governamental falar uma
4117 coisa e pode no ADA falar outra. Sendo que o Ada...

4118

4119

4120 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – No imposto de renda ele
4121 pode falar outra.

4122

4123

4124 **A SRª. LILIAN (Ibama)** – Claro, com certeza.

4125

4126

4127 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Eu só quero reduzir a sua
4128 ansiedade, que em algum momento os sistemas todos comparativos, inclusive
4129 já foi criados um Grupo de Trabalho Interministerial pensando em algo que é
4130 absolutamente lógico, que é extremamente sensato, a unificação de todos os
4131 cadastros. Futuramente vai ter que unificar com o fundiário, mas nesse
4132 momento a tua resposta é não. Não está integrado com o ADA e nem com o
4133 CTF.

4134

4135

4136 **A SRª. LILIAN (Ibama)** – Aí eu vou externar a minha... Com tristeza. Eu fico
4137 triste em relação principalmente ao Cadastro Técnico Federal como um
4138 instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente.

4139

4140

4141 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Conheço. Infelizmente não. É
4142 só para nós não gerarmos expectativa, uma coisa que eu fui criado, metade em
4143 Goiânia, metade no Piauí, é dizendo que franqueza não é fraqueza. Então, é
4144 melhor ser franco do que gerar expectativa depois, “eu ouvi lá do Deusdará que
4145 o CTF está atrelado”. Hoje não. No futuro próximo nós temos certeza que vai
4146 integrar uma série de cadastros, inclusive CTF e o ADA. Bom, finalizei minha
4147 propriedade, desenhei, tem 11 perguntas de respostas obrigatórias. Você pode
4148 até responder não, não, não e não, mas são respostas obrigatórias. Se você
4149 quer aderir ao PRA, se existe algum TAC já assinado. Se você disser sim em
4150 alguma delas, eles abrem sub perguntas. Você tem déficit de vegetação? Tenho.
4151 Você quer compensar, regenerar ou recompor? Então, você tem a
4152 possibilidade de sinalizar. É banco de intenções, isso é um banco de intenções
4153 que vai no Sicar, eu não digo como fazer e nem nada, eu estou perguntando a
4154 ele, ele não é obrigado a dizer sim, ele pode dizer não. Ele é obrigado a
4155 responder sim ou não. Diga Roberto.

4156

4157

4158 **O SR. ROBERTO LORENA (MAPA)** – *Se eu tenho que recuperar APP, eu
4159 tenho que dizer sim no PRA. Eu posso dizer não e recuperar a PRA?*

4160

4161

4162 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – É uma opção sua. Aqui a
4163 ideia é aquele artigo do Decreto da adesão voluntária para função dos dois
4164 anos. Então, nós temos que tentar casar isso aqui com a possível adesão
4165 voluntária, porque como nós não temos governança, é o Estado que vai
4166 analisar e o Estado pode levar 10 anos, Deus queira que não. Então, isso aqui
4167 seria uma forma de nós depois vermos normativamente de registrar como
4168 adesão voluntária. Devo não nego, eu estou devendo, agora se vocês vão
4169 demorar para analisar a minha situação, é outra história. Bom, se tem TAC,
4170 aqui é uma pergunta se tem Prad. Aqui, você que me perguntou sobre reserva
4171 legal, é essa aqui, se você tem excedente de vegetação. Isso é importante
4172 porque você gera um banco de intenções com quem tem e com quem não tem.
4173 Nós sinalizamos quem tem déficit e quem tem excedente. Isso é muito
4174 importante para o ICMBio para poder tentar fazer busca ativa para
4175 compensação de reserva legal em Unidade de Conservação. Se você quer
4176 emitir cota ambiental e coisas do gênero. Agora tem aquela... Cadê da reserva
4177 legal? Olha a quantidade de vezes que a reserva legal já mudou nesse País.
4178 Então, eu tenho que perguntar para o sujeito em que regime ele está, a
4179 propriedade do meu tataravô de 1897, antes de 34 não tinha disso. Ele já me
4180 sinaliza isso para que no módulo de análise eu não cobre 80 dele quando ele
4181 está na regra de 50. Tudo banco de intenções, tudo vai se relacionar com o
4182 módulo interno, depois que nós vamos mostrar. São campos. Finalizei, acabei,
4183 gera um ponto CAR que eu sempre esqueço de falar dele, não é Pedro e
4184 Bernard? Gera o arquivo chamado Ponto CAR, criptografado, que foi uma
4185 solução para o caso do facilitador ter baixado no seu Notebook, Roberto, e aí
4186 virou o carro, caiu no rio o Notebook, e agora o cadastro que eu fiz? O
4187 proprietário fica com o protocolo de preenchimento, que é esse aqui, que
4188 depois que nós viajamos gera um ponto CAR. Então, pode pegar um pendrive
4189 ir na Lan House quando ele for buscar o Bolsa Família dele, espeta e gera o

167

84

168

4190recibo. Fica máquina. Esse aqui é o protocolo de preenchimento, todos os
4191dados que ele preencheu geram um centróide da propriedade, uma
4192representação gráfica como se fosse uma carteira de identidade da
4193propriedade rural com os dados que declarou. E uma informação do tipo assim,
4194você falou no documento que era 100, você desenhou 300. Meu camarada, dá
4195uma olhadinha aí que você extrapolou no seu desenho. Então, dá uma
4196informação, um alerta se a coisa estiver muito destoante. Você pode naquele
4197momento colocar e celular lá e acessar o sistema. O recibo será isso, Roberto.
4198Esse é o recebo. Ao invés de protocolo vai ser chamado de recibo, gera um
4199documento aqui, isso é importante para a Jaqueline e para o Roberto, que é
4200nacional. Essa inscrição é permanente, alfa numérica, é nacional. Então, o
4201Roberto vai fazer o CAR dele no Mato Grosso, mas ele vai mandar para o meu
4202Sicar, para o Sicar e o Sicar vai gerar um número nacional. É tipo Denatran,
4203válido em todo território nacional, como diz a lei. Esse protocolo por enquanto
4204está sendo feito, preenchidos em vários Estados, quando ele subir para o
4205receptor, para o Sicar vai alterar alguns dígitos dele, mas será o número
4206definitivo da área. No caso aqui nós vamos gravar, não é Pedro? Vai gravar,
4207vai sair o famoso ponto CAR. O recibo só terá uma diferença relacionada a
4208isso, virá escrito algumas coisas, e uma delas é esse documento não gera
4209nenhum direito em relação à questão fundiária; 2) Esse documento é o
4210suficiente necessário para cumprir o Artigo 29 da Lei que estão inscritos no
4211CAR; e o 78A que o banco não pode deixar de lhe dar crédito pelo fato de você
4212não estar no CAR. E com esse recibo, quem tiver bom senso vai plastificar,
4213colocar na sala porque com isso ele já começa a entrar de regularização ou
4214regularidade ambiental. Concluindo eu vou sair disso aqui tudo, vamos tentar
4215entrar no Sicar? Vamos ver se a internet roda. Gente, eu tenho que aproveitar
4216o Roberto, quem quiser ir embora vai, vai embora, Adriana, te ajudei o dia
4217inteiro, eu tenho que aproveitar quem está ouvindo, Tadeu, Roberto que estão
4218me dando atenção. Estou vendendo o produto, camelô não é assim? Fica até o
4219final. Não é Roberto? Você não conhecia, eu ia te apresentar de qualquer jeito,
4220já ganhei um tempo contigo aqui. Entendeu? Ora, Adriana, tem cada uma,
4221ajudo ela a vida toda agora fica mandando... Vamos embora, vamos embora.
4222Vai embora, Robson, você, vai fazer CAR para você ver. Vou tentar entrar
4223agora no Sicar, vai ter que ser online, nós vamos ter que entrar, é o famoso
4224hotel para onde vão todas as informações do Brasil todo e lá você tem a
4225possibilidade de gerar relatórios, ver o monitoramento daquilo que o Pedro
4226falou. E no Sicar, viu, Érica? Érica já foi embora, ficou brava comigo? No
4227Sicar... Lilian? Desculpa. Lilian. No Sicar essa é a página inicial, essa página
4228inicial, o www.car.gov.br vai aparecer isso e você clica no Estado que você
4229quer, as imagens, a maioria está aí, se não tiver ele vai dizer “aguarde o
4230lançamento no seu Estado” e baixa o estado que você clicou. Viu Lilian? Aí
4231nesse Sicar você pode ter vários módulos, o módulo das cotas de reserva
4232ambiental, futuramente o módulo da ADA. Então, o Sicar é uma nave espacial,
4233onde prevê você ter várias situações de conversações com módulos
4234relacionados ao Código Florestal ou não, como ela falou no caso da Política
4235Nacional do Meio Ambiente. Conseguiu entrar, Pedro? Conseguiu. Esse aqui é
4236porque está dirigido por servidor que está nos ajudando, é de teste. Eu não
4237posso deixar disponível aqui, nós estamos fazendo meio que online, off-line.
4238Olha aqui Roberto, essa aqui é a senha que você vai ter, você vai ter uma
4239senha federal, uma senha estadual e uma senha municipal, viu Roberto: você

4240vai ter lá a sua estadual do Mato Grosso do Sul. Com isso você vê o Estado
4241todo. Nós federal, a quem tiver essa senha vê o Brasil todo. Vê quantos CAR
4242forma feitos, eu vou mostrar agora o que nós podemos ver. Você tem uma
4243primeira análise que são os dados, que nós temos uma regra de negócio, como
4244que nós vamos distribuir essa senha e para quem vai distribuir essa senha e a
4245segurança de quem vai ficar com essa senha. Então, isso está me dando uma
4246dor de cabeça se ela vai se renovada de três em três meses, que tipo de
4247documento eu pego porque só nós e o Obama que vamos ter isso. Agora, na
4248hora que cair na senha de um servidor que vai embora amanhã, que é
4249terceirizado, nós temos que ver uma regra de negócio em relação a essa senha
4250a mesma preocupação você vai ter, Roberto, com o Município. Você vai dar no
4251Município... Para quem você vai dar no Município essa senha? Mas tudo bem,
4252isso é um obstáculo a ser superado. Você vai ter seus dados, vão gerar aqui
4253uma das funcionalidades, eu posso gerar relatório por tipo de CAR, ativo,
4254pendente, cancelado, com imóvel, sem imóvel rural. Eu não mostrei aqui, mas
4255tem três portas de entrada, imóvel rural, que é agricultura familiar e
4256agronegócio, povos e populações tradicionais, quilombolas, reservas
4257extrativistas, e outra porta é para assentamento. Então, você já na entrada dos
4258cadastros você pode escolher que tipo de porta que tipo de porta que você é,
4259se você é quilombola, dirija seu quilombola, as alterações são muito pequenas.
4260Eu posso gerar relatório por módulo fiscal. Posso gerar relatório por data,, eu
4261quero saber todos os CAR nacionais no Acre de 1º de dezembro a 30 de
4262janeiro. Eu posso gerar por cadastrante, eu quero saber todos os dados que o
4263Roberto Lorena fez pelo CPF dele, digamos que eu tenho contratado o Roberto
4264para fazer mil cadastros, o Roberto ao invés de ir lá para fazer os cadastros foi
4265passar. Eu falei: “Roberto, o CPF teu aqui, você fez só 50 cadastros”. Então,
4266você pode filtrar por cadastrante, pode filtrar por localização por proprietário,
4267por propriedade. Então, você pode gerar aqui inúmeros relatórios de
4268cruzamento, por unidade da federação, por Município, por número de registro,
4269por nome de imóvel. Essa, Roberto, que é a grande... Nós estamos nos
4270pegando muito com inscrição, muito com a... Essa é a grande diferença, quer
4271dizer, a possibilidade de você ter a gestão territorial e aí sim ter análise de
4272qualidade, relatório de cenários, formulação de políticas públicas, acompanhar
4273a implementação do cadastro. Você imagina isso aqui e a 001 sendo o
4274Presidente da República, ela vai querer todo dia ver isso é online, chegou no
4275Sicar a informação está disponível. Ela vai dizer: “O Piauí não está andando, o
4276que está acontecendo? Governador... qual é o problema? Ah, que você
4277recebeu R\$ 17.000.000,00 e nada”. Então, isso aqui vai gerar uma
4278possibilidade. O outro relatório é buscar por Município ou Estado. Sempre tem
4279a opção de gerar relatório, porque nós burocratas gostamos muito de relatório.
4280Então, esse relatório é uma planilha Excel, você manda fazer o cruzamento, se
4281você quiser gerar um relatório, ele gera o Excel, nesse caso aqui nós fizemos
4282uma busca no Rio de Janeiro, nós estamos em ambiente teste. Então, já foram
4283feitos oito testes, a área do Rio de Janeiro é essa, a área total dos imóveis
4284cadastrados é essa, no caso aqui daria um percentual relacionado à área. Eu
4285posso acompanhar por Estado e por Município e comparar com o tamanho do
4286Estado e com o tamanho do Município. Isso é outro tipo de relatório que pode
4287acontecer. Esse aqui já é real porque é teste. Inclusive há um determinado
4288momento que eu nunca sei como é que é, e é importante falar para vocês no
4289Estado, você consegue identificar até o IP da máquina de onde veio o cadastro.

4290Isso é muito importante porque às vezes o inimigo mora ao lado. Então, você
4291começa a identificar: “mil cadastros no IP da minha Secretaria”? Será que o
4292cara está trabalho para mim ou está trabalhando para o proprietário rural? Até
4293esse tipo de filtro nós conseguimos analisar. Vamos botar o próximo? Ótimo.
4294Outra coisa importante, se você como estadual e nós como federal, vamos
4295poder ver o cadastro dele, nós vamos poder entrar no cadastro dele, nós não
4296podemos modificar, mas podemos ver o geo dele, podemos ver documentação,
4297nós podemos ver informações que ele prestou. Esse é o efetivo monitoramento
4298que o Miguel Scarcello estava perguntando, quer dizer, vai entrar, mas nós
4299podemos saber o que o sujeito está declarando. Então, você tem a
4300possibilidade de ter conhecimento. Eu vou entrar no imóvel tal, isso aqui, a
4301origem das informações, de onde veio, código de protocolo dele, data do
4302protocolo, qualquer retificação fica registrada no Sicar, se ele mudar segunda
4303feira as 14h00, segunda feira 14h30, segunda feira 15h00, o Sicar não larga as
4304informações. Fica sempre alterando, fica sempre gravando.

4305

4306

4307**O SR. ROBERTO LORENA (MAPA)** – *Só que essa análise a partir para ser*
4308*feita dois, três anos, eu não vou poder dar até que seja feito.*

4309

4310

4311**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Não. Enquanto não entrar em
4312análise você vai poder retificar, quando entrar em análise bloqueou, o seu
4313cadastro está em análise.

4314

4315

4316**O SR. ROBERTO LORENA (MAPA)** – Então, o estado é que vai declarar, está
4317em análise.

4318

4319

4320**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Sim. Você vai ter o status.
4321Quando você fizer naquela consulta, você vai lançar o seu número do seu
4322CAR, em que situação está o meu CAR? EM análise. Não posso mais mexer.

4323

4324

4325**O SR. ROBERTO LORENA (MAPA)** – Agora, tudo isso tem um prazo de dois
4326anos. E propriedades formadas depois de daqui a dois anos?

4327

4328

4329**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Roberto, você está me
4330apertando sem me abraçar. Uma coisa de cada vez. Bom, aí está... Entendeu?
4331Porque essa coisa vai ter que ser evolutiva, esse troço não vai acabar, eu vou
4332me aposentar e esse troço não acaba, os meninos que são novos é que vão
4333cuidar disso e nós vamos ficar só criticando.

4334

4335

4336**O SR. ROBERTO LORENA (MAPA)** – Eu queria só complementar o que a
4337moça do Ibama falou, isso tem que ser vinculado ao licenciamento no futuro.

4338

4339

4340 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Uma hora sim. O que
4341aconteceu? Alguns Estados foram na sociedade e hoje nem tem cadastro e
4342nem tem módulo de licenciamento. Óbvio, que, por exemplo, com esse número
4343lá, se entrar um processo de licenciamento eu já puxo por esse número, eu já
4344tenho a caracterização da área, eu já tenho reserva legal, APP. A tendência
4345natural vai ser os Estados usar por licenciamento, porém, nós estamos
4346começando com um cadastro por cadastro. É uma coisa que nós temos que
4347nos policiar para não ficar criando coisas e depois nós não conseguimos fazer
4348o cadastro. Qual foi a outra? É o último, final, o geocatálogo. Esse aqui é uma
4349ferramenta fantástica. Dentro do próprio Sicar nós vamos poder ter a
4350especialização do cadastro. Digamos que o Roberto queira ver no Município de
4351Dourados quantos cadastros tem, nós vamos ter uma ferramenta de geo aqui,
4352agora estão só os testes, Goiás, Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, nós
4353vamos encher essa caixinha aí, que eu te falei, de colocar áreas embargadas,
4354terras indígenas, aí é que nós vamos poder ver as sobreposições, a
4355especialização do cadastro. Isso aqui realmente é a imagem de 2008, é uma
4356ferramenta poderosa que nós estamos em desenvolvimento, que no Sicar vai
4357permitir realmente o monitoramento bem bacana e bem atual. Lembro, a Lilian
4358que é jovem, que o Imposto Renda levou 20 anos para sair do papel para o
4359disquete. Para o disquete. Nós estamos começando com essa ferramenta.
4360Então, não é uma coisa simples. Vai dar pau, vai ter que atualizar, vai ter que...
4361Mas nós já estamos começando em um nível de simplicidade sofisticada que
4362nenhum país do mundo tem, vai ser vai ser o maior cadastro georeferenciado
4363do mundo. Se o IBGE estiver certo são 330.000.000 de hectares, de
4364propriedades; são 5.600.000 propriedades, 300.000.000 de hectares, você
4365imagina o tamanho que vai ser esse negócio. Isso vai mudar a gestão
4366ambiental e territorial brasileira. E muitos mitos vão cair, mitos que produtor não
4367tem reserva, mito de que a agricultura é devasta, que tem bonzinho, que tem
4368mauzinho, nós vamos começar a ver e aí mostrar, deixa de ser achismo,
4369mostrar os fatos. Gente, vocês que sobreviveram, agradeço muito, mas eu sou
4370tão apaixonado pelo que nós estamos fazendo, Pedro, Hélio, Bernardo e a
4371equipe do Ibama junto que não posso perder a oportunidade. *(Fala em off)* Nós
4372precisamos massificar e ter críticas, compressões, mas é realmente uma
4373ferramenta que nós achamos que vai ser importante. Mais alguma dúvida?
4374Deusdará. O colega da SBPC já me deu a boa notícia hoje que, se Deus
4375quiser, o próximo ano, com o satélite chinês...

4376

4377

4378*(Intervenções fora do microfone. Inaudível)*

4379

4380

4381 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – E aí vamos ter oportunidade
4382de ter, esse satélite vai poder...

4383

4384

4385*(Intervenções fora do microfone. Inaudível)*

4386

4387

4388 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Desculpa. Não falei sobre
4389isso, essa versão não está clara aí, mas você tem duas opções, ou baixar pela

4390Internet como aplicativo, ou você inserir o disco. Então, o que nós vamos
4391fazer? Nós vamos pegar, por exemplo, tem nove Estados, salvo engano, que
4392cabem no DVD, eu vou entregar para o Governador, “está aqui o seu Estado,
4393você coloca aqui no computador, baixa o seu Município, roda o aplicativo.
4394Quando tiver chance de se encontrar na internet, você vai lá, sincroniza e
4395recebe seu recibo. Então, ele é totalmente, ele poderá ser totalmente off-line.
4396Obviamente que o Amazonas... Vamos ter que dividir o Amazonas em quatro
4397porque é um Estado muito grande, mas você pode ter esse tipo de situação,
4398quer dizer, eu posso chegar para o Roberto: “Roberto, você vai trabalhar em
4399Cavalcante, Abadiânia e Luziânia, está aqui o pendrive com as imagens de
4400Cavalcante, Abadiânia e Luziânia. Tchau meu amigo, volte com meus
4401cadastros”. Então, ele pode ser totalmente off-line. Aliás, uma das
4402preocupações de desenvolvimento dele foi exatamente para quem não tem
4403Internet. Mais alguma coisa? Robson, agora você pode ir embora.

4404

4405

4406**A SR^a. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
4407**DConama)** – Deusdará, nós agradecemos, esse negócio é fantástico, esse
4408negócio que você apresentou.

4409

4410

4411(*Palmas!*)

4412

4413

4414**A SR^a. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora do**
4415**DConama)** – Muito obrigada. (*Palmas!*)